

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TOCANTINS - *CAMPUS* PORTO
NACIONAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - *CAMPUS* PORTO NACIONAL**

Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a qualificação da obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosane Carneiro Sarturi

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da
Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DOS REIS WANDERLEY DE ARRUDA FIGUEIREDO, KIM NAY
EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS -
CAMPUS PORTO NACIONAL / KIM NAY DOS REIS DE ARRUDA
FIGUEIREDO.-2015. 154 p.; 30cm

Orientadora: ROSANE CARNEIRO SARTURI
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2015

1. Políticas Públicas 2. Condições de Permanência 3. Evasão Escolar I.
CARNEIRO SARTURI, ROSANE II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Programa de Pós Graduação em Educação**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a
Dissertação de Mestrado

**EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - *CAMPUS* PORTO NACIONAL**

Elaborada por:
Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo

Como requisito parcial para a obtenção do Título de **Mestre em
Educação**

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Rosane Carneiro Sarturi - (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Marilene Dalla Corte - (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Pinto de Almeida – (UNOESC)

Prof. Dr. Celso Ilgo Henz - (UFSM)

Santa Maria, 09 de abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

*À Professora Dr.^a **Rosane Carneiro Sarturi**, por seus ensinamentos e orientações, bem como pela sua confiança ao longo das supervisões das minhas atividades para a conclusão deste trabalho.*

*Às Professoras Dr.^a **Maria de Lourdes Pinto de Almeida** e Dr.^a **Marilene Dalla Corte**, que contribuíram na qualificação com sugestões pertinentes e proveitosas para a conclusão deste trabalho.*

*Ao Professor Dr. **Celso Ilgo Henz**, por ter aceitado fazer parte da composição da banca e poder contribuir com este estudo compartilhando seus conhecimentos.*

*As minhas amigas de mestrado, com as quais convivi, aprendi e sobrevivi: **Lívia, Maiara, Janaína, Candice, Ana Claudia e Eliana Sato**.*

Aos meus amigos de todos os tempos e lugares.

*Agradeço de forma grandiosa a minha mãe **Lélia dos Reis Pinto** e ao meu pai **Maurício Wanderley Filho** (in memoriam), a quem rogo todas as noites a minha existência.*

*Agradeço também ao meu esposo **Eduardo Henrique de Arruda Figueiredo**, que, de forma especial e carinhosa, deu-me força e coragem, apoiando-me nos momentos de dificuldades.*

*E não deixando de agradecer também ao meu filho, **Raphael Wanderley de Arruda Figueiredo**, que iluminou de maneira especial os meus pensamentos, levando-me a buscar mais conhecimentos.*

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS-CAMPUS PORTO NACIONAL

AUTORA: KIM NAY DOS REIS WANDERLEY DE ARRUDA FIGUEIREDO

ORIENTADORA: ROSANE CARNEIRO SARTURI

Santa Maria, 09 de abril de 2015.

Esta pesquisa versa sobre a evasão escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO - *Campus* Porto Nacional, como uma das preocupações que afligem não só o Instituto, mas outras unidades escolares e que pode ocasionar várias consequências na vida das pessoas. Tem-se com objetivo analisar os fatores intervenientes da evasão escolar no âmbito federal e suas repercussões no processo educacional do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação das políticas públicas na Educação Profissional. E, como objetivos específicos, compreender como as políticas públicas para a educação profissional são formuladas e suas relações com os processos educacionais do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional; compreender as condições de permanência dos alunos em relação ao currículo e a formação de professores para a educação profissional e identificar os fatores intervenientes que provocam a evasão escolar. A abordagem metodológica utilizada foi quanti-qualitativa através do estudo de caso. Para o embasamento teórico recorreu-se às pesquisas documentais sobre a Educação Profissional no Brasil, utilizou-se autores como Manfredi (2002), Pereira (2003), Romanelli (2005), entre outros; na área de políticas públicas aplicadas à educação, buscou-se Kuenzer (2006), Oliveira e Duarte (2001), entre outros e, sobre a evasão escolar, recorreu-se a estudos feitos com autores como Marchesi (2004), Patto (1993), Arroyo (1993), além da legislação vigente. Trabalhou-se a triangulação das fontes: dados do Censo da Educação Superior e do Educacenso, elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, relatórios da Coordenação de Registros Escolares - CORES do *Campus* Porto Nacional. Foram analisadas as turmas que tiveram grande índice de evasão, no caso as turmas de Técnico em Vendas e Licenciatura em Computação, no período de 2010 a 2013. Entre os entrevistados temos três alunos evadidos da Instituição que foram localizados e estudados, além disso, 2 professores, 2 Coordenadores de Curso, 1 Técnico em Assuntos Educacionais, 1 Assistente de Aluno e 1 Assistente Social. Destaca-se que algumas das causas da evasão são: incompatibilidade de conciliar os estudos com o trabalho; alunos que não se identificaram com curso; alunos com dificuldade de aprendizagem; e tem como uma das consequências o fechamento de um dos Cursos do Instituto Federal – *Campus* Porto Nacional. Pretendeu-se com esta dissertação contribuir para o aprofundamento de discussões, a fim de combater à evasão escolar no Instituto Federal de Educação.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Condições de Permanência. Evasão Escolar.

ABSTRACT

Dissertation of Master's degree
Pos-Graduation program in education
Universidade Federal de Santa Maria

SCHOOL DROPOUT: A CASE STUDY IN THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY CAMPUS TOCANTINS PORTO NACIONAL

AUTHOR: KIM NAY DOS REIS WANDERLEY DE ARRUDA FIGUEIREDO

ADVISER (A): ROSANE CARNEIRO SARTURI

Santa Maria, 25 de fevereiro de 2015.

This research deals with truancy at the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - Campus Porto Nacional, considering school dropout as one of the concerns that plague many school units and that can cause various effects on people's lives. One has to analyze the factors involved in truancy at the federal level and its impact on the educational process of the Federal Institute of Tocantins - Campus Porto Nacional, considering the conflicts in the implementation of public policy in Professional Education. And how specific objectives are: to understand how public policies for vocational education are formulated and its relations with the educational processes of the Federal Institute of Tocantins - Porto Nacional Campus; understand the students' conditions of stay regarding the curriculum and teacher training for vocational education; identify the intervening factors that cause school dropout. The methodological approach used was quantitative and qualitative through the case study. For the theoretical foundation appealed to the bibliographic research on vocational education in Brazil, was used as authors Manfredi (2002), Pereira (2003), Romanelli (2005), among others; in public policy area applied to education: we sought to Kuenzer (2006), Oliveira and Duarte (2001), among others, on truancy, we used the studies of authors such as Marchesi (2004), Patto (1993), Arroyo (1993), and the current legislation. For desk review, so worked triangulation of sources: Census of Higher Education and Educacenso, prepared by the National Institute of Educational Studies and Research Teixeira - INEP, reports of School Records Coordination CORES - Campus Porto Nacional. Classes were analyzed that had large dropout rate, if the technical classes in Sales and Degree in Computer, in the period from 2010 to 2013. Among the respondents have three dropout students of the institution who were located and studied further two teachers, 2 Coordinators Course, 1 Technician Educational Affairs, 1 Student Assistant and one social worker. We highlight some of the avoidance of causes are: incompatibility combine studies with work; students who did not identify with the course; students with learning disabilities; and has as a consequence the closure of one of the courses of the Federal Institute - Campus Porto Nacional. It is intended with this dissertation contribute to the deepening of discussions in order to combat the dropout at the Instituto Federal de Educação.

keywords: Public Policies; Conditions of Stay; School Dropout

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa da rede federal nos anos de 1909 a 2010.	47
Figura 2	Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010 ..	49
Figura 3	Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2014 ..	50
Figura 4	Entradas dos alunos no ano de 2010 e desistentes	75
Figura 5	Entradas dos alunos no ano de 2011 e desistentes	76
Figura 6	Entradas dos alunos no ano de 2012 e desistentes	78
Figura 7	Entradas dos alunos no ano de 2013 e desistentes	80
Figura 8	Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Sexo	88
Figura 9	Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Renda Familiar	88
Figura 10	Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Idade	89
Figura 11	Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Sexo	89
Figura 12	Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Renda Familiar	90
Figura 13	Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Idade	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sujeitos de pesquisa.....	26
Tabela 2	Cursos do IFTO – Campus Porto Nacional.....	67
Tabela 3	Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012.....	75
Tabela 4	Número de Concluintes na Educação de Jovens e Adultos - Presenciais no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012.....	76
Tabela 5	Números de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância e Funções Docentes, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2011	78
Tabela 6	Números de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância e Funções Docentes, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2011	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL's	Arranjos Produtivos Locais
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFE	Conselho Federal de Educação
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNI	Confederação Nacional das Indústrias
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CORES	Coordenação de Registros Escolares
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EAD	Educação a Distância
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFS	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFTO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA	População Economicamente Ativa
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNQ	Plano Nacional de Qualificação

PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade Para Todos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
USAID	Agency for International Development
UTRAMIG	Universidade do Trabalhador de Minas Gerais

ANEXOS

ANEXO A	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	124
ANEXO B	Termo de Confidencialidade.....	126

APÊNDICE

APÊNDICE A	Instrumentos para Coleta de Dados.....	128
APÊNDICE B	Instrumentos para Coleta de Dados.....	129
APÊNDICE C	Instrumentos para Coleta de Dados.....	130
APÊNDICE D	Transcrições das Entrevistas.....	131

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	20
3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	32
3.1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	32
3.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	51
4 AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA RELACIONADAS AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	56
4.1 AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ...	56
4.2 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	62
5- FATORES INTERVENIENTES A EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	69
5.1 ESTUDO DE CASO NO IFTO – CAMPUS PORTO NACIONAL.....	72
5.2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERENCIAS.....	112
ANEXOS	123
APÊNDICE.....	127

1 INTRODUÇÃO

Nestes últimos sete anos, tenho¹ atuado como servidora pública no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), no *Campus* Porto Nacional, trabalhando na área de assistente administrativo, formada em Administração de Empresas, com Especialização em Gestão de Negócios e Gestão e Auditoria na Empresa Pública. Logo que passei no concurso do Instituto Federal, em 2007, fui chamada a trabalhar como Coordenadora de Estágios do *Campus* Palmas ficando nesse cargo por um ano. Nesse período, já pude perceber que pouquíssimos alunos, comparado com a quantidade de estudantes que entravam e continuavam estudando nos segundos e terceiros módulos dos cursos técnicos, procuravam o setor para a realização de estágios. Em seguida, fui convidada para trabalhar na Pró-reitoria de Extensão, atuando na Coordenação de Assistência Estudantil na qual fiquei por um ano até ser removida para o *Campus* Porto Nacional. Neste setor, também me deparei com números expressivos de alunos evadidos durante os finais de semestres e constatei que este problema não ocorre em um só campus, mas em todos os campus do IFTO.

Trabalho na Coordenação de Registros Escolares (CORES) há cinco anos, observando com frequência o quantitativo de entrada e saída de estudantes na Instituição, durante o preenchimento dos Censos Escolares para o Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e Relatórios de Gestão para a Direção.

Considerando a escolha de um tema para a Linha de Pesquisa **II**: Práticas Escolares e Políticas Públicas do Mestrado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria, percebi que o tema Evasão Escolar não era só uma preocupação existente no Instituto como vem sendo uma das preocupações que também afligem outras unidades escolares. Nesse sentido, constatei que poderia contribuir de alguma forma para o aprofundamento de discussões no combate à evasão escolar não só do Campus onde trabalho como de todos os Campi do Instituto Federal do Tocantins.

A partir de tais reflexões, defini o problema da pesquisa como: **Quais as causas e consequências relacionadas à evasão escolar no âmbito federal e**

¹ Optou-se por escrever a introdução em primeira pessoa, visto que nela é apresentada a justificativa do estudo, e está relacionada às experiências vivenciadas pela autora do texto.

suas repercussões ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação políticas públicas para a educação profissional?

A evasão escolar apresenta-se como fator que contribui para reduzir a capacidade de ação da educação no processo de inclusão social, então, por meio deste trabalho, busco reunir subsídios para orientar o desenvolvimento de ações que possam auxiliar na redução desse índice.

No cenário atual, muitas pesquisas estão sendo realizadas sobre a Evasão Escolar e abrindo espaços nas discussões e nas reflexões realizadas pelo Governo, pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas, é o que também afirma Queiroz (2006).

A gestão do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) tem analisado, nos últimos anos, os dados registrados da Coordenação de Registros Escolares – *Campus* Porto Nacional e pelos Censos Escolares do INEP e tem percebido que este problema vem se acentuando a cada ano.

Nessa situação, torna-se evidente que essa preocupação leva a reflexão àqueles que participam da elaboração das políticas públicas educacionais que visam à perspectiva inclusiva, na medida em que afeta as políticas afirmativas que vêm sendo implantadas no sistema educacional brasileiro.

Diante desse cenário, esta dissertação tem como objetivo analisar os fatores intervenientes à evasão escolar no âmbito federal e suas relações com o processo educacional do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação das políticas públicas para a educação profissional.

Dessa forma, destaco os objetivos específicos: compreender como as políticas públicas para a educação profissional são formuladas e suas relações com os processos educacionais do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional; analisar as condições de permanência dos alunos e a formação de professores para a educação profissional e; identificar os fatores intervenientes que provocam a evasão escolar.

Nesse sentido, esta pesquisa pautou-se em uma metodologia quanti-qualitativa, utilizando-se de dados do Censo Escolar Superior e Educacenso fornecidos pelo INEP, Relatórios da Coordenação de Registros Escolares do IFTO –

Campus Porto Nacional, que trouxe subsídios para saber o quantitativo de alunos que evadiram desde o âmbito federal, no qual está inserido o *campus* Porto Nacional onde a pesquisa foi realizada.

As informações buscadas no INEP forneceram dados para que se pudesse fazer uma comparação entre o IFTO – *Campus* Porto Nacional e outras regiões, de como está este quantitativo de evasão. Os dados buscados pela CORES ajudaram a identificar quais os cursos que estão tendo maior índice de evasão, no sentido de delimitar os sujeitos da pesquisa.

De posse dessas informações, foram feitas entrevistas semiestruturadas com questões previamente preparadas com os sujeitos de pesquisas. Esses sujeitos são os alunos evadidos, os professores, o Coordenador do Curso, o Técnico em Assuntos Pedagógicos, Psicólogo e Assistente de Aluno. Com base nessa informação, foram identificadas as causas de evasão na escola e o trabalho realizado com os alunos pela equipe pedagógica e os professores no que concerne à garantia da permanência dos mesmos.

A metodologia consistiu também numa análise documental sobre as políticas públicas, sobre a Legislação Educacional, sobre a educação profissional, e sobre o fenômeno da evasão escolar, possibilitando a reflexão teórica acerca do processo educacional do IFTO – *Campus* Porto Nacional.

A partir dos estudos preliminares, percebi que evasão escolar é um problema que pode ocasionar várias consequências na vida das pessoas, tais como: marginalização, baixo autoestima, distorção idade/ano escolar, repetência, desemprego, desigualdade social, entre outros fatores que afloram a sociedade.

Barbosa (2008) questiona: uma vez evadidos da escola, para onde vão esses alunos; quem são e quais são os papéis dos autores integrantes desse processo educacional?

Nesse sentido, Caldas (2006) convida a refletir sobre a evasão escolar como um problema complexo que se relaciona com outros importantes temas da pedagogia, como formas de avaliação, reprovação escolar, currículos e disciplinas escolares, quando afirma:

Que para combater a evasão escolar é preciso atacar em duas frentes: uma de ação imediata que busca resgatar o aluno "evadido", e outra de reestruturação interna que implica na discussão e avaliação das diversas questões enumeradas acima. (CALDAS, 2006, s/p.)

No entanto, diante dessas ações, é possível levar em consideração fatores que determinam a evasão escolar, no qual se destacam: professores com pouca experiência de ensino, que conseqüentemente não compreendem a necessidade dos alunos; alunos desinteressados ou indisciplinados; pais ou responsáveis que não têm tempo para acompanhar o desenvolvimento de seus filhos na escola. (QUEIROZ, 2006).

Dessa forma, o importante é detectar e diagnosticar o problema da evasão para buscar as possíveis soluções, com o intuito de proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins vem procurando revisar a estrutura educacional, com a reorganização dos cursos e atualização de métodos e metodologias de ensino, a fim de buscar a elevação da qualidade dos processos formativos. E um de seus compromissos com a sociedade é em relação à justiça social, à cidadania, à ética, à transparência e à gestão democrática.

É evidente que tais atrativos podem surtir efeito para captação de alunos, sem, contudo, ter uma dinâmica na manutenção dessas jovens na unidade de ensino, o que remete ao questionamento de que tais assuntos, “captação e manutenção”, não deveriam ser trabalhados de forma distinta, com ações específicas, mas de forma estruturada em uma mesma política.

O texto desta pesquisa foi estruturado em seis seções. A primeira introduz o interesse que motivou o estudo, contextualizando o problema da investigação, e a preocupação com o tema da pesquisa.

A segunda traça o percurso metodológico realizado, descrevendo a escolha pelo estudo de caso, a pesquisa documental, a entrevistas com os sujeitos, bem como apresentando a forma de análise e interpretação dos dados.

A terceira constitui-se do Capítulo I o qual faz um resgate da história da Educação Profissional no Brasil a partir de Políticas Públicas implementadas para seu fomento, desde o início da Educação Profissional no país até a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como política pública. O objetivo foi analisar como as políticas públicas são formuladas com relação ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins - *Campus* Porto Nacional.

A quarta seção, Capítulo II, analisa as condições de permanência, abordando as diretrizes curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica e a formação de professores da Educação Profissional e Tecnológica.

A quinta seção, Capítulo III, faz uma discussão sobre o fenômeno da evasão escolar, analisando e interpretando os dados sobre o número de alunos evadidos e as causas e consequências da evasão no IFTO – *Campus* Porto Nacional, com o objetivo de analisar os fatores intervenientes da evasão escolar no âmbito federal e suas repercussões ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Porto Nacional, diante da necessidade de reduzir as taxas de evasão e a ocupação de vagas ociosas.

Finalizando o ciclo das reflexões sobre o tema, na sexta seção, têm-se as considerações finais.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção foram levantados aspectos relativos à metodologia desenvolvida para a realização do estudo de caso e a delimitação do campo de sua atuação.

Para a revisão teórica, recorreu-se às contribuições de autores como Yin (2010), Gil (2010), Triviños (1987), Godoy (1995), Richardson (1989), Manzini (2003), Mardoni e Lakatos (2010) e, Bardin (1977).

A presente seção explicita os caminhos trilhados na execução desta investigação, tais como as opções teórico-metodológicas, os sujeitos de pesquisa, os instrumentais de coletas de dados e análise dos dados encontrados.

Com base na revisão teórica, esta pesquisa envolve uma abordagem quanti-qualitativa pelo estudo de caso, pela investigação documental e pela realização de entrevista para a obtenção dos dados.

Conforme Yin (2010), a escolha do estudo de caso é uma estratégia para examinar acontecimentos contemporâneos, quando não se podem manipular comportamentos relevantes.

Neste aspecto, Gil (2010) afirma que a análise de um único ou de poucos casos de fato de determinado universo proporciona uma visão geral do problema, ou pelo menos, de identificar possíveis fatores que o influenciam.

Assim, a escolha do estudo de caso como um método particular foi priorizada pelas diversas atribuições que potencializam este tipo de método, como, por exemplo: a grande capacidade de levantar informações e proposições para serem estudadas à luz de métodos mais rigorosos de experimentação; a investigação do fenômeno dentro de seu contexto real; a proximidade do pesquisador com os fenômenos estudados; a possibilidade de aprofundamento das questões levantadas do próprio problema e de obtenção de novas e úteis hipóteses.

O que pode se verificar é que, devido à proximidade com a pesquisa e pelo fato de a pesquisadora estar trabalhando no local onde o estudo foi realizado, o acesso às informações foi facilitado. Os dados ajudaram a completar o banco de informações e permitiram o aprofundamento das questões levantadas no problema de pesquisa.

Em estudos de caso, cinco componentes de um projeto de pesquisa são especialmente importantes: “as questões do estudo; as proposições, se houver; as

unidades de análise; a lógica de ligação dos dados às proposições; e os critérios para interpretar as constatações”. (YIN, 2010. p.48-49).

Diante do exposto, o autor sugere que a forma da questão em termos de “como” e “por que” proporciona uma indicação importante com o método de pesquisa, leva a assimilar que cada proposição dirige a atenção para algo que deve ser examinado. As unidades de análise estão relacionadas às maneiras pelas quais as questões iniciais de pesquisa foram definidas e que, após os dados coletados, precisa-se fazer a lógica de interlocução dos dados às proposições e estabelecer os critérios para interpretar as constatações.

Gil (2010) esclarece que o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos projetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Isso permite explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas.

Para Triviños, o estudo de caso é:

Uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma *unidade* que se analisa aprofundamente. Esta definição determina suas características que são dadas por duas circunstâncias.... Por um lado, a natureza e abrangência da unidade. Esta pode ser um sujeito. Em segundo lugar, também a complexidade do Estudo de Caso está determinada pelos suportes teóricos que servem de orientação em seu trabalho de investigador. (TRIVIÑOS, 1987, p. 133)

Analisando os dois autores, pode-se afirmar que o estudo de caso se caracteriza por ser um método de análise trabalhoso, profundo e detalhado de conhecimento, o que permite ter suportes teóricos mais confiáveis na orientação do trabalho.

Diante desta análise, identifica-se o fato de que o ambiente de coleta de dados foi no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFTO) – Campus Porto Nacional, espaço de atuação dos gestores escolares, dos alunos evadidos, sujeitos da pesquisa, onde foi investigada a evasão escolar.

O Instituto Federal do Tocantins foi criado mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins. De acordo com a Lei nº 11.892/2008, a Reitoria do Instituto Federal do Tocantins deve ficar localizada em Palmas, em espaço próprio, fora dos *campi*. Os *campi* Araguatins e Palmas deram origem ao Instituto Federal do Tocantins, que passou a ser composto também pelos *campi* de Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto

Nacional. Em 2013, foi implantado mais um *campus* no município de Dianópolis, totalizando sete *campi*. (BRASIL, 2008).

O Campus Porto Nacional nasceu na conjuntura da expansão da rede federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentado pela portaria nº 102 de 29 de Janeiro de 2010, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010. O referido Campus recebeu autorização para seu funcionamento (BRASIL, 2010a).

Iniciou suas atividades em agosto de 2010 oferecendo dois cursos superiores, sendo um de Licenciatura em Computação e o outro em Tecnologia em Logística e dois cursos Técnicos Subsequentes: um de Técnico em Informática e o outro de Técnico em Logística. Em 2012 passou a oferecer os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente e o Curso na modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) em Técnico em Vendas. Em 2013 passou a oferecer o curso de Pós Graduação – Latu Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica a distância.

A metodologia representa uma das fases determinantes na pesquisa, pois implica aspectos de ordem teórica, operacional e de sistematização, baseados no rigor científico. Considera-se que a definição metodológica da pesquisa precisa surgir atrelada à problematização do tema e ao corpo teórico que dá base ao estudo, aspectos esses fundamentais na definição do que será investigado, como também a análise dos dados colhidos na pesquisa de campo.

Triviños (1987) esclarece que a pesquisa de origem materialista dialética, que desconhece a dicotomia qualitativo-quantitativa, pode apoiar-se na estatística para determinar a representatividade da amostragem.

Segundo Godoy (1995), o estudo quantitativo leva o pesquisador a conduzir seu trabalho a partir de um plano estabelecido, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados, busca precisão, evitando distorções na etapa da análise e interpretação dos dados, garantindo assim uma margem de segurança em relação a inferências obtidas.

De acordo com os ensinamentos de Richardson (1989), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de

informações, quanto no tratamento delas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Buscou-se com a pesquisa qualitativa, utilizar a base de dados estatísticos do Censo Escolar e Educacenso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e registros da Coordenação de Registros Escolares (CORES) do Instituto Federal do Tocantins que mostram o quantitativo de alunos no IFTO – *Campus* Porto Nacional, bem como obter informações através das entrevistas semiestruturadas com os alunos evadidos e com o corpo pedagógico, que conteve questões previamente preparadas e utilizadas como guia, aplicadas aos sujeitos da pesquisa que foram: os alunos evadidos, os professores, a equipe da Coordenação Pedagógica e a Coordenações dos Cursos, no intuito de se fazer um diagnóstico da situação dos alunos que evadiram e saber quais os cursos que têm maior índice de evasão e quais são os caminhos adotados para a prevenção ou estagnação desta situação.

Assim, o banco de dados do INEP foi consultado no intuito de mostrar tanto os quantitativos de alunos matriculados e dos alunos evadidos no âmbito federal, no período de 2011 e 2012, a fim de compará-los com os quantitativos de alunos evadidos obtidos pelos registros da CORES do *Campus* Porto Nacional no período de 2010 a 2013, de forma a verificar a situação desse *Campus* dentro do contexto atual e procurar possíveis soluções que amenizem ou se possível extingam a evasão.

O método qualitativo difere-se do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON, 1989).

De maneira diversa, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

A partir do estudo desses autores, verificou-se que a utilização das duas abordagens melhor implicaria na análise da pesquisa com resultados mais confiáveis e precisos.

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza –

pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Esta pesquisa documental deu-se por meio de pesquisas em livros, periódicos científicos, teses e dissertações, Legislações, Censos do INEP e relatórios da Coordenação de Registros Escolares para o aprofundamento das discussões sobre a evasão escolar e as políticas públicas.

Segundo Mardoni e Lakatos (2010), delimitar a pesquisa é estabelecer limites para a investigação. Assim será possível manter um foco a fim de impedir que se torne muito extenso e difícil de trabalhar.

Como aponta Triviños (1987), a prática em pesquisa qualitativa tem ensinado, em geral, que o processo de entrevista semiestruturada dá melhores resultados se trabalhado com diferentes grupos de pessoas como, por exemplo: professores, servidores administrativos, diretores. Neste caso, a amostra será selecionada após ser identificado qual curso que obteve o maior índice de evasão, para, assim, definir realmente quais os alunos evadidos serão meus sujeitos da pesquisa.

Os dados obtidos na CORES foram do período de 2010 a 2013 em que mostra o quantitativo de alunos que entraram e saíram nesse período. Diante dos dados apresentados, verificou-se que no curso de Licenciatura em Computação entraram 259 alunos e saíram 99 alunos; no curso de Tecnologia em Logística entraram 276 alunos e saíram 117 alunos; no curso de Técnico em Logística entraram 171 alunos e saíram 67 alunos; no curso de Técnico em Informática entraram 207 alunos e saíram 69 alunos; no curso de Técnico em Meio Ambiente entraram 80 alunos e saíram 20 alunos; no curso em Técnico em Vendas entraram 65 alunos e saíram 54 alunos e no curso em Docência na Educação Profissional e Tecnológica entraram 60 alunos e saíram 16 alunos. A Instituição conta com um quantitativo de 40 técnicos administrativos e 54 professores, sendo 3 Assistentes de Alunos, 2 Técnicos em Assuntos Educacionais, 1 Assistente Social, 2 pedagogos e 1 psicólogo.

Os alunos escolhidos para fazer as entrevistas foram dos cursos de Técnico em Vendas e o curso de Licenciatura em Computação na qual foram entrevistados 3 alunos. Inicialmente estava previsto entrevistar 5 estudantes, mas de 6 estudantes que foram abordados, somente 3 aceitaram ser entrevistados. Consoante às dificuldades encontradas, devido ao fato da não localização de alguns alunos, ou pelo número do telefone ter mudado e o cadastro da CORES não estar atualizado ou por não atender o telefone, foi necessário modificar o que estava previsto.

Houve mudança quanto ao que estava previsto na entrevista com o psicólogo, devido ao fato deste estar de licença para capacitação, não sendo possível localizá-lo para a entrevista. Nesse caso, acrescentou-se a entrevista de mais uma Coordenação de Curso, no qual estava planejada só uma Coordenação de curso.

Ao total foram 10 entrevistas semiestruturadas com as pessoas envolvidas no processo educacional, conforme resume a tabela abaixo:

Tabela 1: Sujeitos de pesquisa.

	Alunos Evadidos	Professores	Técnico em Assuntos Educacionais	Assistente Social	Assistente de Aluno	Coordenador de Curso	Total
IFTO Campus Porto Nacional	3	2	1	1	1	2	10
Total	3	2	1	1	1	2	10

Fonte: elaborado pela autora

As justificativas para a escolha destes sujeitos de pesquisa fundamentam-se no fato que primeiramente os alunos evadidos são os sujeitos principais que deram a base de dados para a elaboração da pesquisa; o professor, em razão de que lida diretamente com os alunos e sabe identificar em que ponto algum aluno está para deixar a escola, se o aluno está com alguma dificuldade em sua disciplina. A equipe da coordenação pedagógica, composta pelos seguintes profissionais: o técnico em assuntos educacionais, o assistente social, o assistente de aluno, que pode diagnosticar quando os alunos começaram a faltar às aulas, contribuindo de alguma forma com aquele aluno que apresenta dificuldade. O coordenador de curso, pois

este tem a visão como um todo do curso e sabe se sua equipe trabalha conjuntamente, conforme foi pensado no Projeto Pedagógico.

A seguir faz-se uma breve caracterização dos sujeitos de pesquisa, na qual a identificação dos sujeitos foi resguardada, sendo escolhidas só as denominações do cargo.

O primeiro sujeito de pesquisa entrevistado foi o Coordenador do Curso Superior em Licenciatura em Computação. Ele é professor da instituição, formado em Pedagogia e está na Coordenação há um ano.

O segundo sujeito de pesquisa foi a Coordenadora Pedagógica, formada em Pedagogia. Ela é técnica em assuntos educacionais e trabalha na Instituição desde 2010.

O terceiro sujeito de pesquisa foi a Coordenadora do Curso do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e Ensino Médio Integrado (EMI). Ela é professora da instituição na área de artes para os alunos do Proeja e do ensino médio integrado e está na Coordenação há um ano.

O quarto sujeito de pesquisa é o Assistente Social, que Coordena a Coordenação de Assistência ao aluno. Ele foi removido recentemente para o Campus Porto Nacional, pegou as atividades em andamento e foi conseguindo dar o andamento nos processos de Programa Nacional de Assistência ao Estudante.

O quinto sujeito de pesquisa é a Assistente de Aluno. Ela é técnica em administração é formada em letras, trabalha na Instituição desde 2011, formada em Licenciatura em Letras.

O sexto sujeito de pesquisa é o Aluno A, evadido do Curso PROEJA em Técnico em Vendas, pedreiro, casado e com renda familiar de até um salário mínimo.

O sétimo sujeito de pesquisa é o Aluno B, evadido do Curso PROEJA em Técnico em Vendas. Eletricista, casado e com renda familiar de um a dois salários mínimos.

O oitavo sujeito de pesquisa é o Aluno C, evadido do Curso de Licenciatura em Computação, técnico em informática, solteiro e com renda familiar de mais de cinco salários mínimos.

O nono sujeito de pesquisa é o PROFESSOR A que trabalha na área de informática, formado em Ciências da Computação, leciona para os cursos técnicos em informática e cursos de Licenciatura.

O décimo sujeito de pesquisa é a PROFESSORA B – formada em Sistemas da Informação, especialista, trabalha na instituição desde 2003, professora do curso de Licenciatura, já trabalhou com alunos do Proeja e nos cursos técnicos.

No período das entrevistas, os sujeitos de pesquisa colocaram-se a disposição para responder todas as perguntas. Dessa forma, foram agendados previamente os dias e horários em que as entrevistas pudessem ocorrer e foram entrevistados individualmente.

As entrevistas aconteceram no período de 18 a 29 de setembro de 2014 da seguinte forma: com os servidores da Instituição ocorreram nas suas respectivas salas; com os alunos evadidos, dois foram em suas residências e na sala de reunião do Instituto.

A entrevista semiestruturada, segundo Triviños (1987), é um dos principais meios que tem o investigador para realizar a coleta de dados, por ela valorizar a presença do investigador, oferecer todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.

As entrevistas semiestruturadas são resultado não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas. (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Esse tipo de entrevista traz como característica a elaboração prévia de um roteiro, que tem como função orientar o pesquisador a conduzir a entrevista para o objetivo pretendido.

Dessa forma, o roteiro deve garantir, por meio de perguntas, a abrangência total dos conceitos a serem estudados, que segundo Manzini (2003):

[...] se por um lado a organização dos conceitos poderá ser analisada previamente no roteiro, por outro, o roteiro poderá garantir o não esquecimento de algum item ou pergunta no momento em que a entrevista transcorre. Baseado nessa forma de conceber um roteiro para entrevista, podemos interpretar que o roteiro pode auxiliar, parcialmente, na organização da interação social no momento da entrevista (MANZINI, 2003, p. 13).

Elaboraram-se três roteiros para as entrevistas, com questões previamente preparadas, aplicado para os alunos evadidos, para os professores e a equipe pedagógica, constituído de questões abertas e fechadas, com o objetivo de orientar as entrevistas semiestruturadas.

A entrevista semiestruturada (Apêndice A) foi organizada de acordo com objetivos específicos a serem atingidos:

1 – Para analisar como as políticas públicas, foram formuladas questões com relação ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins - campus Porto Nacional; perguntou-se aos entrevistados:

- Qual sua opinião sobre processo educacional do IFTO – Campus Porto Nacional?
- Qual sua opinião sobre política pública para a educação?
- Qual sua opinião sobre evasão escolar?
- Você conhece algum controle no IFTO para identificar a evasão escolar?

2 – Para analisar as condições de permanência dos alunos na relação com o currículo nas dimensões pedagógicas, filosóficas, sociais e psicológicas foi perguntado aos entrevistados:

- Você tem algum conhecimento sobre as diretrizes curriculares do IFTO?
- Você sabe se as diretrizes curriculares dos cursos estão acompanhando as tendências de mercado? Quais os métodos de identificação?
- Como são identificados os problemas de aprendizagem dos alunos?
- Qual sua opinião sobre formação de professores para os Institutos Federais?

3 – Para identificar as causas e consequências que provocam a evasão escolar, considerando o perfil dos alunos evadidos diante da necessidade de reduzir as taxas de evasão e na ocupação de vagas ociosas, foi perguntado aos entrevistados:

- Por que você escolheu o IFTO para estudar?
- Quais foram os motivos que o levaram a desistir do curso?
- Você voltaria a estudar no IFTO?

A ordem das questões foi modificada de acordo com o seu andamento, ou seja, com flexibilidade para explorar as informações e com intervenções cuidadosas no sentido de estimular respostas mais centradas em questões de interesse da pesquisa.

Em conjunto com o roteiro de entrevistas, aplicou-se aos alunos evadidos um questionário de identificação socioeconômico (Apêndice A) com o objetivo de identificar o perfil dos alunos evadidos.

Após a fase das entrevistas, foram feitas as transcrições das falas, este momento se constituiu de uma pré-análise do material. Dessa forma, principalmente nas entrevistas dos tipos semiestruturada e não estruturada, que são as entrevistas passíveis de serem transcritas, essa meta de manter a interação já não está mais presente.

De acordo com Manzini (2013) o pesquisador se distancia do papel de entrevistador e se coloca no papel de interpretador de dados. O pesquisador, no momento da transcrição, vai distanciar-se de um fato vivido - que foi o processo de coleta - ao mesmo tempo em que revive esse fato em outro momento e com outro enfoque intencional.

No primeiro momento, que é o de coleta de dados, o enfoque era o presente, na ação de entrevistar. As respostas, as explicações, as argumentações e as explanações do entrevistado eram o que mantinham a atenção. Na transcrição, o enfoque foi dado àquilo que foi ou não falado, pois é isso que é feito numa transcrição: transcreve-se o que foi falado, mas é possível perceber o que foi ou não perguntando, o que foi ou não respondido e no que está inaudível ou incompreensível (MANZINI, 2013, p. 2).

Segundo Bardin (1977), a pré-análise seria baseada na transcrição, no qual são realizadas várias leituras do material para entender e compor os dados. Com certeza, isto ocorre quando não é o pesquisador quem transcreveu a entrevista.

Quando é o pesquisador quem faz transcrição, a pré-análise inicia-se durante a transcrição e não após ela, principalmente porque é necessário definir quais serão as normas que irão reger a transcrição. Essas normas deverão conter os elementos essenciais para transformar as informações em dados.

Assim, para a análise e interpretação dos dados obtidos nas entrevistas, utilizou-se como metodologia a análise de conteúdo, caracterizada por ser um conjunto de técnicas que interpretam e analisam as comunicações, em que o objetivo corresponde à superação da incerteza e o enriquecimento da leitura (BARDIN, 1977). Segundo a autora, o campo de aplicação da análise de conteúdo é vasto, já que esta técnica poderá ser aplicada tanto a linguagem oral quanto

escrita, tanto na comunicação de uma pessoa ou um pequeno grupo, até a comunicação de massa.

Nessa perspectiva, buscou-se, a partir da análise de conteúdo, de documentos como: a Legislação Educacional que orientam as políticas públicas de ampliação dos Institutos Federais, dos dados do INEP e da CORES, bem como das entrevistas que foram realizadas com os alunos evadidos e servidores do IFTO – *Campus* Porto Nacional uma compreensão das causas e das consequências desta evasão no IFTO.

Gil (2010) afirma que o processo de análise de dados envolve diversos procedimentos como: codificação das respostas, tabulação de dados e cálculos estatísticos. No entanto, após este procedimento, procedeu-se a interpretação dos dados que consistiram em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos.

A análise e a interpretação são um processo que ocorre simultaneamente à sua coleta. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 221) “a interpretação será uma discussão dos resultados encontrados em confronto com os obtidos por outros estudiosos, apontando pontos mais importantes e realçando determinados setores.”

A análise de conteúdo e a análise documental poderão se complementar, segundo a operação intelectual, ou seja, o recorte de informações, a categorização, a representação feita na análise documental é igual ao tratamento das mensagens realizado na análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Neste caso, uma técnica é complementar a outra.

Para realizar esta pesquisa foi necessário utilizar tanto a análise documental quanto a análise de conteúdo para fundamentar a interpretação dos documentos e, posteriormente, das entrevistas realizadas.

Para Bardin (1977), a maioria dos procedimentos de análise organiza-se, no entanto, em redor de um processo de categorização, que, segundo a autora, são: “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. (BARDIN, 1977, p. 117).

As categorias podem ser definidas *a priori*, ou no decorrer da realização da pesquisa, surgindo mesmo durante a realização das entrevistas, outras categorias (outros temas) que serão considerados, caso sejam recorrentes, ou pertinentes.

Considerando os objetivos que se pretendeu alcançar, definiram-se três categorias a *priori*: Políticas públicas; Condições de Permanência e Evasão Escolar.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo, tem-se por objetivo analisar como as políticas públicas são formuladas em relação ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins - *Campus* Porto Nacional. A intenção é mostrar como a expansão dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas públicas para a educação profissional na qualificação da mão de obra.

Para a discussão teórica sobre a Educação Profissional e Políticas públicas recorreu-se às contribuições de autores como Manfredi (2002), Saviani (2004), Cunha (2000), Romanelli (2005), Pereira (2003), Detregiachi Filho (2012), Kuenzer (2006) entre outros.

Neste contexto, este capítulo contém os seguintes tópicos: A Educação Profissional no Brasil e os Institutos Federais como instrumento de políticas públicas para a educação profissional.

3.1 Breve histórico da Educação Profissional no Brasil

Desde o seu início da colonização do Brasil, a formação profissional tem sido reservada às classes menos favorecidas, estabelecendo-se uma nítida distinção entre aqueles que detinham o saber (ensino secundário, normal e superior) e os que executavam tarefas manuais (ensino profissional).

Manfredi (2002), em seus estudos, enfatiza que, no Brasil, a educação para a formação do trabalhador foi iniciada no período da colonização, no qual, os primeiros aprendizes de ofícios foram os índios e os escravos. As práticas educativas e o preparo para o trabalho se fundiam basicamente com as práticas cotidianas de socialização, era um processo de educação profissional que integrava saberes e fazeres mediante o exercício das múltiplas atividades da vida em comunidade. Com isso, "habitou-se o povo a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais". (FONSECA, 1961, p. 68).

Segundo Manfredi (2002, p. 67), é possível afirmar que: "esses povos foram os primeiros educadores de artes e ofícios para as áreas de tecelagem, de

cerâmica, para adornos e artefatos de guerra, para a construção de casas e obviamente, para as várias técnicas de cultivo da terra [...].”

Com a chegada dos primeiros jesuítas iniciadores do processo de educação no Brasil, que vinham com o objetivo de catequizar os índios, constituíram então um plano de instrução elaborado pelo Padre Manuel de Nóbrega, em 1570, que iniciava com o aprendizado do português e prosseguia com a doutrina cristã, culminando assim com o aprendizado profissional e agrícola. (SAVIANI, 2004).

Diante desses acontecimentos, foram construídos os primeiros colégios, conforme afirma Manfredi (2002):

Os colégios e as residências dos jesuítas sediados em alguns dos principais centros urbanos foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as “escolas oficinas” de formação de artesãos e demais ofícios, durante o período colonial. (p. 68).

Esse plano de instrução elencado acima foi aplicado precariamente e suplantado pelo plano geral de estudos organizado pela Companhia de Jesus e consubstanciado no *Ratio Studiorum*; este se tornou universalista e elitista, sendo destinado aos filhos de colonos e excluindo os indígenas (SAVIANI, 2004). Pode-se dizer que a educação eminentemente intelectual que os jesuítas ministravam aos filhos dos colonos afastava os “elementos socialmente mais altos” de qualquer trabalho físico ou profissão manual.

De acordo com Saviani (2004), com a expulsão dos jesuítas, em 1959, por Marquês de Pombal, o sistema de educação existente passou por uma grande desorganização com as reformas pombalinas, desmantelando toda uma estrutura administrativa de ensino. O Estado, pela primeira vez, assumiu os encargos da educação e foi obrigado a montar outro aparato escolar para substituí-lo, o que levou muito tempo.

Saviani (2004) afirma que:

A chegada de D. João VI ao Brasil trouxe grandes transformações nas quais as primeiras instituições públicas a serem fundadas foram as de ensino superior, destinadas a formar pessoas para exercerem funções qualificadas no Exército e na administração do Estado (p. 128).

Conforme Manfredi (2002), o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário e do superior, com o objetivo específico de promover a

formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

A Educação profissional era ministrada nas academias militares, em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios. Foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir.

Garcia (2000) informa que, em 1808,

[...] com a abertura dos portos ao Comércio estrangeiro e ao mesmo tempo, ao permitir a instalação de fábricas no Brasil, que até então estava proibido pelo Alvará de 5 de janeiro de 1785 obrigando o fechamento de todas as fábricas², D. João VI criou o Colégio de Fábricas, que representou o primeiro estabelecimento que o poder público instalou em nosso país, com a finalidade de atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal (p. 3).

Diante desse fato, o que se pode concluir é que o Período Imperial ficou caracterizado pela criação de instituições mantidas e administradas pelo Estado, voltadas para a formação da força de trabalho manufatureira a partir dos desvalidos, enquanto as iniciativas particulares visavam ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres dispostos a receber o ensino (CUNHA, 2000).

Com o aumento da produção manufatureira, a partir da segunda metade do século XIX, foram criadas várias sociedades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução profissional teórica e prática. As mais importantes delas foram às mantenedoras dos Liceus de Artes e Ofícios. (CUNHA, 2000, p. 91). Enquanto no período do Império,

[...] tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto às das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não repetir no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação (CUNHA, 2000, p. 92).

²Justificando desta forma: “O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes tem por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda muitos artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontestáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”. (FONSECA, 1961).

Conclui-se que os primórdios da formação profissional no Brasil registram uma distante e frágil relação entre a preparação para o trabalho e modelo econômico da época. Em distintos períodos, o que se predomina são decisões circunstanciais, destinadas principalmente aos pobres e desvalidos de sorte.

Com o fim da escravidão e a proclamação da República, nasce a perspectiva de alterar o panorama em relação ao ensino de ofícios.

Nesta época, vários setores da sociedade começaram a demonstrar a vontade de estabelecer, no Brasil, um ensino que preparasse o trabalhador para as atividades da indústria, o que necessitava de uma melhoria na mão-de-obra, justificada pelo aumento da indústria do país. (GARCIA, 2000)

Romanelli (2005) afirma que a Constituição da República de 1891, que instituiu o sistema federativo de governo, consagrou também a descentralização do ensino e a dualidade de sistemas, que delegou à União a criação e o controle do ensino superior e o ensino secundário; aos Estados coube criar e controlar o ensino primário e o ensino profissional.

Era, também, uma forma de oficialização do sistema dual de ensino na qual de um lado estava a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e superiores) e, do outro, a educação do povo (escola primária e profissional), conforme relata Romanelli (2005).

Fonseca (1961) afirma que foi aprovado, em 1906, um crédito do governo Federal para que os Estados criassem escolas técnicas profissionais.

Então, o presidente do Estado do Rio de Janeiro (como era chamado o Governador na época), Nilo Peçanha, iniciou, no país, o ensino técnico por meio do Decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906, criando quatro escolas profissionais naquela unidade federativa: Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul, sendo as três primeiras para o ensino de ofícios e, a última, à aprendizagem agrícola.

Segundo Manfredi (2002), a medida mais efetiva para transformar as escolas de aprendizes num único sistema foi tomada em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, através do Decreto nº 7566, de 23 de setembro, pelo já Presidente da República Nilo Peçanha. Isso representou o marco da atuação direta do governo federal na área de formação profissional, como resposta aos desafios de ordem econômica e política.

A finalidade educacional das escolas de aprendizes era a formação de operários e de contramestres, por meio do ensino prático e de conhecimentos

técnicos transmitidos aos menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos mais convenientes e necessários ao Estado da federação em que a escola funcionasse (MANFREDI, 2002).

Tomando como base os acontecimentos da época que ficam em torno da criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, quanto à formação de artífices, as intenções se misturavam, não fica realmente claro qual a mais importante delas, se a qualificação da força de trabalho para a emergente indústria nacional ou se o uso da educação profissional como dispositivo de controle da disciplina social (PEREIRA, 2003).

A industrialização foi ganhando ênfase na trajetória do desenvolvimento brasileiro e com ela se configuraram outras classes sociais (burguesia industrial, comercial e financeira, proletariado, pequena burguesia). E novas ideias e valores emergiram em contraposição à burguesia do café.

Nesse processo, inseriu-se a insatisfação da burguesia industrial com o papel desempenhado pelo Estado em favor das medidas de redução das perdas dos cafeicultores, com implicações cambiais e monetárias que dificultaram a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas, além de uma menor disponibilidade de créditos, conclui Pereira (2003).

Manfredi (2002) afirma que a política educacional do Estado Novo comprovou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, edificando assim uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário atribuído às elites e os profissionais de ensino médio à classe menos favorecidas.

A substituição do modelo agroexportador pelo de industrialização foi realizada mediante pesados investimentos públicos na criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do parque industrial brasileiro, é o que analisa Manfredi (2002).

Nesse sentido, um novo ciclo para a história do ensino profissional se estabeleceu no curso de importantes mudanças dos seus condicionantes materiais e legais.

Salienta Pereira (2003) que o período compreendido entre os anos 1930 e 1945 registrou um conjunto de decisões de significativa importância e de grande repercussão para a educação brasileira e, em particular, para a educação profissional.

A indústria brasileira, nos seus primórdios, de muito se valera da mão-de-obra estrangeira que aqui chegara para trabalhar nas plantações de café, face ao conhecimento para as atividades fabris que traziam de seus países de origem. Entretanto, a mão-de-obra estrangeira já não era tão abundante quando o Brasil iniciou de forma definitiva a sua marcha para a conquista do título de país industrial (PEREIRA, 2003).

A “Revolução de 1930” colocou fim à hegemonia da burguesia do café, que pode ser traduzida como a expressão da necessidade de alterar a estrutura do país, cujo funcionamento, até então, estava baseado essencialmente na força e hegemonia da atividade agroexportadora.

Garcia (2000) afirma que as Escolas de Aprendizes Artífices foram desligadas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública. As Escolas de ofícios, até então denominadas de Escolas de Aprendizes Artífices, passaram a ser chamadas de Liceus e destinadas ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Percebe-se que, nesse período, há uma desvinculação entre formação profissional e educação; aos trabalhadores era destinada uma formação voltada para o treinamento, para o adestramento, até porque a nossa indústria ainda era bastante elementar, baseada no artesanato e manufatura com poucas exigências, Garcia (2000) afirma.

A Constituição Brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

A partir de 1942, vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

O ensino primário, com quatro ou cinco anos de duração, à crianças de 7 a 12 anos; o ensino médio, para jovens de 12 anos ou mais compreendia cinco ramos. O os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes

ao ensino secundário tinha por objetivo formar os dirigentes, os demais ramos tinha a finalidade de formar uma força de trabalho específica para os setores de produção e da burocracia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o setor secundário; o ensino comercial para o setor terciário; o normal para a formação de professores para o ensino primário (MANFREDI, 2002, p. 99).

Essa reforma consagrou as propostas dualistas do ensino que visavam formar a intelectualidade por meio do secundário, por um lado, e os trabalhadores manuais, por meio dos ramos técnicos, por outro. Consolidou assim a dualidade estrutural, pois os ramos técnicos não davam acesso ao ensino superior (DETRREGIACHI FILHO, 2012).

Até o surgimento das leis orgânicas do Ensino, a partir de 1942, o ensino profissional, à exceção das escolas federais, não tinha nenhuma regulamentação.

Segundo Romanelli (2005), em consequência da expansão da indústria e pela ineficiência do poder público na concretização e expansão do ensino secundário profissionalizante, a indústria, que pressionava para a criação de formas alternativas (mais rápidas) para a formação do trabalhador, criou um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, que foi organizado em convênio com as indústrias, através da Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

De acordo com Dal Ri (2012), o Serviço Nacional dos Industriários, passou mais tarde a se chamar Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC), que apesar de administrados pelos empresários, recebiam verbas públicas, destinavam-se a:

[...] organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo país, podendo também manter, além dos cursos de aprendizagem, que eram mais rápidos, segundo a Lei Orgânica do Ensino Industrial, e tinham por objetivo a preparação dos aprendizes menores dos estabelecimentos industriais, cursos de formação e continuação para trabalhadores não sujeitos à aprendizagem (ROMANELLI, 2005, p. 166).

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 (BRASIL, 1942), transformou as Escolas de aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário.

A partir desse ano, inicia-se formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos

formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação (PEREIRA, 2003)

Segundo Romanelli (2005), durante o período de 30 a 64, as relações entre política e economia caracterizam-se por um equilíbrio mais ou menos estável entre o modelo político de Getúlio e o modelo de expansão da indústria. Destacando o Estado com um papel muito importante na expansão e na implantação de condições mínimas de infraestrutura e indústria básica.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) trouxe a marca do aprofundamento da relação entre o modelo político e a expansão econômica. Nesse período, a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. O Plano de Metas do Governo JK, nesses cinco anos, previa investimentos maciços nas áreas de infraestrutura, enfatiza Romanelli (2005).

Em 1959, as Escolas Técnicas foram transformadas em Escolas Técnicas Federais (ETF), porém, em 1978, as ETFs de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro foram elevadas a Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), passando a ministrar cursos de ensino superior.

Saviani (2013) argumenta que uma das investidas dos empresários da época foi a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Esse Instituto, fundado em 29 de novembro de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo, articulado com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra para realizar suas atividades, foi estruturado em setores de trabalhos, sendo um deles o educacional.

O IPES organizou um simpósio sobre a reforma da educação com o intuito de discutir as linhas mestras de uma política educacional que viabilizasse o rápido desenvolvimento econômico e social do país, para isso foi elaborado um documento básico que considerava então:

A escola primária deveria capacitar para a realização de determinada atividade prática. Na sequência, o ensino médio teria como objetivo a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país, de acordo com um diagnóstico da demanda efetiva de mão de obra qualificada. E, finalmente, ao ensino superior eram atribuídas duas funções básicas: formar a mão de obra especializada requerida pelas empresas e preparar os quadros dirigentes do país. (SAVIANI, 2013, p.343).

Segundo Saviani (2013), a orientação trazida pelos objetivos indicados pelo simpósio e a referência à profissionalização do ensino médio, a integração dos

cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação foram elementos que integraram as reformas de ensino do governo militar.

De acordo com Detregiachi Filho (2012), em 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024, Lei de Diretrizes e Bases, que contemplou, no artigo 104, a possibilidade de implementação de cursos experimentais, como currículos, métodos e períodos escolares próprios.

Neste contexto, assim como os empresários ligados ao IPES operavam em articulação com os colegas americanos e contavam com a sua colaboração financeira, também no planejamento e na execução orçamentária da educação se estreitou a relação com os Estados Unidos, celebrando acordos de financiamento da educação brasileira.

Assim, a partir de 31 de março de 1965, sob o regime da ditadura militar, as políticas e reformas educacionais brasileiras foram elaboradas com a assessoria da Agency for International Development (USAID), sendo consubstanciadas nos acordos com o Ministério da Educação (MEC), denominados MEC-USAID, para promover a reforma de ensino brasileiro mediante a contratação de assessoramento norte americano. Dentre seus resultados, pode-se citar a reforma universitária de 1968 e a Lei nº 5.692/71 com a reforma do ensino de primeiro e segundo graus:

Foi nessa altura que foram assinados todos os convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID. Os convênios, conhecidos comumente pelo nome de "Acordos MEC-USAID" tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientado desde 1964, e de dar um sentido objetivo e prático a essa estrutura. Lançaram. Portanto, as principais bases das reformas que se seguiram [...] (ROMANELLI, 2005, p. 197).

De acordo com Zibas (2005), a Lei nº 5.692/71 abriu duas frentes inusitadas e contraditórias do enfrentamento político-ideológico. De um lado, as camadas médias resistiam em profissionalizar seus filhos. Por outro lado, os setores populares ressentiam-se tanto da falta de condições materiais e técnicas básicas para profissionalização universal pretendida quanto do enfraquecimento da capacidade propedêutica do ensino médio.

Apesar da elevação dos preços internacionais do petróleo e da recessão econômica mundial nos anos de 1970, o Brasil faz opção pela aceleração do crescimento econômico consubstanciado no II Plano Nacional de Desenvolvimento

(PND), elaborado para o período de 1975 a 1979. Esse período é inegavelmente marcado por profundas mudanças na política de educação profissional, o que também se pode justificar pelo seu projeto de desenvolvimento.

De acordo com Saviani (2013), nesse período difundiram-se as ideias relacionadas à organização racional de trabalho (*taylorismo, fordismo*), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (*behaviorismo*) que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que se pode sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista”.

Diante desse cenário, no Brasil, iniciou-se um período de fortes influências das agências internacionais, sob o pretexto de ajuda e cooperação, a fim de promover o progresso e o desenvolvimento do país. Esses acordos pretendiam alinhar interesses com os anseios dos países centrais, seus financiadores.

Segundo Dourado (2002), a concepção política proposta pelo Banco Mundial assentava-se: na defesa da descentralização dos sistemas; no desenvolvimento de capacidades básicas de aprendizagens necessárias às exigências do trabalho flexível; na realocação dos recursos públicos para a educação básica, dentre outras orientações.

Dourado (2002) afirma ainda que esses indicadores revelam o caráter utilitarista presente nas concepções do Banco Mundial para a Educação, pois fragmentam e desarticulam a luta pela democratização da educação em todos os níveis.

Por essa razão, difundiu-se a necessidade de vincular a educação aos planejamentos econômicos globais como forma de contribuir para o desenvolvimento econômico. E, para atingir essa meta, seria necessário adequar a educação às necessidades de qualificação de mão de obra demandada pelo mercado de trabalho.

Segundo Saviani (2013) a crise da sociedade capitalista que eclodiu na década de 1970 conduziu a reestruturação dos processos produtivos, revolucionando a base técnica da produção. Nesse contexto, reforçou-se a importância da educação escolar na formação desses trabalhadores que deveriam ter um preparo polivalente apoiado no domínio de conceitos gerais, abstratos, de modo especial aqueles de ordem matemática.

. A crença na contribuição da educação para o processo produtivo econômico produtivo, marca da teoria do capital humano que, para Saviani (2013), surgiu

[...] no período dominado pela economia keynesiana e pela política do Estado de bem-estar, que, na chamada era de ouro do capitalismo, preconizavam o pleno emprego. Assim, a versão originária da teoria do capital humano entendia a educação como função preparar as pessoas para atuar num mercado em expansão que exigia força de trabalho educada (p. 429).

Convém frisar que as reformas educacionais dos anos 70 tiveram inspiração na Teoria do Capital Humano, que creditava à educação o poder quase mágico de favorecer o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos. Essa teoria influenciou a própria prática educativa, passou a pautar-se em uma pedagogia fundamentada nos princípios da racionalidade e da eficiência, restritas a uma aprendizagem para o saber fazer.

Martins (2000) enfatiza que a história da educação encontra-se profundamente marcada por essa separação entre o saber e o fazer, arrastando consigo as cisões sociais e políticas.

Manfredi (2002) salienta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971a), tornou, de maneira compulsória, técnico-profissional todo currículo do segundo grau. Estabelecendo, formalmente, a equiparação entre o curso secundário e os cursos técnicos. Então um novo paradigma se estabeleceu: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

No fim da década de 1970 e início da seguinte, formou-se no país um amplo movimento de luta contra a ditadura militar, pela volta ao Estado de direito e pela democratização das estruturas administrativas do Estado e das Organizações. O movimento resultou então na elaboração de uma Nova Constituição, instituída em 1988, e na instauração da Nova República, o que impactou o campo da Educação, conforme Dal Ri (2012).

Pode-se verificar, de acordo com o autor supracitado que, em 1994, a Lei Federal nº 8.948, de 8 de dezembro, dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), (BRASIL, 1994) mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados,

as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Oliveira e Duarte (2001) apontam que as lutas em defesa da educação pública nas décadas de 70 e 80 foram devidas inicialmente a uma preocupação com o acesso e a garantia de obtenção de vagas para todos. Em seguida, verificou-se que não basta garantir o acesso, mas é necessário zelar pela permanência, tomando lugar de destaque a luta por uma educação pública de qualidade.

Pode-se concluir que a marca desse momento era a busca da universalização do ensino. E que a educação constitui-se em um direito de todos e a possibilidade de uma vida melhor muda o eixo econômico da busca pela escolarização para um foco mais político centrado nas noções de sociedade civil, cidadania e participação.

Segundo Soares (1996), nos anos 80, a eclosão da crise de endividamento abriu espaço para uma ampla transformação do papel até então desempenhado pelo Banco Mundial (BM) e pelo conjunto dos organismos multilaterais de financiamento. Esse contexto fez com que o BM e o Fundo Monetário Internacional (FMI) comesçassem a impor uma série de condicionalidades para novos empréstimos, as quais abriram campo para a sua intervenção, inclusive na formulação da política interna e na sua influência na formulação da própria legislação dos países endividados. Assim, esse novo papel do Banco reforçou a sua capacidade de impor políticas, inclusive na área educacional, dado que, sem o seu aval e o do FMI, fecharia todas as fontes de crédito internacional.

As orientações para as reformas educacionais dos anos 90 resguardam a possibilidade de continuar a formar força de trabalho apta às demandas do setor produtivo, e no lugar da igualdade de direitos oferecem a equidade social, entendida como a capacidade de estender para todos o que se gastava só com alguns, concluí Oliveira e Duarte (2001).

A Educação Profissional e Tecnológica reveste-se como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea. Não se restringe a uma compreensão linear, no qual apenas treina o cidadão para a empregabilidade, nem uma visão reducionista, que objetiva preparar o trabalhador para executar tarefas instrumentais (BRASIL, 2004a, p. 7).

Verifica-se, então, que há uma necessidade de se construir uma política educacional que integre a formação profissional ao campo de um sistema nacional de educação, universalizado e democrático em todos os níveis de modalidade.

Coraggio (1996), ao analisar as políticas propostas pelo Banco Mundial para a área educacional, indica que elas apresentavam proposições fundamentadas em um reducionismo economicista, pois foram estruturadas numa visão enfocada basicamente na relação custo/benefício. A partir desse enfoque economicista, as orientações gerais do Banco Mundial prescreviam políticas educacionais “que induziam as reformas concernentes ao ideário neoliberal, propondo que a ótica de racionalização do campo educativo devesse acompanhar a lógica do campo econômico, sobretudo, a partir da adoção de programas de ajuste estrutural” (DOURADO, 2002, p. 238).

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 (BRASIL, 1996), considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, passando a educação profissional e tecnológica a integrar-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, superando assim enfoques de assistencialismo e de preconceito social contidos nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada a fim de se tornar um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Segundo Dal Ri (2012), em 1997, uma reforma radical afetou a formação técnica. Os sistemas de ensino federal, estadual e privado foram intimados, por decreto federal, a oferecer apenas o ensino técnico modular, excluindo-se desses módulos as disciplinas de formação geral. O Decreto 2.208/1997 (BRASIL, 1997) regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), elevando a educação tecnológica a um alto patamar da educação profissional, reafirmando seu status de curso de nível superior.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), foi aprovada e, no ano seguinte, o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997)

regulamentou os artigos da nova LDB que tratam especificamente da educação profissional.

A chamada “Reforma da Educação Profissional” foi implantada dentro do ideário de Estado Mínimo, com fortes reflexos nas escolas federais de educação profissional do país. As mudanças estabelecidas pela nova legislação foram profundas e cortaram pela raiz o movimento de redirecionamento desenhado pelas instituições federais.

Em meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retomou-se, em 1999, o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

Na esteira desse mesmo projeto educacional, o governo brasileiro à época assinou convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a implantação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Em 2004, o Decreto 2.208/1997 (BRASIL, 1997) foi revogado, já sob o governo Lula. Nesse período, o Decreto 5.154/04 (BRASIL, 2004b) foi apresentado e, embora no início com caráter provisório, manteve regulamentando o ensino profissional do Brasil. Esse Decreto apresentou duas alterações em relação à anterior, uma em que volta a possibilidade de integração entre o ensino médio e o profissional e, outra, que estabelece a educação profissional tecnológica como cursos superior de graduação, equiparando-os aos demais cursos desse nível e possibilitando a continuidade da formação de programas de pós-graduação (DAL RI, 2012, p. 15).

A rede federal de educação tecnológica (Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais) ganha, então, autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica.

Por sua vez, as escolas agrotécnicas federais recebem autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, fortalecendo a característica dessas instituições: a oferta verticalizada de ensino em todos os níveis de educação.

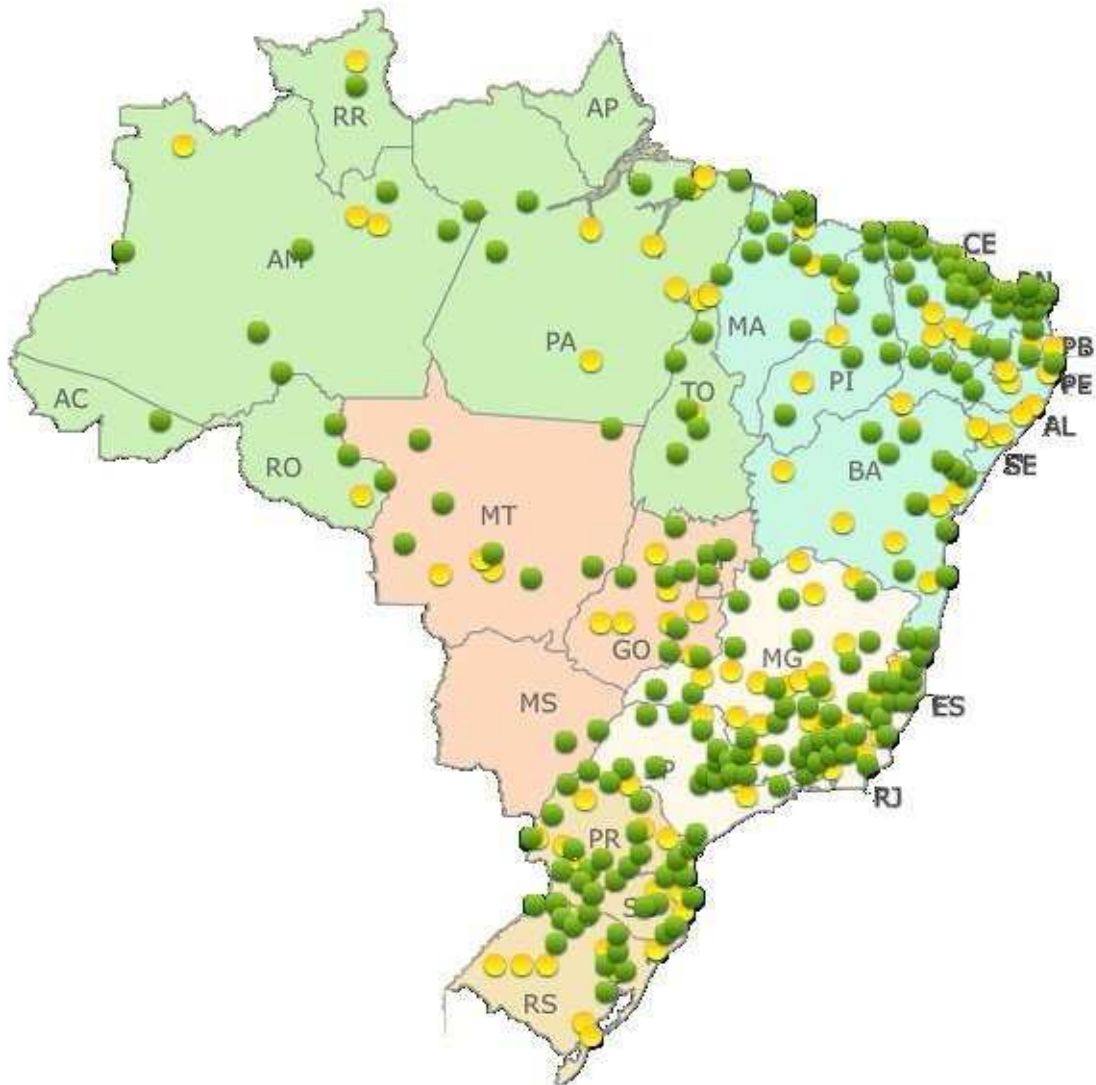
Em 2005, com a publicação da Lei 11.195/05 (BRASIL, 2005), ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

A Lei 11.195/05 passa a ser considerada um marco histórico pelo fato de possibilitar, legalmente, a retomada da expansão da rede e trás em seu quinto parágrafo:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2005).

Em 2007, houve o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em que se previa a instalação de mais 150 novas unidades de ensino, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010. Cobrindo assim todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação de ensino técnico, superior e de pós-graduação sintonizado com as necessidades de desenvolvimento local e regional. (BRASIL, 2010a)

Figura 1 – Mapa da rede federal nos anos de 1909 a 2010.



- *Campi* criados entre 1909 a 2002
- *Campi* criados entre 2003 a 2010

Total de *campi*: 354

Municípios atendidos: 321

Fonte: BRASIL, 2012.

Em 2007, o Governo Federal, utilizando-se do Decreto 6.095, estabelece a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), sinalizando a intenção nítida de articular a educação superior com a educação básica profissional e a educação profissional técnica de nível médio.

Art. 1.º §2.º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional,

pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação. (BRASIL, 2007)

Pode-se inferir que a escolha da denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, ao invés de Universidade Tecnológica, reflete a intenção do Governo Federal em não priorizar apenas a oferta de ensino superior nestas instituições, mas de valorizar igualmente as diversas modalidades de educação profissional, conforme se observa no referido Decreto, ao vincular a dotação orçamentária aos objetivos que deverão estar contidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) integrado dos IFETs.

Art. 5.º O projeto de lei que instituir o IFET vinculará sua autonomia financeira de modo que o Instituto, em cada exercício, aplique o mínimo de cinquenta por cento de sua dotação orçamentária anual no alcance dos objetivos definidos nos incisos I, II e III do §2º do art. 4º, e o mínimo de vinte por cento de sua dotação orçamentária anual na consecução do objetivo referido na alínea 'd', inciso VII, do §2º do citado art. 4º. (BRASIL, 2007).

Art. 4.º § 2º No plano acadêmico, o projeto de PDI integrado deverá se orientar aos seguintes objetivos:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica de nível médio; [...]

VII – ministrar em nível de educação superior: [...]

d) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vista à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, de acordo com as demandas de âmbito local e regional. (BRASIL, 2007).

No lançamento da Fase II, contabilizava-se um total de 214 novas unidades de ensino até 2010 (Figura 1), que somadas às 140 Escolas Técnicas pré-existent, atingiriam o número de 354 (BRASIL, 2010a). Entretanto, até fevereiro de 2012 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) exibiu em seu sítio na internet um total de 366 escolas entregues até 2010 (Figura 2).

Figura 2 – Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2010

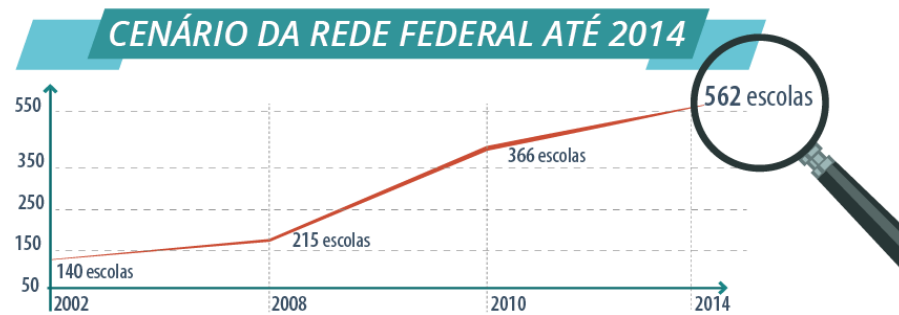


Fonte: BRASIL, 2012.

Em agosto de 2011, dá-se a continuidade a política de expansão da Rede Federal com o lançamento da Fase III, com a meta de construir mais 208 campi vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período 2011-2014. Segundo o relatório de gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2011a), referente ao ano de 2010, projetava-se para o primeiro ano da Fase III a implantação de 86 novos campi de Instituto Federal, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II. Segundo esse documento, o prazo para a implantação destes campi era dezembro de 2011.

A Fase III também foi marcada pela criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) pela lei LEI Nº 12.513/2011 (BRASIL, 2011b), no qual tende a reforçar a opção pelas parcerias público-privadas, aproximando-se do viés neoliberal das políticas destinadas à educação na década de 1990.(BRASIL, 2011a).

Figura 3 – Cenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica até 2014



Fonte: BRASIL, 2012.

Além da expansão da Rede Federal, o governo apoia também a expansão e reestruturação das redes estaduais de educação profissional pelo Programa Brasil Profissionalizado. Outra iniciativa é a Rede e-Tec Brasil que é o programa de oferta de cursos técnicos na modalidade de educação à distância, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso aos jovens residentes nas periferias dos grandes centros e em regiões isoladas.

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), regulamentado pelo Decreto nº 5.840/2006 (BRASIL, 2006), inaugurou as políticas de inclusão dos trabalhadores no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público e ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.

Foi criado também o Programa Mulheres Mil, voltado para mulheres em situação de extrema pobreza em cursos de formação profissional, alternativas de economia solidária, bem como pela implantação do CERTIFIC, regulamentado pela Portaria Interministerial 1.082 (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego) de 20 de novembro de 2009 (BRASIL, 2009), o qual realiza o reconhecimento e certificação dos saberes profissionais dos trabalhadores com o mínimo de Ensino Fundamental completo.

3.2 Os Institutos Federais como instrumento de políticas públicas para a educação profissional

Segundo Oliveira e Duarte (2001), a relação educação formal e mercado de trabalho tem merecido destaque nos debates em torno das questões relativas ao sistema de emprego bem como nas reformas nos sistemas educativos. Na realidade, trata-se de nova abordagem de uma antiga relação estabelecida entre educação e economia: a preocupação como os mecanismos de distribuição de renda e equalização social.

Nesse sentido, Pereira (2008) enfatiza que o surgimento dos Institutos Federais estabelece vínculo com a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos centrais nas atuais políticas e assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem, daí a imprescindibilidade do fortalecimento das ações e das instituições públicas.

A implantação dos Institutos Federais está relacionada ao conjunto de políticas para a educação profissional e tecnológica em curso. Justificada pelos seguintes aspectos: pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de Educação à Distância (EAD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da Rede Federal com a formação de mais mestres e doutores e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade (BRASIL, 2008, p. 9).

Para Pereira (2008), a Educação Profissional no Brasil é fruto da correlação de força entre setores a favor da acumulação capitalista e outros que a concebem como importante instrumento de política social visando à diminuição das desigualdades.

As políticas sociais do Governo Lula, ao não terem contemplado um amplo projeto de resgate dos direitos universais da cidadania e ficarem restritas a programas focalizados de combate à pobreza, mantiveram-se sob a égide do ideário neoliberal, ou seja, estabeleceram a continuidade da ausência do Estado na oferta

de amparo social à maior parte dos cidadãos brasileiros e propuseram que cada cidadão lutasse por conta própria por seu bem-estar e de sua família.

Assim, as políticas sociais desse governo continuaram a exigir dos cidadãos brasileiros o exercício das características de uma concepção de cidadania inerente ao modelo de Estado neoliberal: capacidade empreendedora, competência, competitividade, consumismo, preocupação demasiada consigo mesmo em detrimento do sentimento de coletividade, propensão a trazer para si toda a responsabilidade por sua situação econômica e social e a conformar-se em ocupar o lugar que lhe corresponde no mercado e na sociedade segundo suas capacidades e aptidões, dentre outras.

Pode-se afirmar que a Educação Profissional e Tecnológica é uma política pública. Política esta que está comprometida com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) e ainda está articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional).

Pode-se analisar que a Educação Profissional e Tecnológica orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Educação Profissional e Tecnológica contribui para o progresso socioeconômico, no sentido de que engloba em seu meio as políticas sociais e econômicas, tendo como destaque os aspectos locais e regionais.

De acordo com Kuenzer (2006), no plano da formulação das políticas, têm-se dois documentos que explicitam as concepções e propostas da Educação Profissional, formuladas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a partir do segundo período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e do primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

O PLANFOR, implementado a partir de 1995 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) por dois quadriênios de vigência, teve como proposta articular as Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda, apresentando como principal fonte de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Então, o presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, promulgou o Decreto nº 2.208/97 que forneceu os fundamentos para o PLANFOR e apresentou as concepções e normas para o desenvolvimento do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), vinculado ao Ministério da Educação. Este decreto teve como principal proposta a separação entre o ensino médio e a Educação Profissional que, a partir de então, passaram a percorrer trajetórias separadas e não equivalentes (BRASIL, 1997)

O PLANFOR teve como meta qualificar, por meio da oferta da Educação Profissional, pelo menos 20% da População Economicamente Ativa (PEA).

Segundo Kuenzer (2006), as avaliações externas mostraram que o PLANFOR, além de mau uso dos recursos públicos, caracterizou-se pela baixa qualidade e baixa efetividade social resultante das desarticulações das políticas de educação com as políticas de geração de emprego e renda.

Então, no Governo do presidente Lula, foi apresentada uma nova proposta de política pública para a Educação Profissional, expressa no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que teve como principais objetivos: a inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações; e a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as (BRASIL, 2003).

O projeto de expansão do governo do Partido dos Trabalhadores expressou, em tese, que as políticas públicas empreendidas para a educação profissional deveriam ter como objetivo central o “desenvolvimento nacional soberano” com vistas à inovação tecnológica. Ao mesmo tempo, anunciou o apoio ao setor produtivo das mesorregiões brasileiras. O projeto de expansão oscila entre a emancipação dos trabalhadores, por meio de organização cooperativa e empreendedorismo; e o atendimento às demandas do mercado de trabalho³ por trabalhadores qualificados que mantêm os ritmos crescentes de acumulação do capital.

³ Mercado de Trabalho: É orientado pela oferta e procura (demanda) de empregos oferecidas pelas organizações, de determinado ramo de negócio, em determinada região e em determinada época. É basicamente definido pelas organizações e suas oportunidades de emprego. Disponível em: <http://www.vocevencedor.com.br/artigos/recursos-humanos/mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 11 mar.2015

Nesse contexto, a qualificação social e profissional foi definida como uma política pública que permite a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho⁴ e que vem promover a integração com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda, à educação, promovendo gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação.

Essa nova proposta gerou o reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009), em seu art. 214, mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. O plano também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - **estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.** (BRASIL, 2009, Grifo Nosso)

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um documento com diretrizes para políticas públicas de educação. O projeto original saiu dos debates ocorridos na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, com o intuito de substituir o primeiro plano (2001-2010).

Uma grande conquista do Plano foi a aprovação dos 10% do PIB nacional para a Educação, ainda que parte desse montante possa ser destinada para o

⁴ Mundo do Trabalho: É o ambiente onde se desenvolvem as forças produtivas, no qual o jovem pode se descobrir profissionalmente e atuar na dimensão mais adequada às suas qualidades e aptidões. Disponível em: <http://www.eprocad.org.br/projetos/mundo-do-trabalho>. Acesso em: 11 mar. 2015.

Programa Universidade para Todos (ProUni), que concede isenção fiscal a escolas e faculdades privadas com bolsas de estudos, assim como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Ciência Sem Fronteiras.

4 AS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA RELACIONADAS AS DIRETRIZES CURRICULARES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, tem-se por objetivo analisar as condições de permanência dos alunos em relação as diretrizes curriculares e a formação de professores da Educação Profissional. Verificar como é feita uma estruturação curricular que articule teoria e prática, o científico e o tecnológico, com conhecimentos que possibilitem ao aluno atuar no mundo produtivo, buscando a autonomia e desenvolvendo o espírito crítico, criativo e investigativo.

Para a discussão teórica sobre o Currículo e a Formação de Professores recorreu-se às contribuições de autores como Gimeno Sacristán (2013), Machado (2008) e Pacheco (2009).

São abordados temas como formação de professores que pode ser apontado como uma das causas da evasão, devido ao fato destes professores estarem com sobrecarga e uma diversidade imensa de trabalho por ministrarem aulas tanto no ensino médio, quanto no técnico, no superior e na pós-graduação, sabendo-se que para cada modalidade a um modo diferente de lidar.

4.1 As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional e Tecnológica

Gimeno Sacristán (2013) salienta que problemas como o fracasso escolar, a desmotivação dos alunos, o tipo de relações entre professores e alunos são preocupações que, sem dúvida, de alguma maneira se relacionam com a forma como ele é oferecido.

Quando os interesses destes, pode-se dizer que não se encontram de modo algum refletidos na cultura escolar. É compreensível que os alunos se mostrem refratários a esta e queiram fugir dela, algo que pode se manifestar por meio de repúdio, enfrentamento, desmotivação, evasão escolar, etc.

Os Institutos Federais têm como proposta agregar a formação acadêmica à preparação para o trabalho, discutindo os princípios das tecnologias como elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular profissional e tecnológica, salienta Pacheco (2009).

Ao conceber currículo como um artefato social e cultural, como construção humana, não cabendo a busca por formulação ideal a ser alcançada, mas percebê-lo como um conjunto de ênfases de opções e decisões intencionais dos diversos sujeitos envolvidos no processo de elaboração em certo momento histórico, pode-se enfatizar que o currículo constitui uma realidade social histórica específica que expressa um modo particular de relacionamento entre os homens e a formação humana.

O que os Institutos propõem é uma formação contextualizada, cheia de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida, assegurando aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

De acordo com Gimeno Sacristán (2000), a qualidade da educação tem muito a ver com o tipo de cultura que nela se desenvolve, que obviamente ganha significado educativo através das práticas e dos códigos que a traduzem em processos de aprendizagem para os alunos.

As diretrizes curriculares, para Gimeno Sacristán (2013), são que determinam os conteúdos que serão abordados e ao estabelecer níveis e tipos de exigências para os graus sucessivos, proporcionando os elementos daquilo que se entende como desenvolvimento escolar e daquilo que consiste no progresso dos sujeitos durante a escolaridade. Ao associar conteúdo, grau e idade dos estudantes, o currículo também se torna um regulador das pessoas.

A proposta político pedagógica dos Institutos Federais é de ofertar educação básica aos cursos de ensino médio integrado ao técnico de nível médio, bem como ofertar o ensino técnico em geral; as graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas de ciência e tecnologia; programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores.

A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, ampliando-se assim aos aspectos socioeconômicos e culturais, não se limitando à simples aplicação técnica, conforme Pacheco (2009).

Segundo Machado (2008), o eixo tecnológico é a linha central definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular e a identidade dos cursos, imprimindo a direção de seus projetos pedagógicos.

Nesse sentido, cada instituição construirá um currículo de modo a considerar peculiaridades do desenvolvimento tecnológico com flexibilidade e a atender às demandas do cidadão, do mercado de trabalho e da sociedade. Nessa construção, a escola concilia as demandas identificadas, sua vocação institucional e sua capacidade de atendimento (BRASIL, 1999).

Isso faz com que as diretrizes curriculares conduzam ao contínuo aprimoramento do processo de formação, assegurando sempre a construção de currículos que, atendendo os princípios orientadores, propiciem a inserção e a reinserção profissional desses profissionais no mercado de trabalho atual e futuro (BRASIL, 1999).

Nesse sentido, no plano do curso técnico do IFTO, a organização curricular tem por característica:

- O atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado e da sociedade;
- A conciliação das demandas identificadas com a vocação, à capacidade institucional e os objetivos do Campus de Porto Nacional;
- Estrutura curricular que evidencie as competências gerais da área profissional e específicas de cada habilitação;
- Articulação modular das competências;
- Flexibilidade curricular que permita a qualificação profissional ao término de cada módulo, possibilitando certificação intermediária;
- Certificações intermediárias proporcionadas a um conjunto de competências técnicas, identificadas no mercado de trabalho, permeadas por competências que complementam a formação profissional (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, 2010, p. 20).

A Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008a) promoveu importantes alterações em relação ao Ensino Médio, à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, à Educação de Jovens e Adultos, e à Educação Profissional e Tecnológica. Ela enfatiza as orientações já assumidas pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), clareando melhor os elos e as relações estabelecidas pela LDB, Lei nº 9.394/96, entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no nível da Educação Básica.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio de 2012, em seu artigo segundo, a Educação Profissional abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.

Conforme consta em seu artigo segundo, a Lei 9.394/96 LDB (BRASIL, 1996) destaca onde se encaixa a educação profissional técnica de nível médio no âmbito da educação profissional e tecnológica:

Art. 2º A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de:

I – formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

III – **Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação.**

Parágrafo único. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de seus cursos regulares, oferecerão cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional para o trabalho, entre os quais estão incluídos os cursos especiais, abertos à comunidade, condicionando-se a matrícula à capacidade de aproveitamento dos educandos e não necessariamente aos correspondentes níveis de escolaridade. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012a, grifo nosso.)

Antes da sanção de Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008a), a educação profissional era uma modalidade da educação independente do ensino médio, articulando-se com a Educação Básica, o Ensino Médio, a Educação Profissional, de todos os Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino). Seu detalhamento foi mostrado no Decreto Federal nº 2.208/1997:

Art. 3º A educação profissional compreende os seguintes níveis:

I – básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;

II – **técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;**

III – tecnológico: correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997 GRIFO NOSSO).

Após a sanção de Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008a), a educação profissional, paradoxalmente, passou a fazer parte do ensino médio, ao mesmo tempo que continuou a articular-se com a Educação Básica, com o Ensino Médio, com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e com a Educação Profissional e Tecnológica em todos os Níveis e Modalidades de Educação e Ensino.

Seu detalhamento inspira-se no teor do Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores;

II – **educação profissional técnica de nível médio**; e

III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004 GRIFO NOSSO).

O novo art. 39 da atual LDB, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), define que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008). O § 1º desse mesmo artigo prevê que “os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino” (BRASIL, 2008).

A estrutura pluricurricular do Institutos Federais é evidenciada a partir da possibilidade de ofertar educação básica, profissional e superior. Já a estrutura *multicampi* deixa transparecer a importância de atuação no seu território de abrangência, tendo como missão o compromisso de intervir na região, identificando problemas e criando soluções para o desenvolvimento regional.

Segundo Pacheco(2009):

Alicerçado nos conceitos de territorialidade, desenvolvimento e educação os IFETS passam a desempenhar intervenções fortes em favor do desenvolvimento regional e nacional. No que diz respeito aos processos de desenvolvimento deve se partir de uma fina sintonia com os arranjos produtivos regionais e nacionais formando profissionais com profunda consciência social e produzindo tecnologias necessárias a um progresso incluyente, ético, respeitador do ambiente natural (p. 4).

Isso comprova o que vem na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 (BRASIL, 2012), é a interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular e a articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo.

Diante disso, tem-se como critérios para o planejamento e a organização de novos cursos: o atendimento às demandas socioeconômicas dos cidadãos e do mundo do trabalho; a conciliação das demandas com vocação identificadas por meio de pesquisas junto a comunidades e a real capacidade da instituição em termos de condições de viabilização do curso e a possibilidade de organização curricular de acordo com os eixos tecnológicos.

Vale lembrar que os critérios para o planejamento dos Cursos de Educação Profissional constam na Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012:

Art. 18 São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - atendimento às demandas socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho, em termos de compromisso ético para com os estudantes e a sociedade;

II - conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, em termos de reais condições de viabilização da proposta pedagógica;

III - possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos, de acordo com os correspondentes eixos tecnológicos, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;

IV - identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, segundo o respectivo eixo tecnológico, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica e em condições de responder, de forma original e criativa, aos constantes desafios da vida cidadã e profissional. (BRASIL, 2012a)

O Parecer CNE/CEB nº 11/2012 (BRASIL, 2012b), documento norteador das novas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Resolução CNE/CEB nº 06/2012 (BRASIL, 2012a), viu-se na contingência de considerar o importante papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional para muito além do campo estritamente educacional, contemplando a qualificação para o trabalho como um dos direitos fundamentais do cidadão.

O desafio enfrentado foi o de compreender que a evolução tecnológica e as lutas sociais têm modificado profundamente as atuais relações no mundo do trabalho. Já não se admite mais a formação de trabalhadores apenas para o desempenho de tarefas mecânicas.

O novo enfoque da Educação Profissional, proposto pela atual LDB Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), supõe a superação do entendimento tradicional da Educação Profissional como um simples instrumento de uma política de cunho

assistencialista ou mesmo como linear ajustamento às demandas do mercado de trabalho, mas na realidade percebe-se que ainda continua o assistencialismo através das bolsas do Programa Nacional de Assistência ao Aluno e que os cursos são projetados conforme o atendimento às demandas socioeconômicas dos cidadãos e do mundo do trabalho.

4.2 A formação de professores no currículo da Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com Machado (2008), a carência de pessoal docente qualificado tem se transformado numa grande preocupação que afeta a expansão da educação profissional no país: docentes que ministram aulas desde o ensino médio integrado, passando por cursos técnicos subsequentes, Proeja e cursos Superiores. Atualmente, anunciam-se diversas medidas orientadas à expansão quantitativa da oferta desta modalidade educativa no país, incluindo-se a reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Compreende-se, então, que a resolução deste problema é primordial à organização, ao planejamento e à coordenação nacional dos esforços de superação da estrutura fragmentada que ainda caracteriza a educação profissional no Brasil, e que só será possível mediante o desenvolvimento de concepção consistente, uma política nacional ampla e contínua de formação profissional de docentes para esta área.

Machado (2008) salienta, quanto ao perfil do novo docente:

Superar o histórico de fragmentação, improvisado e insuficiência de formação pedagógica que caracteriza a prática de muitos docentes da educação profissional de hoje implica reconhecer que a docência é muito mais que mera transmissão de conhecimentos empíricos ou processo de ensino de conteúdos fragmentados e esvaziados teoricamente. Para formar a força de trabalho requerida pela dinâmica tecnológica que se dissemina mundialmente, é preciso um outro perfil de docente capaz de desenvolver pedagogias do trabalho independente e criativo, construir a autonomia progressiva dos alunos e participar de projetos interdisciplinares (p. 15).

Mas os professores de educação básica e de educação profissional comungam das mesmas necessidades em relação à valorização de sua formação, desenvolvimento profissional, condições de trabalho, salário e carreira, que os

permitam enfrentar a precarização e se envolverem com todo o comprometimento necessário à educação de qualidade.

Para Machado (2008), uma política definida para a formação de professores que atenda a tais necessidades será, certamente, um grande estímulo para a superação da atual debilidade teórica e prática deste campo educacional com relação aos aspectos pedagógicos e didáticos.

Necessita-se que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho, bem como dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar.

Isso para que possa permitir que os alunos compreendam o mundo do trabalho, dos objetos e sistemas tecnológicos; as motivações e interferências das organizações sociais; como os produtos e processos tecnológicos são concebidos, fabricados e como podem ser utilizados; métodos de trabalho dos ambientes tecnológicos e das organizações de trabalho.

No documento Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, formulado pelo MEC, estão instituídas, como uma das linhas estratégicas para a formação de professores, algumas ações tais como: estabelecer uma política de formação de professores para a educação profissional e tecnológica; criar possibilidades de formação inicial e continuada para os professores, evitando-se o erro constante da improvisação; oferecer condições legais para que os técnicos de nível médio possam ministrar disciplinas técnicas dos currículos de cursos de qualificação na sua área de especialização, quando da falta de profissionais de nível superior, entre outros (BRASIL, 2004a).

Isso revela que o governo está preocupado em garantir a melhoria da qualidade e que a falta de recursos humanos qualificados é, sem dúvida, um grande entrave também para a expansão da educação profissional.

Salienta-se que os cursos de graduação nas universidades não qualificam professores para a educação profissional. Os cursos de Pedagogia não trabalham com questões relativas ao trabalho e à educação profissional e a diversidade de

cursos e habilitações não permite a oferta de cursos específicos por área, identificando assim a preocupação para uma contínua formação dos professores.

A LDB nº 4.024/1961, em seu artigo 59, traz dois caminhos estabelecidos para a formação de professores: em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, os que se destinassem ao magistério no ensino médio; em Cursos Especiais de Educação Técnica, os que se habilitassem para disciplinas do ensino técnico (BRASIL, 1961).

Houve ainda, em 1965, a criação da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) que, nos seus objetivos, incluía a formação de instrutores e professores de disciplinas específicas do ensino técnico industrial.

A carência de professores de ensino técnico habilitados em nível superior, conforme exigência da Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), levou o MEC a ser autorizado pelo Decreto-Lei nº 655/69 (BRASIL, 1969), a organizar e coordenar cursos superiores de formação de professores para o ensino técnico agrícola, comercial e industrial.

De acordo com Machado (2008), foram desenhados pela Portaria Ministerial nº 339/70 cursos emergenciais, denominados Esquema I e Esquema II. Os primeiros para complementação pedagógica de portadores de diploma de nível superior. Os segundos, para técnicos diplomados e estes incluía disciplinas pedagógicas do Esquema I e disciplinas de conteúdo técnico específico.

Em 1971, surgiu outro plano sobre formação de professores para disciplinas especializadas, mas voltado para o ensino médio em geral a fim de atender a Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971a). As Diretorias do MEC de Ensino Agrícola, Industrial e Comercial foram fundidas num só Departamento de Ensino Médio. Face à urgência de atender o que prescrevia esta Lei, os Cursos Esquemas I e II ganharam normas adicionais do MEC e o Conselho Federal de Educação (CFE) pela Portaria Ministerial nº 432/71 (BRASIL, 1971b), que tratou de currículo mínimo para a formação de professores para disciplinas correspondentes às áreas econômicas primária, secundária e terciária.

Esta Portaria, nº 432/71, aprovava as seguintes normas direcionadas aos cursos superiores de formação de professores em seu artigo 1º:

O currículo dos cursos de grau superior para a formação de professores de disciplinas especializadas do ensino médio, relativas às atividades

econômicas primárias, secundárias e terciárias, dividir-se-á em dois esquemas:

- a) Esquema I, para portadores de diplomas de grau superior relacionados à habilitação pretendida, sujeitos à complementação pedagógica, com a duração de 600 (seiscentas) horas;
- b) Esquema II, para portadores de diplomas de técnico de nível médio, nas referidas áreas com a duração de 1.080 (mil e oitenta), 1.280 (um mil duzentos e oitenta) ou 1.480 (um mil quatrocentos e oitenta) horas (BRASIL, 1971b).

No esquema II, além de estudar as disciplinas do Esquema I, os profissionais também estudavam disciplinas de conteúdo correlativas à área de habilitação.

De acordo com o Parecer nº 645/92 e a Resolução nº 3 do Conselho Federal de Educação, de 1977, instituíram o reconhecimento aos diplomados nos cursos previstos pelos Esquemas I e II, a que se refere a Portaria nº432/71, a condição de licenciados plenos (BRASIL, 1992).

Em 1978, com a expansão do parque industrial brasileiro, acendera a exigência de alteração na formação de profissionais, dando-se importância à questão do domínio de tecnologias mais avançadas por parte dos técnicos, dando ênfase na formação de professores para essas disciplinas.

A preocupação com a formação de professores foi embarcada também na Lei 6.545/78, na qual estabelece, em seu artigo 2º, que:

Os Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata o artigo anterior têm por finalidade o oferecimento de educação tecnológica e por objetivos:

- I - ministrar ensino em grau superior;
 - a. de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica;
 - b. licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico;**
- II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à atualização e à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio;
- III - ministrar cursos de educação continuada na área tecnológica, visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica;**
- IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços (BRASIL, 1978).

Essa preocupação é reforçada nos itens I, item b, e III desse artigo. Já, em 1994, com a publicação da Lei nº 8.948, destaca-se o seguinte artigo:

Art.3º - São características básicas dos Centros Federais de Educação Tecnológica:

- I - integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior;

- II - ensino superior como continuidade do ensino técnico de 2º grau, diferenciado;
- III - acentuação na formação especializada, levando-se em consideração tendência do mercado de trabalho e do desenvolvimento;
- IV - atuação exclusiva na área tecnológica;
- V - formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino técnico do 2º grau;**
- VI - realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços;
- VII - estrutura organizacional adequada a essas peculiaridades e aos seus objetivos (BRASIL, 1994, p.38).

O Decreto 6.755/09 articula-se com a LDB Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996). O art. 63 da referida lei responsabiliza os Institutos Superiores de Ensino não só pela formação inicial, mas também pela formação continuada dos profissionais da educação:

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

- I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis (BRASIL, 1996).

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), em seu Art. 12, prevê a formação inicial em curso de licenciatura, estabelecendo como qualificação mínima para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental o curso de formação de professores em Nível Médio, na modalidade Normal.

Em 27 de novembro de 2009, com a Portaria Nº1.129, o Ministério da Educação constituiu a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica com a responsabilidade de definir e coordenar a atuação do MEC na política de formação de professores através de ações articuladas das diversas Secretarias do Ministério da Educação, da CAPES e do FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atuando também junto aos sistemas públicos de ensino. Podem fazer parte da referida Rede de formação de professores as Instituições Públicas de Ensino Superior, as IES comunitárias e sem fins lucrativos e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com atuação na formação de professores.

Para tanto, o Parágrafo Único do art. 2º da Portaria 1.129/09 prescreve a constituição pelas instituições participantes da Rede, de instância responsável pelos projetos e ações de formação continuada dos professores da Educação Básica.

Parágrafo Único - As instituições participantes da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica constituirão, cada uma delas em seu âmbito, instância responsável por assegurar a articulação, coordenação, indução e organização de projetos e ações de formação continuada dos profissionais da educação básica (BRASIL, 2009).

O art. 61º. da LDB informa que a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996)

É importante destacar que a lei prevê as características de uma formação de professores que devem ser adaptadas ou adequadas aos diferentes níveis e modalidades de ensino assim como a cada faixa etária.

Art. 64º. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Verifica-se que, desde então, há um destaque na prerrogativa de formar professores, dada às singularidades das disciplinas específicas das áreas técnicas, assim como dada a carência de professores que estivessem habilitados para essas disciplinas, o que possibilitou o ingresso de técnicos e bacharéis para assumirem essas disciplinas.

O quadro de docentes da educação profissional muitas vezes é composto por profissionais com diferentes formações na graduação, como engenharia, administração, dentre outras. Grande parte desses profissionais possui qualificação em cursos de mestrado e doutorado em diversas áreas de conhecimento e

trabalham como professores, tendo como base o conhecimento do conteúdo específico de sua formação, contando com pouca ou nenhuma referência pedagógica.

Essa constatação apresenta-se também nos estudos de Oliveira (2006), quando a autora alega que:

[...] há uma tradição na área no sentido de se considerar que, para ser professor, o mais importante é ser profissional da área relacionada à(s) disciplinas que se vai lecionar ou que leciona. O professor do ensino técnico não é concebido como um profissional da educação, mas um profissional de outra área e que nela também leciona (2006, p.5).

No âmbito dessa discussão, cabe salientar que os docentes da educação profissional, para ingressar na carreira docente, passam por um concurso público de provas e títulos, de acordo com a Lei nº 8.112 (BRASIL, 1990), no qual é exigida a formação na área específica do concurso e os títulos de mestrado e doutorado são bastante valorizados, o que é reforçado inclusive pela demanda de atuação dos docentes não só no ensino, mas também na área da pesquisa nos Institutos Federais. Considerando que os cursos de formação pedagógica não têm *status* de pós-graduação e não são legalmente exigidos para atuar como docente nessas instituições, torna-se necessário questionar o interesse dos professores por esse tipo formação.

Por isso a importância da formação pedagógica como pré-requisito para o exercício da docência, o que torna necessária a revisão das formas de admissão de novos professores nas Universidades e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Muitas vezes, o que se valoriza nos processos seletivos de admissão são os conhecimentos específicos do professor em relação a sua área de formação, bem como sua experiência profissional e titulações na área comum a de formação inicial.

Os docentes da educação profissional necessitam ter clareza de que seu conhecimento deve estar em constante ressignificação, desenvolvendo uma postura de professor transformador que reflete sobre sua prática, questionando, pensando, criticando, buscando soluções e refazendo conceitos.

5- FATORES INTERVENIENTES A EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.

Neste capítulo, tem-se por objetivo identificar os fatores relacionados às causas e consequências da evasão escolar, considerando o perfil dos alunos evadidos diante da necessidade de reduzir as taxas de evasão e de ocupar as vagas ociosas. Serão abordados os quantitativos de alunos e os períodos de evasão destes estudantes nos cursos que o campus oferece.

Nesse contexto, esta pesquisa procurou compreender quais os fatores relacionados ao perfil dos alunos que estão evadindo no IFTO- *Campus* Porto Nacional, para que daí se possa fazer uma análise de como a Instituição vem trabalhando de forma a garantir a permanência destes estudantes.

A preocupação da pesquisa é, se possível, estudar uma forma de solucionar o problema da evasão escolar no *campus* Porto Nacional, na expectativa de poder expandir as contribuições também para os outros *campi*.

Outra preocupação também se deu pelo fato de existir um Acordo de Metas celebrado entre o IFTO e o MEC, de alcançar até 2016 um índice de eficácia de 80%. Esse índice é calculado pela média aritmética da eficácia da turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas. Verifica-se que essa meta é um tanto ilusória para a realidade dos Institutos Federais, que, mesmo com as expansões para os interiores do país, não garantem que os alunos permaneçam em sala de aula até o fim do curso.

Têm-se exemplos de cursos superiores em Licenciatura os quais só formam um a três alunos. Como garantir então que 80% da turma possa concluir o curso?

Para Queiroz (2006), evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. A evasão consiste no ato ou processo de evadir, de fugir, de escapar ou esquivar-se dos compromissos assumidos ou por vir a assumir. Nesse sentido, pode-se perceber que o termo evasão tem como marca o abandono de uma instituição.

Como colocam Duartes e Lucena [20--], a evasão escolar nada mais é do que uma forma de fracasso escolar, na qual por “n” motivos uma criança e/ou

adolescente não conclui o ano letivo, o que a leva, conseqüentemente, a fracassar em sua vida escolar e a abandonar definitivamente os estudos.

Nos constantes debates educacionais, o problema do fracasso escolar merece uma atenção muito especial, porque é a expressão do muito que, em matéria de educação, há por fazer, de acordo com Marchesi e Gil (2004).

Vários fatores têm sido apontados como possíveis causas da evasão como: as dificuldades dos alunos na aprendizagem, a motivação dos alunos como também dos professores que não estão capacitados para ministrarem aulas as diversas modalidades de cursos que os institutos oferecem, a falta de base educacional dos próprios alunos, as aulas em períodos que dificultam na conciliação do trabalho; dificuldades estas que acarretam em elevados índices de retenção e evasão nos cursos.

Para que as pessoas encontrem um sentido pleno em suas vidas, é necessário ter-se como convicção que a educação de qualidade, sensível à diversidade e continuada é um instrumento mais poderoso que existe para que se consiga garantir este sentido às pessoas, conforme nos afirma Marchesi e Gil (2004). E diante de numerosos desafios do futuro, a educação constitui um instrumento indispensável para que a humanidade possa progredir nos ideais de paz, liberdade e justiça social.

Conforme Marchesi e Gil (2004), a evasão escolar é um fenômeno complexo, global que não pode ser resolvido com medidas simplistas e superficiais, às vezes, quando um fenômeno complicado ultrapassa, tende-se a buscar soluções imediatas que, em longo prazo, podem ser relativamente ineficazes. É preciso ir além, talvez até à raiz dos problemas. O que tem que ficar claro é que não basta apenas democratizar o acesso às salas de aula, é preciso assegurar condições para que estes alunos concluam seus estudos, garantindo-lhes uma formação educacional e profissional adequada.

Tem alunos que desistem logo nas primeiras semanas de aula, outros permanecem mais alguns semestres, mas, mesmo assim, quando desistem, deixam para trás suas conquistas e o esforço de todos os outros envolvidos nesta trajetória. Charlot nos mostra que:

[...] existem alunos que, de tão afastados da escola, poderíamos dizer que nunca entraram na escola, no sentido simbólico do termo. Estiveram fisicamente presentes, se matricularam, mas na verdade nunca entraram nas lógicas simbólicas da escola. Pesquisadores, chefes de administração,

entre outros, estão falando de abandono. Mas esses alunos não estão se desligando porque nunca estiveram ligados, não estão abandonando porque nunca entraram de fato na escola (2002, p. 26).

Com isso, pode haver um conflito entre a escola, que não consegue garantir a permanência do aluno, e o mercado de trabalho, que exige qualificação na área de trabalho. Isso gera a exclusão de muitos alunos do sistema educacional e do mercado de trabalho. Pois:

Sabe-se que o sucesso escolar produz um potente efeito de segurança, enquanto que o fracasso causa grandes estragos na relação consigo mesmo (com, como eventual consequência, a depressão, a droga, a violência, inclusive a suicida). Em princípio, existem muitas maneiras de “tornar-se alguém”, através das diferentes figuras do aprender; mas a sociedade moderna tende a impor a figura do saber objeto (do sucesso escolar) como sendo a passagem obrigatória para se ter o direito de ser “alguém” (CHARLOT, 2000, p.72).

Para que o Instituto Federal do Tocantins possa cumprir suas funções, garantindo que seus alunos se apropriem do saber escolar, ele precisa lidar com diversas questões internas na sua dinâmica organizacional e, dentre elas, a própria permanência do aluno na instituição. E é justamente no plano de desenvolvimento institucional e no projeto político-pedagógico que devem constar todas as ações a serem desenvolvidas pela comunidade escolar.

O Instituto Federal do Tocantins apresenta em seu plano de desenvolvimento institucional (PDI):

Missão	Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.
Visão	Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.
Finalidade	A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 2º da Lei nº 9.394, de 20.12.96).

Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2009.

Visando, dessa forma, a aprendizagem significativa e efetiva dos alunos, é necessário um olhar diferenciado, pois devemos considerar as especificidades dessas Instituições e a própria política educacional para esta modalidade de ensino.

No intuito de garantir o compromisso de sua criação com a democratização do acesso e da permanência nos processos formativos que implicam na ampliação da oferta, na necessidade de reduzir as taxas de evasão, na ocupação de vagas ociosas, entre outras, os Institutos Federais assinaram com o Ministério da Educação (MEC) e com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) um Termo de Acordo de Metas, sendo que uma das repostas apresentadas é a de garantir a permanência de 90% dos alunos matriculados até a conclusão do curso.

Diante desses dados, pode-se verificar a preocupação da gestão em procurar alguma forma de solucionar o problema, porque, mesmo com a entrada de novos alunos a cada semestre, o problema da evasão escolar persiste. O grande desafio atualmente não é colocar os alunos na escola, mas fazer com que eles permaneçam até a conclusão do curso.

5.1 Estudo de Caso no IFTO – Campus Porto Nacional



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2015.

De acordo com a Lei 11.892/2008, em seu artigo 1º, parágrafo único, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados como

entes integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculados ao Ministério da Educação e dotados da natureza jurídica de autarquia, e, como tal, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (BRASIL, 2008).

O artigo 2º da referida Lei estabelece que os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL, 2008).

Neste aspecto, a criação dos Institutos Federais responde à necessidade:

[...] da institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública; isto significa à Rede Federal de Educação e Tecnológica o exercício de maior função de Estado e menor ação de Governo. Estado como o instituto do que é permanente e Política Pública do que se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.) (PEREIRA, 2008, p.1).

De acordo com o projeto pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente a implantação de um Campus do IFTO no município de Porto Nacional partiu das considerações e reivindicações do setor produtivo e, principalmente, do setor público do município e mesorregião. Objetivou-se atender a um dos objetivos postos na lei de criação dos institutos: possibilitar à região, por meio da oferta de cursos técnicos profissionais e profissionalizantes, de cursos superiores, inclusive de formação de professores, o atendimento às necessidades locais em favorecimento ao desenvolvimento socioeconômico local e regional (IFTO, 2011).

Dessa forma, o Campus Porto Nacional iniciou as suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2010, ofertando semestralmente dois cursos de nível técnico subsequente com um ano e meio de duração e dois cursos de educação superior: um de Licenciatura em Computação com quatro anos de duração e outro em Tecnologia em Logística com três anos de duração. Em 2012, passou a ofertar anualmente também o Curso de Ensino Médio Integrado em Técnico em Meio Ambiente com três anos de duração e o Curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) em Técnico em Vendas com três anos de duração. Em 2013,

iniciou o Curso de Pós Graduação *Lato Sensu* à distância de Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Na educação básica e profissional, o curso técnico subsequente destina-se aos candidatos que já concluíram o ensino médio, objetivando a capacitação profissional, tendo em vista a inserção no mercado de trabalho.

O Curso técnico integrado ao ensino médio é destinado aos candidatos que concluíram o ensino fundamental, tanto objetiva permitir ao aluno seu ingresso na universidade, quanto o capacita profissionalmente na perspectiva de inseri-lo no mercado de trabalho. Nesse sentido, certifica o estudante em duas habilitações: ensino médio da educação básica e curso técnico da formação profissional.

Na educação superior, as licenciaturas atendem a formação docente para as disciplinas científicas, e os cursos de tecnologia, conferindo o diploma de tecnólogo, correspondem a cursos de nível superior na área tecnológica.

Na Tabela abaixo, mostra os cursos ofertados pelo IFTO – *Campus* Porto Nacional:

Tabela 2: Cursos do IFTO – *Campus* Porto Nacional.

Tipo de Curso	Curso	Modalidade	Campus
Técnico	Técnico em Meio Ambiente – Integrado	Presencial	Porto Nacional
Técnico	Técnico em Vendas – Integrado – PROEJA	Presencial	Porto Nacional
Técnico	Técnico em Informática – Subsequente	Presencial	Porto Nacional
Técnico	Técnico em Logística – Subsequente	Presencial	Porto Nacional
Licenciatura	Computação	Presencial	Porto Nacional
Tecnologia	Logística	Presencial	Porto Nacional
Pós-graduação – <i>Lato sensu</i>	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	A Distância	Porto Nacional

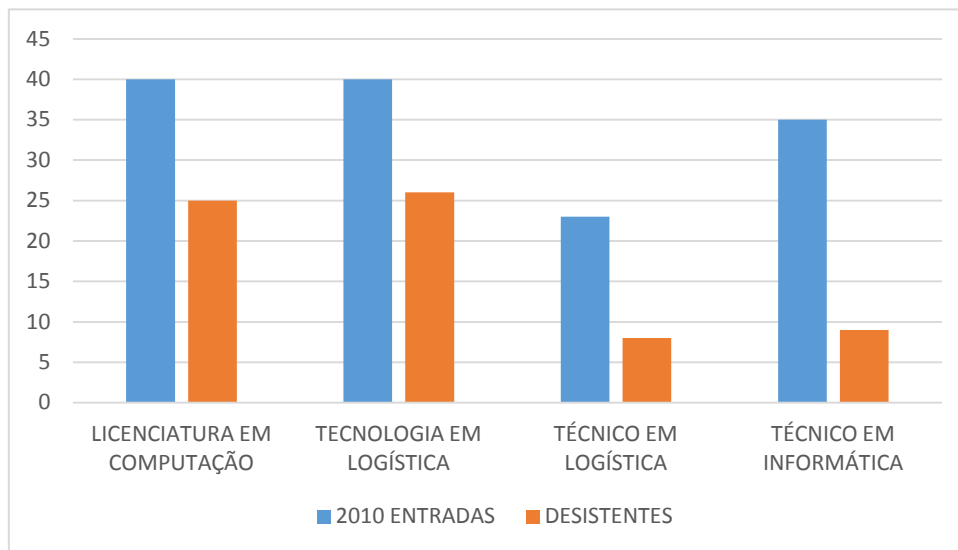
Fonte: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, 2013.

Esta pesquisa procurou verificar quais cursos estavam com maior índice de evasão escolar, dentre os que se apresentavam com estes índices optou-se pela escolha de dois cursos: Técnico em Vendas, o qual teve uma turma fechada por

falta de aluno; e o curso de Licenciatura em Computação, por se tratar de um curso de formação de professores, no qual os Institutos têm como meta incentivar as licenciaturas com conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica.

Neste contexto, logo abaixo, apresentam-se os gráficos dos períodos de 2010 a 2013 com entradas e desistências fornecidas pela Coordenação de Registros Escolares.

Figura 4: Entradas dos alunos no ano de 2010 e desistentes



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

A entrada dos cursos superiores e técnicos é semestral, e são oferecidas quarenta vagas para cada curso. Nota-se no gráfico acima que, em 2010, o IFTO campus Porto Nacional começou suas atividades e neste ano não conseguiu preencher todas as vagas dos cursos técnicos por falta de concorrência. A população não conhecia ainda a Instituição e alguns não conheciam o que era o curso de Logística. Com o tempo houve mais divulgação da Instituição e dos cursos e as cidades circunvizinhas começaram a procurar a instituição.

No período entre 2011 e 2012 houve muitas desistências por parte dos cursos superiores, e as justificativas relacionaram-se ao fato dos alunos não se identificarem com o curso Licenciatura, como se percebe na fala do Coordenador do curso:

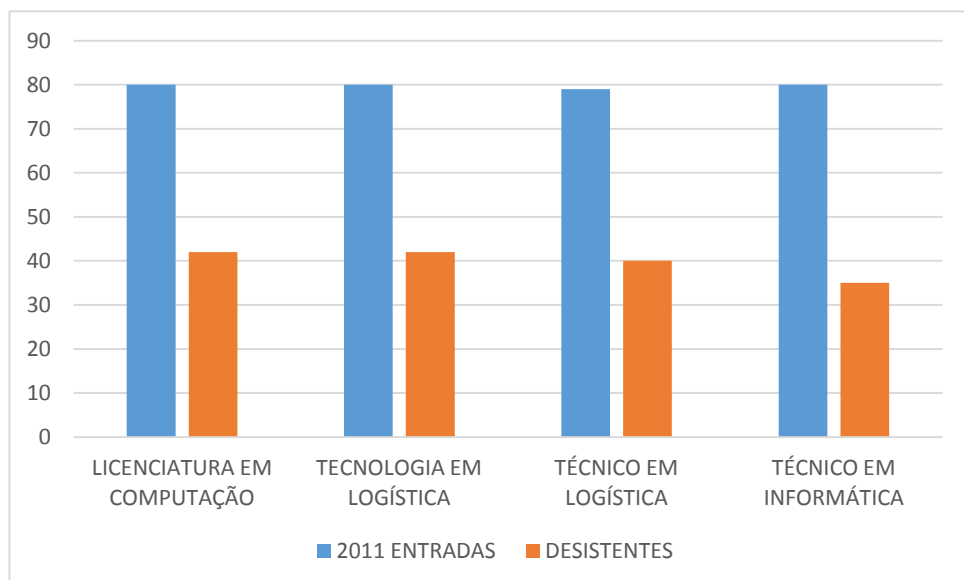
[...] no decorrer do curso vão percebendo que é o curso de licenciatura que os habilita a trabalhar com regência em sala de aula e aí isso aliado atrelado

em algumas disciplinas da parte específica em informática e aquela falta de vontade de cursar as disciplinas pedagógicas faz com que eles desistam e evadem.

No curso de Tecnologia em Logística a mesma coisa: eles não se identificam com o curso, de acordo com a fala da assistente, quando diz:

[...] então muito aluno chega aqui, e não sabem o que é o curso de tecnologia em logística, fazem o vestibular, fazem a matrícula, mas não sabem o que é, e quando descobrem [...] não é isso que quero pra minha vida [...] então acaba desistindo.

Figura 5: Entradas dos alunos no ano de 2011 e desistentes



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

Comparando os anos de 2010 e 2011 verifica-se que, no período de 2011, já se conseguiu preencher todas as vagas, mas as desistências persistem e que os cursos superiores continuam mantendo o maior índice de desistência neste período.

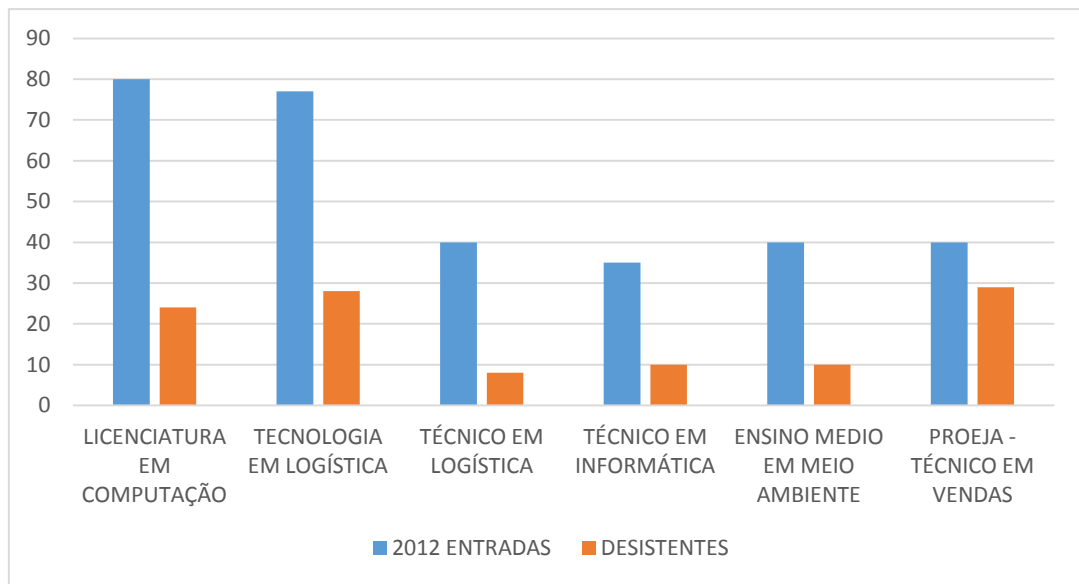
Constata-se que, nesse período, houve greve na Instituição e, com o retorno às atividades, muitos alunos desistiram de voltar a estudar. Isso se percebe na declaração do aluno C, que fala por qual motivo desistiu do curso:

Foi que no tempo do curso teve em greve, eu estava até animado, após a greve voltei um pouco desanimado e também do fato do curso ser licenciatura não me agradou muito, não é muito a área que pretendo seguir, não na área de ensino é mais na prática mesmo.

Analisando os cursos técnicos em logística e informática, observou-se uma evasão bem significativa, comparando-se os alunos que entraram em 2010 com os que entraram em 2011. Os cursos técnicos têm duração de um ano e seis meses na forma subsequente, em função da habilitação profissional técnica de nível médio, e são planejados e desenvolvidos em módulos.

Comparando a primeira turma com a segunda dos cursos técnicos que formaram em 2011, na primeira de técnico em informática concluíram 15 alunos de um total de 35 ingressantes e o técnico em logística concluíram 12 alunos num total de 23 alunos matriculados, na segunda turma de técnico em informática concluíram 12 alunos de um total de 40 ingressos, e do técnico em logística concluíram 11 alunos do total de 40.

Esse comparativo serve para que se possa ver que o quantitativo de formandos continua se mantendo em torno 12 alunos, mas as retenções têm aumentado. Nas primeiras turmas foram ofertadas 35 vagas para cada curso e só o curso de técnico em informática conseguiu preencher a totalidade das vagas oferecidas. Na segunda turma, o campus ampliou o quantitativo de vagas para 40, conseguiu completar as turmas dos dois cursos técnicos, mas também houve muita retenção destes alunos uns por reprovação outros por desistências.

Figura 6: Entradas dos alunos no ano de 2012 e desistentes

Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

Conforme mostra o gráfico acima, no ano de 2012 o índice de desistência dos cursos superiores diminuiu em relação aos anos anteriores. Os cursos do Ensino Médio Integrado em Meio Ambiente e o curso do PROEJA em Técnico em Vendas foram iniciados neste ano após o campus ter feito uma pesquisa de demanda para verificar os arranjos produtivos locais e ver qual o melhor curso a ser oferecido, no caso do técnico integrado ao ensino médio. Essas desistências se devem ao fato do curso ter uma carga horária elevada, pois eles têm aulas de manhã e à tarde com 18 disciplinas. No primeiro bimestre houve muita nota baixa da maioria dos alunos, alguns pais pediram transferência, no entanto outros simplesmente abandonaram, mas os que persistiram conseguiram se recuperar. E essa dificuldade percebe-se na fala da assistente de aluno:

o ensino médio a gente percebe que a maioria desiste, porque é um curso pesado, é o dia inteiro, é puxado... tem que estudar muito... então quando vem aí o primeiro bimestre com as notas baixas, eles acabam evadindo também.

No caso do técnico em vendas a forma de ingresso foi um processo seletivo simplificado, só tendo uma redação como prova, porém não houve muita procura, então fizeram um novo processo seletivo só que em forma de sorteio sem prova. Foi

feito uma forte divulgação na cidade e compareceram muitas pessoas. Dessa forma matricularam-se também pessoas que já tinha o curso do ensino médio, pois eles queriam voltar a estudar mesmo sabendo que teriam que cursar o ensino médio de novo junto com o técnico.

Tivemos 29 desistentes neste período. Alguns alunos, após as primeiras semanas de aula, desistiram devido a terem já cursado o ensino médio e não se identificaram com o curso, outros por se sentirem rejeitados, pois o curso é no período noturno no mesmo horário dos superiores e eles se sentiam inferiores aos demais. Como a própria coordenadora do curso diz em uma de suas falas: “os alunos daqui não gostam de dizer que estudam no Proeja, eles gostam que digam que estudam em técnico em vendas, isso é uma forma de se sentirem rejeitados”.

Alguns deixaram de frequentar pelo emprego, conforme a narrativa do aluno A: “na minha área de serviço não encontro aqui na cidade, às vezes tenho que sair para fora, o motivo de desistir foi isso.” Muitos não conseguem conciliar trabalho e escola.

Percebe-se com esse quadro de evasão, que essa é uma problemática que não se centraliza apenas no fracasso de uma modalidade de ensino, mas está presente em todos os segmentos educacionais. Dessa forma, a evasão caracteriza-se com um quadro de exclusão histórica inerente as políticas educacionais brasileiras.

No entanto, faz-se necessário destacar que a evasão acontece com mais força em algumas dessas etapas da escolaridade, umas em maior outras em menor proporção, como por exemplo, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Médio Integrado.

O Instituto tem uma equipe pedagógica muito grande com profissionais de diversas áreas como: pedagogos, psicólogos, assistente social, assistente de aluno, coordenadores para ajudar neste processo educacional, mas o que se tem visto é que falta um pouco deste trabalho em equipe, do trabalho em conjunto para identificar e controlar a saída destes alunos. Verificou-se isso em uma das falas do professor A: “[...] eu acredito que se esta equipe trabalhar em conjunto dá pra fazer um bom processo avaliativo e construtivo na educação.”

E também na fala do assistente de aluno:

Olha já foi feito um trabalho no começo... de a gente ir atrás desses alunos que desistiram para poder ver a razão e tentar melhorar em cima disso, só

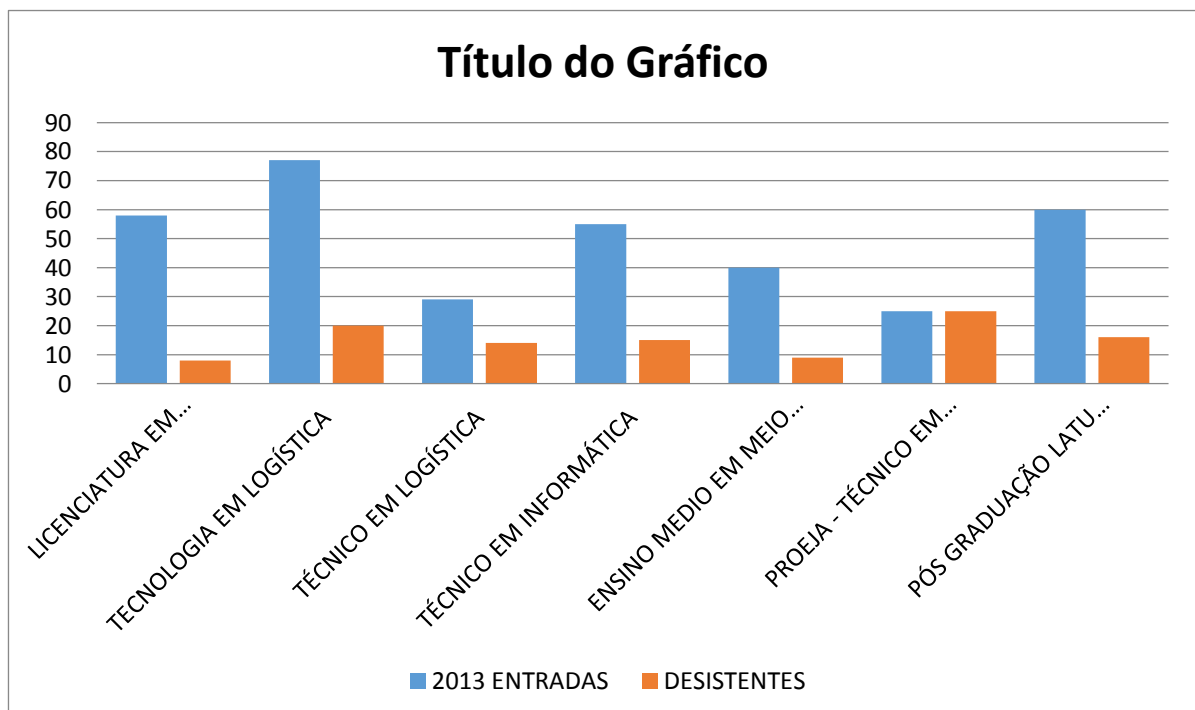
que a evasão aumentou muito, aumentou a quantidade de alunos e aumentou a quantidade de evasão, então hoje não é feito nada não.

E ainda nas dificuldades encontradas pelo coordenador pedagógico: *Bom uma preocupação principalmente da Coordenação Técnico Pedagógica (Cotepe):*

[...] como por parte da orientação educacional é estar identificando nas primeiras semanas aqueles alunos que fizeram a matrícula e que não estão frequentando, até mesmo pra que ainda de tempo de a gente chamar os que estão no cadastro de reserva pra que estejam suprindo essas vagas que estão ficando ociosas né, só que a gente vem sofrendo um problema muito grande em relação a essa ajuda por parte do corpo docente de estar nos informando quem são os alunos que não estão mais frequentando nas primeiras semanas [...]

Percebe-se que precisa haver um diálogo entre esta equipe e que cada um fazer o seu papel, a falta de comunicação entre os setores envolvidos é o que realmente está travando o processo.

Figura 7: Entradas dos alunos no ano de 2013 e desistentes



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que, no ano de 2013, o campus também não conseguiu preencher a totalidade de suas vagas dos cursos semestrais, tanto dos cursos superiores como dos cursos técnicos.

Em relação aos cursos técnicos, o problema se deve ao fato dos cursos serem oferecidos no período vespertino, o que dificulta é que muitos alunos e candidatos a vaga trabalham e não conseguem conciliar o estudo com o trabalho. Isso já foi relatado pelos próprios alunos do campus e também pelos candidatos que se escreveram no vestibular, preferindo cursos em período noturno.

Em relação ao curso do PROEJA também não se teve o preenchimento completo da segunda turma. A forma de ingresso continuou sendo por sorteio, e antes de terminar o primeiro semestre letivo todos haviam desistido do curso.

No começo do ano de 2014 a Instituição, preocupada com o rumo que as coisas estavam tomando, ao ponto de ter que fechar uma turma, propôs que uma comissão estudasse os motivos que levaram os alunos do PROEJA a evadir. Os resultados obtidos foram: por motivo de trabalho, por ter passado em vestibulares para cursos superiores, o período de durabilidade do curso, e outros queriam continuar, mas no final acabaram desistindo, pois a turma já estava pequena.

Nessa pesquisa realizada pelo campus, foi apontado como motivo principal a extensão do curso: três anos. Eles queriam que o curso se realizasse em menor tempo. É também o que aponta o aluno A: “[...] é um curso muito cumprido né [...] Eu acho que se ele fosse em menos tempo teria mais chance [...]”

Verificou-se que a Instituição, preocupada com as desistências, chegando ao ponto de fechar um curso, tomou uma iniciativa de fazer uma pesquisa para identificar os motivos da evasão e assim poder reestruturar a forma de como é ofertado o curso.

A Coordenadora do PROEJA, em uma de suas falas, argumenta que as causas da evasão são: primeiro, os professores do Instituto Federal Campus Porto Nacional não têm perfil para trabalhar com a educação de jovens e adultos; segundo, os próprios alunos se sentem rejeitados por estudarem no Proeja, eles preferem dizer que estudam no curso técnico em vendas; e, terceiro, a questão da durabilidade do curso ser de três anos.

Para o Coordenador do Curso Superior, uma das causas da evasão dos alunos no Curso de Licenciatura está relacionada à equipe de professores bacharelados que não têm experiência em sala de aula. Eles sabem o conteúdo,

mas não sabem transmitir ao aluno para que este seja envolvido na sala de aula. Outra questão seria pelo não reconhecimento do aluno com o curso, ou melhor, por não gostarem do curso, pelo desinteresse.

E esse também foi uma resposta do aluno C, quando perguntado sobre a evasão escolar:

Eu acho que na maioria das vezes as pessoas evadem não por causa da Instituição ou de outros fatores, acho que é o desinteresse mesmo das pessoas porque as oportunidades tem, a Instituição mesmo tem bolsas que auxiliam as pessoas a estudar [...] então eu acho que o maior problema da evasão escolar é o desinteresse por parte dos estudantes.

Esses são alguns fatores apontados pelos coordenadores de cursos entrevistados na pesquisa.

No curso de pós-graduação entraram 60 alunos e se formaram 44 deles, tendo uma desistência de 16 alunos.

Nas tabelas a seguir foi analisado um conjunto de estatísticas de números de matrículas e de concluintes da Educação de Jovens e Adultos do ano de 2012 e concluintes dos cursos superiores dos anos de 2011 e 2012, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a partir dos dados do Censo Escolar. As estatísticas desenvolvidas pelo INEP possibilitam o levantamento de questões pertinentes à análise. A utilização de tais dados justifica-se por se tratar de pesquisas organizadas e realizadas por um instituto governamental (INEP/MEC), que são usadas como base para os projetos e ações dos governos federal, estadual e municipal, bem como para a avaliação dos mesmos.

Na tabela abaixo, pode-se comparar a matrículas em relação ao Brasil, à região Norte e ao Tocantins e verificar que na educação de jovens e adultos, no ano de 2012, as matrículas da rede federal foram bem significativas, mas não tão expressivas como na estadual.

Convém ressaltar que a Rede Federal cumpre um papel importante na formação técnica, porque possui a sua experiência histórica, no entanto, é limitada a uma rede pequena face ao número de alunos que buscam uma formação tecnológica. A Rede Federal é pequena se comparada às Redes Estaduais.

Tabela 3 – Número de Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio por Localização e Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012

Unidade da Federação	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio				
	Localização/Dependência Administrativa				
	Total	Total			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	1.345.864	14.579	1.200.061	43.047	88.177
Norte	150.825	1.588	137.752	846	10.639
Tocantins	12.219	197	10.871	24	1.127

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014).

Analisando a tabela abaixo dos concluintes na Educação de Jovens e Adultos, percebe-se que a rede federal só teve dez formandos em relação ao estadual que já tem uma experiência maior nesta área, com 2.952 formandos. A primeira turma do Proeja do campus Porto Nacional está concluindo suas turmas em dezembro de 2014, com 12 alunos frequentando as aulas.

Tabela 4 - Número de Concluintes na Educação de Jovens e Adultos - Presenciais no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação – 2012

Unidade da Federação	Número de Concluintes na Educação de Jovens e Adultos - Presenciais - Ensino Médio				
	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	346.808	1.556	307.064	8.455	29.733
Norte	34.218	148	31.443	201	2.426
Tocantins	3.360	10	2.952	4	394

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014).

Analisando agora os cursos superiores vê-se que o quantitativo de matrículas é bem superior ao quantitativo de concluintes, isso sem contar os alunos que desistem, os que ficam com dependências em outras disciplinas e os alunos que trancam as matrículas.

Observa-se que, na expansão dos Institutos Federais, a sua interiorização pelo Brasil fez com aumentasse em muito as ofertas de cursos superiores, mas será que esse aumento também trouxe qualidade para a educação superior, comparado aos que conseguem chegar ao final do curso e vão procurar o mercado de trabalho?

Até que ponto a expansão das vagas e Instituições tem sido satisfatória no sentido da qualidade de ensino, pois alguns campus iniciaram suas atividades sem as condições mínimas para o desenvolvimento de uma formação técnica de qualidade, como a ausência de laboratórios, docentes, técnicos administrativos, quer dizer sem nenhum planejamento feito anteriormente para que se começasse um curso. Por conta disso, houve algumas evasões em alguns campus.

Pela legislação, a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica destinará metade de suas vagas ao ensino médio integrado à educação profissional. Na educação superior, a cursos de engenharias e bacharelados tecnológicos e 20% de licenciaturas em ciências da natureza (física, química, biologia e matemática). Serão incentivadas as licenciaturas com conteúdos específicos da educação profissional e tecnológica (mecânica, eletricidade e informática) e, na área de pesquisa e extensão, estimulada a busca de soluções técnicas e tecnológicas.

Constata-se que ainda há problemas com a regulamentação e a aceitação pelo mercado de trabalho do tecnólogo e que a disponibilidade de postos de trabalho e concursos públicos está muito aquém do que prometem as propagandas governamentais. O tecnólogo constitui uma força de trabalho “mais cara” ao mercado do que o técnico e menos reconhecida socialmente que o engenheiro. Isso está começando a mudar aos poucos, mas será que, com essa expansão das redes, isso não ficaria esgotado?

Por mais que os Institutos tenham que ofertar cursos de Licenciaturas, estes não são tão atrativos para muitos alunos. Eles até entram e começam a estudar, mas são poucos os que concluem o curso.

No entanto, o que tem dificultado também a Instituição na elaboração de novos cursos que sejam mais atraentes ao público da região, é salientado pelo professor B:

[...] Agora o que eu vejo é que como a estrutura de novos campi principalmente a expansão 2 e 3 existe um limite máximo de professores e técnicos administrativos que a gente pode contratar através de concursos públicos, então a gente fica limitado a expandir pra novas áreas, isso é uma limitação de todos os campi então assim voce consegue atingir uma determinada, algumas áreas que demandam profissionais, mas ainda há outras áreas que precisam de ser atendidas por conta do crescimento, por conta do mercado que vai mudando [...] então a gente tem essa limitação para atender novas áreas por conta do nosso quadro que é reduzido [...].

O Decreto nº 7.312 (BRASIL, 2010a) publicado no Diário Oficial da União em 23 de setembro de 2010, dispõe sobre o banco de professor-equivalência de educação básica, técnica e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, fixando o limite de banco professor equivalência e o Decreto 7.311 publicado no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010b), que dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos técnicos.

Então, para se abrir um curso, deve haver muito estudo e planejamento por parte da gestão para não ficar a mercê de cursos que não dão o *feedback* necessário para garantir a permanência dos alunos. Isso acontece porque a expansão aconteceu de forma não muito planejada pelos Gestores responsáveis da época. Muitos receberam doações de escolas já em funcionamento pelo estado, às vezes em lugares distantes das cidades, outros sem infraestrutura necessária para começar um curso.

No caso de Porto Nacional, a Instituição recebeu a doação de um terreno e o Instituto construiu a escola. Antes de iniciarem as atividades, foram feitas audiências públicas com a comunidade local para a escolha dos cursos.

Os Institutos têm autonomia para ofertar qualquer curso na área tecnológica e nas modalidades de ensino médio, técnico, PROEJA e Superior, mas deve cumprir os critérios do acordo de metas feito com o MEC, que orienta a manutenção de pelo menos 50% de matrículas no ensino técnico de nível médio, conforme disposto o disposto na Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), de 29 de dezembro de 2008; manutenção de pelo menos 20% de matrículas em cursos de licenciaturas e de formação de professores, conforme o disposto na lei existe, o compromisso da oferta de curso de PROEJA (técnico e Formação Inicial e Continuada-FIC) na perspectiva de promover a inclusão e atender a demanda regional, conforme o disposto no Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006 (BRASIL, 2006).

Verificando a tabela abaixo, nota-se que o quantitativo de concluintes em 2011 pelo IFTO é bem inferior ao número de matrículas realizadas, isso também acontece em nível de Brasil e por região conforme mostra a tabela.

Tabela 5 - Números de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância e Funções Docentes, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2011

Região / Instituições Federais	Concluintes		Cursos		Matrículas		Funções Docentes	
	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Total	Em Exercício
Brasil	98.383	12.774	5.357	334	927.086	105.850	90.388	84.408
Norte	12.862	589	745	67	115.828	8.282	9.154	8.236
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	34	-	15	-	1.285	-	223	210

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014)

Observa-se que, em 2012, também não há muita diferença, pois as matrículas até aumentaram um pouco, mas as conclusões diminuíram. Analisando as turmas que existentes no IFTO – campus Porto Nacional, na primeira turma de Tecnologia em Logística concluíram quatro alunos em 2013 numa turma que começou com 40 alunos e a primeira turma de Licenciatura em Computação concluíram três alunos em 2014. Alguns ainda estão estudando, embora fiquem retidos em algumas disciplinas, outros trancaram no meio do caminho, mas o quantitativo de concluinte é muito baixo em relação ao número de matrículas.

Tabela 6 – Números de Concluintes, Cursos, Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância e Funções Docentes, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2012

Região/Instituições Federais	Concluintes		Cursos		Matrículas		Funções Docentes	
	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Total	Em Exercício
Brasil	96.270	14.895	5.653	325	985.202	102.211	95.615	90.416
Norte	10.090	1.112	807	68	130.950	7.764	9.678	9.133
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	29	-	18	-	1.780	-	210	205

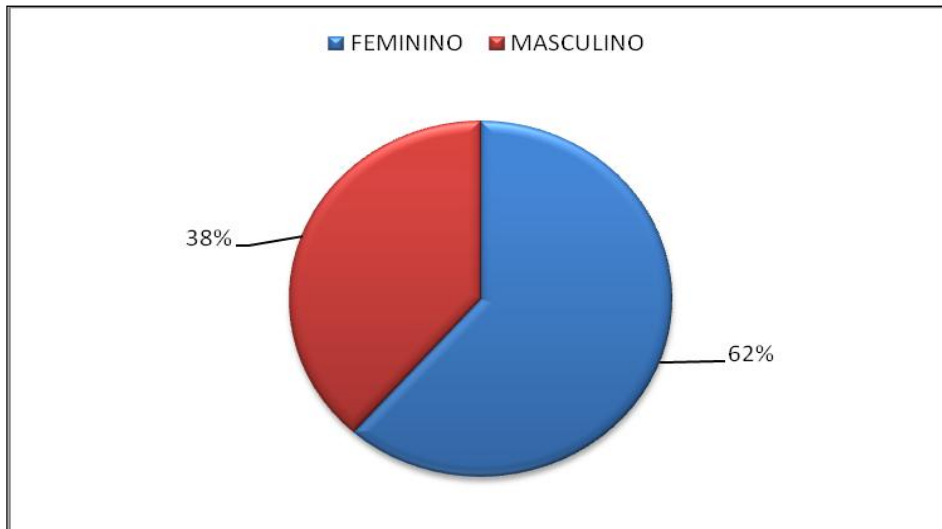
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/ 2014

Os dados referentes ao perfil dos alunos evadidos foram obtidos pela Coordenação de Registros Escolares, na qual obtém essas informações no ato da matrícula. Nas entrevistas feitas com os três alunos também foi aplicado um questionário socioeconômico para confirmar a situação de renda familiar entre o período em que entrou no curso e o período da entrevista e, assim, analisar se esta situação é uma das causas da evasão.

A escolha do Curso Técnico em Vendas modalidade PROEJA para a pesquisa deu-se pelo fato deste ser a maior preocupação da Gestão, pois tiveram que fechar o curso por falta de aluno. Não houve a procura inicial desejada, e a segunda turma não conseguiu completar a quantidade de vagas e a Gestão não ofertou mais o curso nesta modalidade PROEJA, ficando só a primeira turma com 11 alunos, que finalizou no final de 2014.

Analisando o perfil de 52 alunos evadidos do curso PROEJA, vê-se que 62% são do sexo feminino e 38% do sexo masculino. Nota-se que, neste curso, a procura foi mais do público feminino.

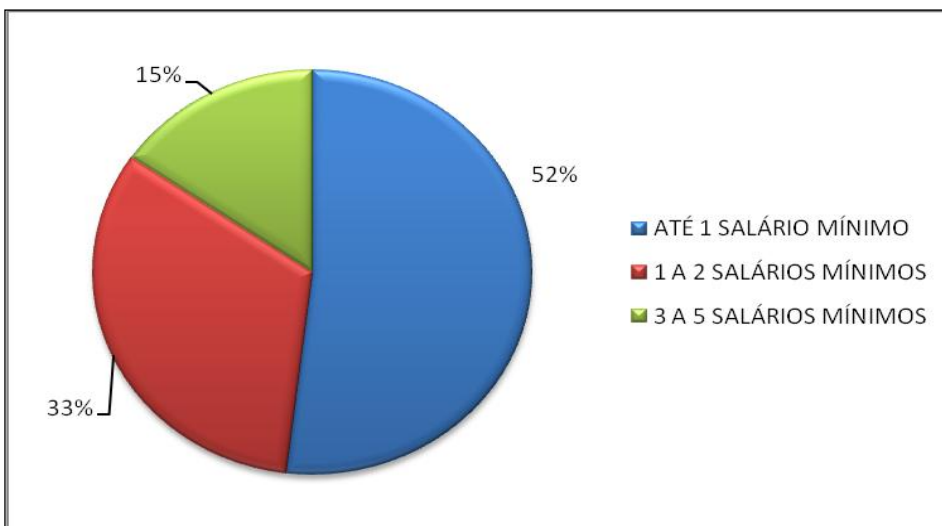
Figura 8: Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Sexo



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

Verificando o gráfico da renda familiar, observa-se que a maioria tem uma renda familiar de até um salário mínimo, chegando a 52%. Isso indica que pelo menos uma pessoa da casa trabalha, 33% têm renda familiar de um a dois salários mínimos e 15% têm de três a cinco salários mínimos.

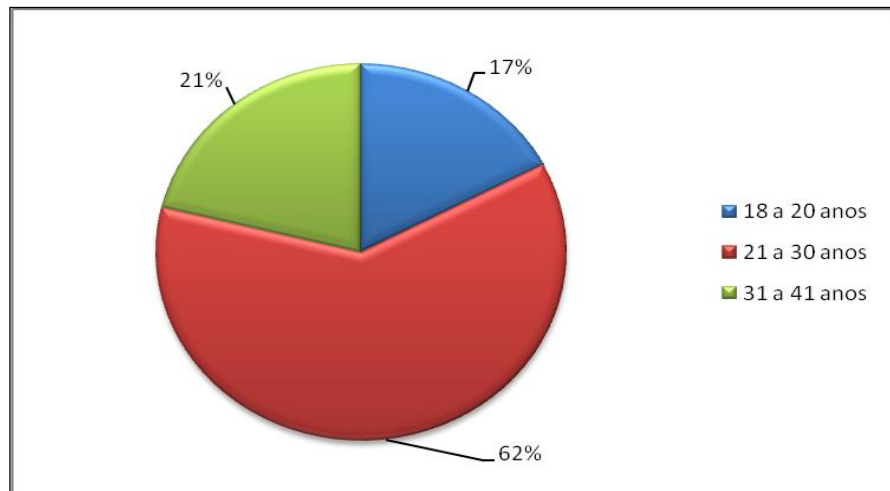
Figura 9: Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Renda Familiar



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

O gráfico abaixo mostra a faixa etária dos alunos do curso de técnico em vendas em que 62% têm entre 21 a 30 anos; 21% entre 31 a 41 anos e 17% entre 18 a 20 anos.

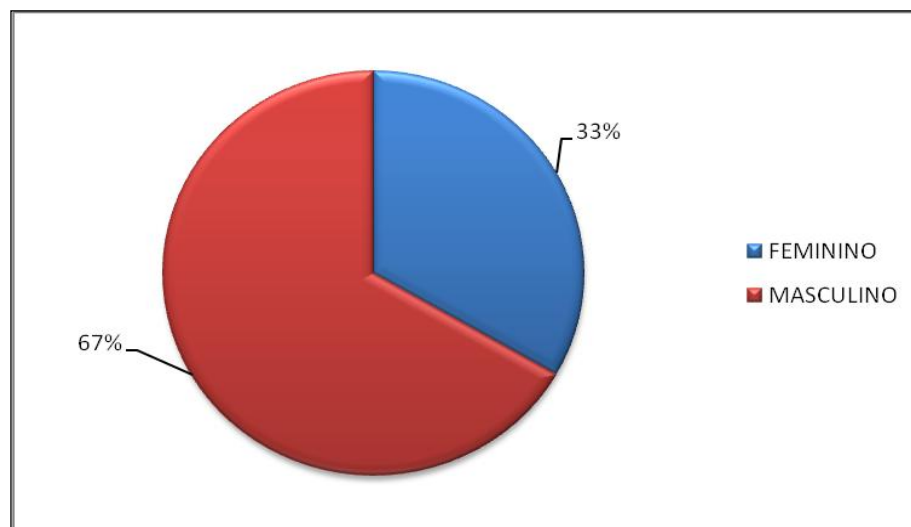
Figura 10: Perfil dos alunos evadidos do Curso Técnico em Vendas: Idade



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013..

Verificando o perfil de uma margem de 69 alunos evadidos do curso de Licenciatura em Computação, nota-se que a maioria é do sexo masculino. Isso pelo fato de ser um curso na área de Computação com o qual os homens se identificam mais que as mulheres.

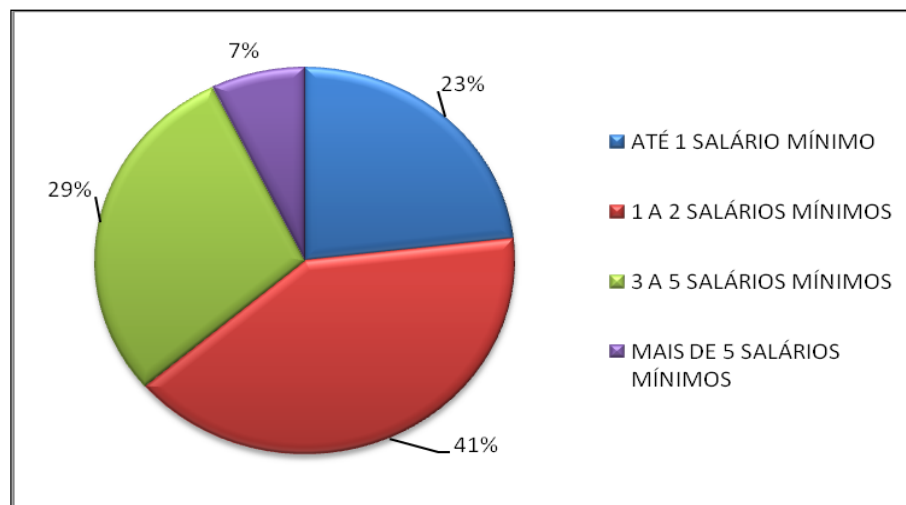
Figura 11: Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Sexo



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

Analisando o Gráfico da Renda Familiar, percebe-se que aqui a renda familiar já subiu um pouco em relação aos estudantes do Curso de Vendas. São 23% com renda familiar de até um salário mínimo, 41% com renda familiar de um a dois salários mínimos, 29% com renda familiar de três a cinco salários mínimos e 7% com mais de cinco salários mínimos.

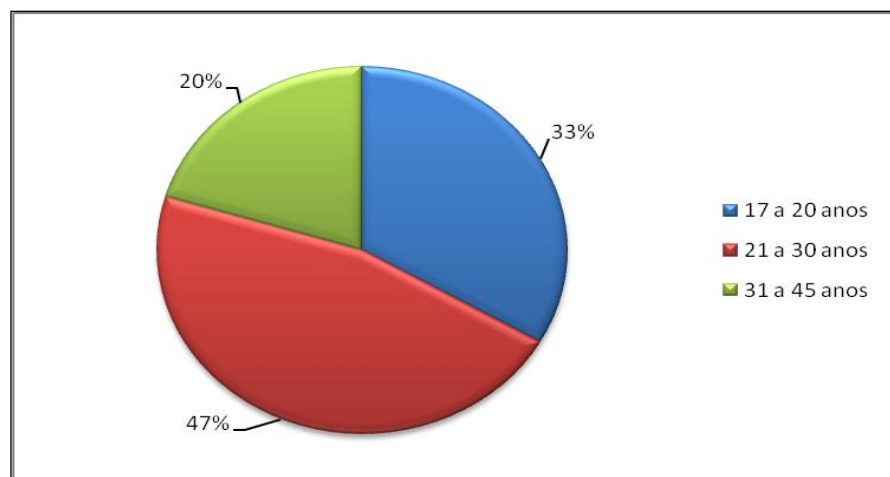
Figura 12: Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Renda Familiar



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

A figura 12 do gráfico mostra a faixa etária dos alunos do curso de licenciatura em computação: 47% estão na faixa entre 21 a 30 anos, 33% entre 17 a 20 anos e 20 % de 31 a 45 anos.

Figura 13: Perfil dos alunos evadidos do Curso Licenciatura em Computação: Idade



Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, 2013.

5.2 Análise das Narrativas

Após se verificar o perfil dos alunos evadidos, iniciaram-se as análises e interpretações das respostas dos entrevistados, considerando as três categorias definidas *a priori*: Políticas públicas; Condições de Permanência e Evasão Escolar.

As entrevistas realizadas com os Coordenadores de Curso, o Coordenador Técnico Pedagógico, o Assistente de Aluno, o Assistente Social e os professores foram orientadas por questões semiestruturadas apresentadas no apêndice B deste trabalho.

Inicialmente, apresenta-se a entrevista realizada, destacando-se como ponto de interesse para o tema em estudo, em relação as políticas públicas. Foram questionados a respeito do processo educacional do IFTO, das políticas públicas e da evasão escolar. Pode-se notar que as narrativas demonstrarão algumas divergências, visto que alguns informam que estas deixam a desejar, e outros que o processo é bem conduzido, que se tem uma boa estrutura, com bons profissionais. Mas diante das evasões que estão ocorrendo, não é um caso a se pensar? A refletir e verificar em que ponto pode estar havendo alguma falha, para que se possa melhorar.

Conforme relata o Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação

Com relação ao curso de Licenciatura em Computação nós temos como objetivo né a formação de professores habilitado em Computação que o curso é um curso em Licenciatura em Computação[...] é [...] nós procuramos trabalhar isso de uma forma que o aluno possa sair habilitado tanto nas partes específicas do curso em computação como também isso atrelado a educação em si como prática docente.

Nesta sequência, a Coordenadora Técnica Pedagógica afirmou *que*

[...] está assim aquém da realidade dos nossos alunos né até mesmo porque o corpo docente é formado em sua grande maioria por mestres e doutores por tanto eles exigem muito dos alunos sendo né que estes não estão ou não é ou não possuem ainda as habilidades e competências exigidas né e daí percebe-se a dificuldade no processo de ensino aprendizagem né.

Já para a Coordenadora do PROEJA e EMI que está há pouco tempo na coordenação vê que existem algumas falhas, como se percebe na fala:

[...] não sei se a própria educação de jovens e adultos que a gente tem estar sempre repensando mas eu acho que a gente tem que fazer algumas mudanças, pensar em conjunto com os professores com o administrativo pedagógico, esse processo educacional precisa rever.

Nota-se que cada sujeito entende de maneira diferente o funcionamento do processo educacional. Para o Assistente Social, faz-se necessário conhecer como a Instituição funciona para a realização de seu trabalho, como sintetiza em sua fala:

[...] então aqui no Instituto Federal um dos primeiros passos antes de exercer atividades da minha profissão foi de conhecer o processo educacional, conhecer as políticas internas da Instituição, conhecer as diretrizes, os princípios, com os regulamentos, regimentos disciplinares, conhecer os cursos, os ppcs que são os projetos de cursos enfim ter uma amplitude maior no sentido de saber como funciona a Instituição e assim a gente ter uma atuação muito mais eficaz.

E é no Projeto Político Pedagógico que devem constar todas as ações a serem desenvolvidas pela instituição. Vale ressaltar que esse projeto precisa ser construído por toda a comunidade escolar e estar de acordo com a real situação da instituição. Além disso, precisa ser revisto constantemente, para assim estar coerente com as mudanças que ocorrem diariamente tanto na sala de aula, quanto na comunidade escolar como um todo.

Na visão dos professores entrevistados o processo pedagógico é bem conduzido por toda a comunidade escolar, já que conta com uma equipe multidisciplinar formada por orientadores pedagógicos, assistentes de alunos, assistente social, psicólogos, enfermeiros, garantindo assim toda uma estrutura para receber os alunos.

É o que vemos na narrativa do Professor A que enfatiza:

Eu gosto da forma como é conduzido, a gente tem uma equipe de muitos profissionais, orientadores, psicólogos, enfermeiros... e eu acredito que se esta equipe trabalhar em conjunto dá pra fazer um bom processo avaliativo e construtivo na educação.

Isso se confirma também na declaração do Professor B:

O Instituto tem uma estrutura boa pra acompanhamento, nós temos a coordenação técnica pedagógica, temos orientador educacional, temos técnicos em assuntos educacionais, além disso nós temos apoio das coordenações de cursos, coordenadores muito bem qualificados, com formação excelente, além disso também temos a parte de assistência ao estudante, que nos tem dado um apoio muito grande no processo educacional. Temos estrutura física que ajuda nesse processo, biblioteca, laboratórios de informática, outros laboratórios, então assim eu acredito que

no geral é um bom processo. Cada professor tem seu horário de trabalho, de atendimento ao aluno disponível pra tirar dúvidas, recuperação paralela, entre outros, além disso, temos monitoria para algumas disciplinas já uma outra forma de estar auxiliando nesse processo juntos aos alunos.

Entretanto o que se observou diante das dificuldades encontradas por esta equipe multidisciplinar é que cada um trabalha no seu espaço, sem a preocupação de ter uma interação maior para um trabalho multidisciplinar, pois um depende do trabalho do outro para que o todo seja atendido, motivando os alunos sobre a importância da formação escolar em sua vida, criando espaços de discussões entre a gestão da escola, docentes, família e alunos. Nesse sentido, verifica-se que precisa de uma Gestão mais dinâmica que faça com que a equipe trabalhe coletivamente.

Para que o Instituto Federal Campus Porto Nacional cumpra suas funções, garantindo que seus alunos se apropriem do saber escolar, a instituição precisa lidar com diversas questões internas a sua dinâmica, dentre elas, a própria permanência do aluno na instituição.

Diante dessa constatação, abordou-se nas entrevistas sobre as políticas públicas para a educação. De acordo com as narrativas, constata-se que houve avanços nas políticas públicas para a educação, como a universalização e democratização do acesso nas escolas e universidades, entretanto, o fato de a criança ou o jovem estar frequentando a escola não garante sua aprendizagem e nem sua permanência em sala de aula.

De acordo com o Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação as políticas têm avançado muito:

Eu acredito assim que apesar do avanço que nós tivemos e ainda temos conseguido com o correr desse tempo [...] temos as diretrizes curriculares eu acho que em políticas públicas ainda deveriam ser mais claras porque elas é [...] Por exemplo um avanço as políticas públicas elas tem facilitado muito o ingresso dos alunos nos níveis superiores de educação ao mesmo tempo que ela facilita esse ingresso e [...] com incentivos como bolsas de incentivo de iniciação científica, como bolsas do prouni, reuni, mas eu vejo uma falha se sabe no que [...] no ingresso do aluno pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou Programa Universidade Para Todos (PROUNI) ou esses financiamentos eles são ofertados mais pra aqueles cursos que não não é muito de interesse do aluno e isso provoca um impacto do desenvolvimento e manutenção permanência desse aluno no curso uma vez que ele entra num curso que não era o curso que ele queria mas é o que foi lhe oferecido dado a oportunidade de ingressar depois ele não permanece não se identifica e não permanece, mas mesmo assim eu acho

que as políticas públicas voltados para a educação superior nos últimos tempos tem avançado bastante.

Já, para a Coordenadora Técnica Pedagógica, a situação é bem diferente de Instituição para Instituição, comparando-se os níveis municipais, federais e estaduais, Ela relata:

Bem dentro do IFTO eu vejo assim que os alunos são bem assistidos né por meio de políticas públicas até mesmo porque eles tem vários auxílios né, auxílios transporte, auxílio creche né monitoria, bolsas monitoria e a bolsa também como colaborador, então assim, há um incentivo né por meio de bolsas do PNAES pra que eles permaneçam dentro da Instituição visto que em outros âmbitos educacionais né a nível municipal, estadual os alunos não tem esse benefício não tem também esse apoio, esses incentivo pra que permaneçam aqui na Instituição.

Para a Coordenadora do PROEJA e EMI, a educação de Jovens e Adultos já é uma política pública e, para que a Instituição possa atender esta demanda e trazer esses alunos que evadiram e atrair novos alunos, estão sendo reestruturados os cursos, e expõe que:

A própria educação de jovens e adultos é uma política pública né, o que tem feito aqui, por exemplo, a gente está fazendo uma reestruturação do curso, a gente viu que a evasão nesse curso técnico em vendas foi muito grande e a gente estar reestruturando, como professora faço parte como membro da comissão. Formaram-se 2 comissões aonde uma a gente formou para o curso subsequente em técnico em vendas e uma outra a gentes está ainda em estudo para outros cursos de proeja para quem não tem ensino médio se tornou em proeja FIC – formação inicial e continuada - pois a gente percebeu que uma das causas da evasão foi isso, a questão desses 3 anos de cursos, aonde alguns alunos vieram procurar o curso por causa do técnico e alguns já tinham o ensino médio e foram evadindo. A gente pensou em estar reestruturando de uma forma que em 2 anos o nosso aluno saia com um curso profissionalizante, conclui e ensino médio. Então como é uma política pública pra ver se a gente atende consegue trazer de volta os alunos e atender a população.

Na visão do Assistente Social, houve um avanço das políticas públicas para a educação, mas estas ainda precisam ser reformuladas:

Bem eu acho que tem muito a ser [...] muitos objetivos a ser alcançados ainda, em termos gerais acho que o Brasil já avançou bastante na educação, mas tem que avançar mais ainda, porque eu penso que algo na Instituição na Educação tem que ser reformulada, vamos dizer assim repensado por exemplo como metodologias de ensino, como formação de professores, como também as políticas públicas de inclusão e das ações afirmativas, pessoas com deficiências ainda tem muito a ser alcançado porque além de nós estarmos na esfera federal nós não conseguimos atingir acredito que nem 10% do que deveria ser atingido então eu acredito

que tem muita coisa ainda [...] muito desafio a ser realizado alcançado enfrentado melhor dizer.

Para o Professor A, o governo vem trazendo vários programas com o intuito da permanência desses alunos. Ele relata:

O que a gente convive dentro da educação federal é uma realidade que eu vejo um pouco diferente da municipal e estadual, dentro dessa nossa convivência federal, eu acredito que o governo, ele vem fazendo boas políticas trazendo vários programas, bolsas auxílios, programas que atingem diferentes perfis de profissionais né. Então eu gosto desta política que vem sendo adotada no governo.

Para o Professor B, as políticas de acesso têm avançado muito:

Também acho que nós avançamos muito, já estou no Instituto desde de 2003, antiga escola técnica, então acompanhei muito esse processo, nós vemos que o acesso a educação, as políticas pra acesso são várias, houve a interiorização dos campi, das Universidades, do Instituto Federal, campus Porto especificamente, então acredito que temos avançado muito.

Neste momento, sentiu-se também a necessidade de questionar os entrevistados sobre o que eles achavam da evasão no âmbito do IFTO – Campus Porto Nacional.

De acordo com o Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação, devido ao curso que coordena ser de licenciatura, muitos alunos desistem por não querem se tornar professores, Ele acrescenta:

Como eu disse anteriormente uma das questões são estas os alunos é não levam o curso que eles sonhavam, muitos desconhecem as diretrizes dos cursos, ingressam no curso pensando o curso ser na área de informática bacharelado em informática e ai depois no decorrer do curso vão percebendo que é o curso de licenciatura que os habilita a trabalhar com regência em sala de aula e ai isso aliado atrelado em algumas disciplinas da parte específica em informática e aquela falta de vontade de cursar as disciplinas pedagógicas faz com que eles desistam e evadem.

Para a Coordenadora Técnica Pedagógica, há dificuldade no processo de ensino aprendizagem devido aos cursos técnicos exigirem mais dos alunos, e afirma:

Bom a Evasão Escolar a gente percebe que ela existe em todos os âmbitos tanto no âmbito federal, municipal em todas as esferas estaduais, municipais e aqui dentro do âmbito federal a gente percebe que esse índice de evasão escolar ainda é muito maior né. E o que eu percebo como orientadora educacional dentro do IFTO é justamente esta questão né da

questão dos professores exigirem aquém do que eles estão preparados porque o que a gente nota e que os nossos alunos quando entram eles tem um déficit de aprendizagem ainda muito grande e por ser uma Instituição que oferece ensino técnico né que é uma Instituição que preza pela qualidade de ensino então essa exigência até mesmo porque os alunos quando saem daqui eles vão sair preparados para o mercado de trabalho, então a gente vê que essa exigência por parte do corpo docente ela é muito grande né como nosso alunos entram e quando eles chegam e deparam com essa realidade completamente diferente deles, então a gente percebe que muitos deixam de frequentar devido a dificuldade e mesmo no processo de ensino aprendizagem.

Para a Assistente de aluno, a causa da evasão, no caso dos cursos técnicos que são ofertados no período vespertino, é devido ao fato dos estudantes não conseguirem conciliar o trabalho com os estudos, assim eles acabam optando pelo trabalho, pois têm que ajudar em casa. Nos cursos superiores, são as dificuldades de aprendizagem e nos de ensino médio é porque estes são ofertados nos turnos matutino e vespertino e, além disso, possuem 18 disciplinas, e descreve que:

É justamente isso, no técnico eu vejo que junto do problema da dificuldade né [...] com o problema do horário. Já percebi como assistente de aluno, o horário de aula que muitos não podem porque muitas vezes tem que abrir mão do trabalho etc e tal [...] ai vem a dificuldade. Então eles acham que não vale a pena. No ensino superior há muita dificuldade, então muito aluno chega aqui, e não sabem o que é o curso de tecnologia em logística, fazem o vestibular, fazem a matrícula, mas não sabem o que é, e quando descobrem [...] não é isso que quer pra minha vida [...] então acaba desistindo. O curso de Licenciatura é a mesma coisa, assim não é que não saibam o que é, mas porque eles acabam desistindo por causa da dificuldade do curso e tal e no ensino médio a gente percebe que a maioria desiste, porque é um curso pesado, é o dia inteiro, é puxado [...] tem que estudar muito [...] então quando vem ai o primeiro bimestre com as notas baixas, eles acabam evadindo também.

Para o Assistente Social ainda faltam políticas de controle e de avaliação para que possam trabalhar sem sobrecarga de políticas de distribuição de renda:

Bem a evasão é um caso sério e acredito em todos os níveis de educação seja no básico né, no técnico no caso do perfil aqui do Instituto federal como também no superior. Aqui no Instituto Federal apesar de ser algo novo ser um ensino diferenciado das universidades, das escolas municipais, estaduais existe também a evasão escolar e a minha opinião é a seguinte ainda falta muitas políticas públicas não só de transferência de renda, mas políticas de combate, de controle, de avaliação para que os profissionais como eu assistente social, psicólogo, pedagogos e etc. possam realizar um trabalho muito melhor de que está acontecendo hoje e muitas vezes os profissionais se sobrecarregam em políticas de distribuição de rendas e deixa de fazer as políticas de intervenção como atendimento domiciliares, encaminhamento de inclusão e etc.

Na visão do Professor A, a Instituição tem que criar mecanismos que possam identificar a evasão, como se pode observar em sua fala: “Eu acredito que falta um pouco da equipe que a gente tem fazer, criar mecanismos efetivos que possam controlar essa evasão e realmente identificar o que está acontecendo.”

Para o Professor B, a evasão se deve a vários fatores, que uma vez identificados precisam ser trabalhados da melhor forma, como relata:

A evasão escolar no geral não só aqui no campus, mas em qualquer lugar ainda é um problema que a gente enfrenta né e isso se deve a vários fatores, inclusive fatores pessoais mesmo, dos alunos que entram, trabalho, família e também às vezes não se identifica com o curso. Entra achando que o curso é uma coisa e depois no final descobre que é outra, enfim tem todos esses aspectos que a gente considera que são o foco para a evasão escolar, mas precisa ser trabalhado ainda de forma melhor.

Diante das respostas dos entrevistados, nota-se que a evasão escolar é muito preocupante e que afeta não são o campus Porto Nacional, mas como todo o IFTO, apesar de todo o investimento que os Institutos recebem, estes acabam sofrendo todos os anos com um número expressivo de evasão. Dados de evasões registrados no IFTO Campus Porto Nacional apresentam consequências importantes tanto para a vida do aluno quanto para a instituição, reproduzindo um velho problema que é a baixa qualificação profissional dos jovens.

Com os fatos relacionados acima, percebeu-se a necessidade de perguntar como o IFTO campus Porto Nacional faz o controle para identificar a evasão escolar.

De acordo com o Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação são feitas reuniões mensais no colegiado, quando são repassadas as orientações de como terão que ser os procedimentos de identificação dos alunos em questão, conforme relata:

São feitas reuniões mensais no colegiado onde a coordenação do curso orienta os professores que no decorrer de três faltas consecutivas do aluno que a Cotepe seja notificada e a assistência ao aluno para que seja entrado em contato com esse aluno pra saber os motivos que causaram e convidá-lo a retornar os estudos.

Para a Coordenadora Técnica Pedagógica o corpo docente não está fazendo a sua parte de auxiliar as coordenações no que diz respeito a identificação dos alunos que não estão frequentando, para ajudar no processo de busca destes alunos. Isto tem dificultado saber quais os alunos estão evadindo, Ela afirma:

Bom uma preocupação principalmente da Cotepe né como por parte da orientação educacional é estar identificando nas primeiras semanas aqueles alunos que fizeram a matrícula e que não estão frequentando, até mesmo pra que ainda de tempo de a gente chamar os que estão no cadastro de reserva pra que estejam suprindo essas vagas que estão ficando ociosas né, só que a gente vem sofrendo um problema muito grande em relação a essa ajuda por parte do corpo docente de estar nos informando quem são os alunos que não estão mais frequentando nas primeiras semanas, pra gente poder estar solicitando da Coordenação de Registros Escolares – CORES – essa nova chamada né e às vezes quando a gente vai identificar já estar um tanto avançado o curso que não tem a oportunidade de estar chamando outros alunos . o curso já tem andado um pouco e esses alunos entrando posteriormente, não iria conseguir alcançar a turma então assim nós estamos com esse problema sim. Vem solicitando nas reuniões pedagógicas, nas reuniões de análises de turma pra que a gente esteja identificando nas primeiras semanas, após o início do semestre letivo pra entrar em contato com esses alunos e saber se realmente qual o motivo, o por que deles terem evadido e se caso eles realmente não tenham mesmo condições de estarem voltando pro curso a gente estar chamando outras pessoas pra suprir as vagas ociosas.

Para a Coordenadora do PROEJA e EMI, não existe um acompanhamento e registro:

Temos uma turma só de proeja e que vai concluir inclusive esse ano, tem 12 alunos, o semestre começou agora e como professora da disciplina estamos com 10 alunos que realmente estão vindo, e esse acompanhamento está começando agora, assim o que tinha registrado não tem nada não.

De acordo com o Assistente de Aluno, como a demanda aumentou muito, este controle não está sendo feito:

Olha já foi feito um trabalho no começo [...] de a gente ir atrás desses alunos que desistiram para poder ver a razão e tentar melhorar em cima disso, só que a evasão aumentou muito, aumentou a quantidade de alunos e aumentou a quantidade de evasão, então hoje não é feito nada não.

Para o Assistente Social, o processo de controle tem muito a avançar, como afirmou:

Tem muito a se avançar, eu vou falar a nível de Tocantins – IFTO – nós estamos numa luta tremenda na organização de um sistema de controle da evasão ou de frequência ou de ameaça a evasão enfim, e não temos sistemas isso é feito manual da era primitiva, o que nós estamos fazendo na tabela de excel, nós temos que analisar um a um, fazer esses controle e as vezes o professor demora de fazer a frequência de passar a frequência pro Registros Escolares enfim tendo uma morosidade nesse processo de avaliação, de controle etc. Acredito que tem muito a se avançar, o Instituto Federal tem que investir em tecnologia apesar de nós estarmos aqui gerando tecnologia, qualificação profissional, nós precisamos melhorar nesse âmbito.

Novamente, observa-se que uma parte da equipe fez um controle quando os cursos iniciaram, mas não houve um trabalho contínuo. Outras turmas nem tiveram esse controle, pois os professores não colaboram com a entrega das frequências dos alunos para que pudesse ser identificada mais cedo a evasão.

Se não há um trabalho coletivo contínuo, nem uma equipe interligada, não há como fazer um trabalho que dê certo. É preciso que toda a equipe esteja unida e com o foco de que os alunos permaneçam em sala de aula, e, para isso, é necessária uma Gestão que seja mais firme em sua administração.

Para analisar a segunda categoria que versa sobre as condições de permanência dos alunos, foram abordados assuntos como as diretrizes curriculares do IFTO, os problemas de aprendizagem e a formação dos professores.

Sobre as diretrizes curriculares, segundo a Coordenadora Técnica Pedagógica, para que sejam ofertados os cursos no IFTO, fazem-se pesquisas de demanda, e pelo que se tem visto, os cursos têm tido pouca procura, não conseguindo atingir o público alvo, A Coordenadora argumenta:

Bom o que eu posso dizer sobre essa questão é que quando os cursos são ofertados eles passam por uma pesquisa de demanda, e esta pesquisa vai apontar a esses cursos e aí o Instituto começa a trabalhar em cima dos planos de cursos para que seja ofertado o curso que foi identificado pela pesquisa de demanda, porém o que a gente tem presenciado no nosso campus é que os cursos que estão sendo ofertados, eles não estão tendo procura, ou seja foi feita a pesquisa de demanda, no entanto não estamos conseguindo chegar ao público alvo, pelos nossos números de matrículas mostram isso que não está vendo a procura. Houve a demanda portanto não há a procura.

Para a Coordenadora do PROEJA e EMI, devido à demanda apontada pelos comerciantes, foi aberto o curso de vendas: “Bom o curso foi criado de uma demanda vinda da comunidade por isso o curso técnico em vendas, foi uma demanda apontada pelos comerciantes que precisavam de pessoas com conhecimento na área, por isso que esse curso começou aqui no instituto.”

Já a Assistente de Aluno sabia muito pouco sobre o assunto, não o suficiente para falar sobre isso.

A Professora A acredita que as diretrizes são medianas, básicas para trabalhar com docência com os alunos. Já o Professor B acrescenta:

Eu acredito que sim, em alguns aspectos sim, por que os cursos, a nova proposta de curso, segue um regulamento, uma instrução normativa que orienta a criação de novos cursos. Nessa Instrução Normativa para se abrir um curso precisa ser feito uma pesquisa de demanda junto a comunidade, junto as APLS né e enfim, então dentro do possível é feito essa pesquisa, esses levantamento junto a APL principalmente. Agora o que eu vejo é que como a estrutura de novos campi principalmente a expansão 2 e 3 existe um limite máximo de professores e técnicos administrativos que a gente pode contratar através de concursos públicos, então a gente fica limitado a expandir pra novas áreas, isso é uma limitação de todos os campi então assim você consegue atingir uma determinada, algumas áreas que demandam profissionais, mas ainda há outras áreas que precisam de ser atendidas por conta do crescimento, por conta do mercado que vai mudando... então a gente tem essa limitação para atender novas áreas por conta do nosso quadro que é reduzido [...] então a gente não consegue ampliar pra novas áreas.

As diretrizes curriculares são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Visam preservar a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a organizar o currículo delas, aproximando das áreas de conhecimento os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências explícitas nas Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs da Resolução nº 6/2012.

Sendo assim, o IFTO tem autonomia para criar os seus cursos e propostas pedagógicas. Para a criação de um curso, é feita uma pesquisa de demanda a fim de saber qual curso é melhor para a região onde está localizada.

As Instituições de Educação Profissional e Tecnológica oferecem cursos especiais, abertos à comunidade, com matrícula condicionada à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. São formulados para o atendimento de demandas pontuais, específicas de um determinado segmento da população ou dos setores produtivos.

Desse modo, os Institutos precisam trabalhar os conteúdos básicos nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o perfil dos alunos que atendem, a região em que estão inseridos e outros aspectos locais relevantes.

Foi abordado também sobre a identificação dos problemas de aprendizagem dos alunos. Na opinião da Coordenadora do PROEJA e EMI a identificação é feita através de reuniões pedagógicas, conselho de classes e conversas com a coordenação e o professor.

O Assistente de Aluno coloca:

A gente tem muitos problemas de aprendizagem é fato sim e muitos alunos vem de escolas públicas [...] então chega aqui no primeiro ano e não está acostumado com o ritmo de estudo que tem aqui, mas essa dificuldade já é algo natural, mas quando chega aqui com 18 disciplinas [...] aulas o dia inteiro, isso acaba intensificando essa dificuldade, mas não é muito que é feito não. A gente identifica isso, os professores tem consciência disso, tenta fazer atividades. Mas não existe nenhuma outra atividade extra-curricular até porque eles passam o dia inteiro tendo aula. Agora com os níveis superior e técnico mesmo quando é feito alguma coisa, eles não participam, não há interesse por parte deles em participar. Quando tem semana acadêmica poucos alunos comparecem, aparece mais gente do ensino médio.

O Professor A explica: “Tenho um público hoje, aqui de Porto, ele é um público um pouco mais velho, geralmente tem muitas pessoas que tem muito tempo que deixaram de estudar né e muita dificuldade de aprendizado mesmo.”

Nessa perspectiva de diminuir a evasão escolar, seria importante investir na formação de professores para os Institutos Federais, no intuito de que, com a formação inicial e continuada destes professores, eles possam estar melhor identificando os alunos e os problemas de aprendizagem de seus alunos, sabendo lidar também com alunos de todas as modalidades de ensino, principalmente do alunos do PROEJA. De acordo com a Coordenadora do Curso, os professores não têm perfil para trabalhar com estes alunos.

Na visão do Coordenador do Curso de Licenciatura em Computação:

Esse é um dos motivos que contribui para a evasão dos alunos porque os professores que são bacharelados eles não tem uma prática de vivência em sala de aula, eles não conseguem assimilar, não estou dizendo que no todo e nem todos, mas grande parte por falta de experiência com essa parte pedagógica eles entendem o conteúdo, dominam o conteúdo, mas em contra partida ele não conseguem perceber a educação como processo [...] eles não conseguem contornar essa situação de vivência professor-aluno com relação as bases tecnológicas que eles tem que aplicar como está na ementa dos cursos e ai com isso a falta de interesse de alguns de participar da formação pedagógica [...] eu acho que é uma das principais consequências da evasão dos alunos do curso.

A Coordenadora Técnica Pedagógica indaga que o Instituto tem uma política de capacitação aos servidores, mas que ainda falta um aperfeiçoamento para os professores. Conforme relata:

Bom dentro do Instituto já tem a política pública de capacitação de todos os servidores, tanto dos técnicos administrativos, quanto dos docentes, tanto que há uma preocupação em relação a oferta de doutorados né até mesmo afastamento dos professores dos docentes para se capacitarem em nível de mestrado e doutorado. Porém eu ainda vejo que falta é em relação aos

docentes que tem apenas o bacharelado, então penso que falta ainda uma formação na área, talvez estarem se aperfeiçoando mais pra licenciatura mesmo, pra ajudar na questão da didática, em métodos diferenciados para estar trabalhando com o alunado.

A Coordenadora do PROEJA e EMI explica que ainda falta formação continuada com foco na demanda do PROEJA, pois este público tem que ser tratado de modo diferente.

No curso para os alunos de PROEJA, acho que falta formação continuada com foco para esse público, já trabalhei com educação de jovens e adultos antes de entrar no Instituto Federal e assim já existem muitos documentos, pesquisas e a gente percebe que aqui no Instituto Federal campus Porto Nacional que tem muitos professores que não tem perfil para trabalhar com educação de jovens e adultos, há uma necessidade de formação continuada para atender esse público, talvez até seja um dos motivos da evasão. É uma forma que eu vejo diferente de você apresentar o conteúdo aos alunos, tem que ser de forma diferente, não que eles sejam diferentes, mas eles já estão muito tempo fora da escola, então quando voltam já tem uma certa idade, sentem rejeitados. A gente tem esse problema aqui, os alunos daqui não gostam de dizer que estudam no proeja, eles gostam que digam que estudam em técnico em vendas, isso é uma forma de se sentirem rejeitados.

O Assistente de Aluno vê as dificuldades de professores que não possuem uma formação para a docência e que estão em sala de aula, o que, indiretamente, influencia no aprendizado do aluno. O Assistente relata:

Eu acho que a formação dos professores do Instituto campus Porto, hoje influencia, vista a dificuldade porque do nosso colegiado [...] a maioria são bacharéis né [...] principalmente dos professores de Logística são poucos que são licenciados ou tem alguma formação em docência, então é óbvio que isso influencia na didática do professor em como o aluno consegue assimilar o conteúdo e como o aluno consegue realmente ter interesse por aquilo. Tem influência direta sim, na minha opinião [...] então muitas dessas dificuldades do aluno em aprendizado em pegar o conteúdo é que faz com que ele acabe desistindo e vem justamente desta falta de didática do professor e não é culpar dele é que ele não teve formação pra isso e infelizmente não é uma exigência da Instituição hoje.

Para o Assistente Social precisa haver mais investimentos nas formações iniciais e continuadas de professores, com a finalidade de melhor atender os estudantes que precisam de atendimentos especiais. Ela acrescenta que:

Os professores precisam participar mais das formações que são oferecidas, eu acredito que os gestores e quando eu falo gestores são os gestores dos Institutos Federais, do próprio Ministério da Educação, precisa investir mais na formação, como falei anteriormente sobre as ações afirmativas nós temos vários alunos que são especiais e precisam de atendimentos especiais, precisa de investimento nesse âmbito também de qualificação as

ações afirmativas e de qualificar, de atender melhor o estudante... saber suas fragilidades, seus potenciais, se adequar a melhor metodologia possível [...] então acredito que deve ser investido melhor em formação além do que existe atualmente.

Para o Professor A, a Instituição tem investido em capacitação:

Dentro do Instituto teve um curso de capacitação na formação de cursos FIC e teria agora o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) de serviços públicos, também atingiria os professores que talvez vai ainda ser ofertado este semestre. E agora o reconhecimento dos saberes e competências, então eu gosto também da política que vem sendo adotada.

Já o Professor B narra sua satisfação com a formação dos professores do IFTO e afirma que a instituição está sempre buscando mais conhecimentos. O Professor relata:

Eu vejo que a formação deles é excelente, os professores são muito bem qualificados e além disso os que entraram, que por ventura ou só com graduação enfim com qualquer nível de formação, eles procuram crescer na carreira docente fazendo cursos de especialização, mestrado, doutorado enfim né. E além disso o Instituto também tem oferecido através do Minter, convênio com a UFT, por exemplo [...] então eu vejo muito bem qualificados e buscando ainda mais a qualificação.

Percebe-se que, para os professores, a Instituição tem oferecido cursos de capacitação, oportunizando que os mesmos participem de cursos de mestrado e doutorado, investindo em formação continuada. Mas, comparando essa fala com as narrativas dos outros servidores, vê-se que ainda faltam cursos de formação inicial e continuada nas áreas de atendimentos especiais dos cursos do PROEJA e nas metodologias de ensino.

Analisando a terceira categoria que versa sobre a evasão escolar, com o objetivo de identificar as causas e consequências que provocam essa evasão, foi perguntado por que eles tinham escolhido o IFTO para estudar.

Verificou-se que o IFTO é visto como uma Instituição que oferece cursos de qualidade, com professores qualificados. Então, eles procuram o Instituto no intuito de se profissionalizarem. Pode-se observar isso claramente na fala do Aluno A: “Porque é uma escola que tem muitos professores qualificados, por isso escolhi”. Para o Aluno B, a procura de uma profissionalização é melhoria na carga de trabalho. Já, o Aluno C explica que: “Por ser uma Instituição pública e assim de ser

um curso de informática, é uma área que eu gosto, quero me profissionalizar nesta área, escolhi por este motivo”.

De acordo com as respostas dos estudantes, verifica-se a necessidade de saber quais os reais motivos que os levaram a desistir do curso. O aluno A revela que por causa de ter que viajar a procura de serviço teve que desistir do curso. Ele argumenta: “Porque é um curso muito cumprido né e também na minha área de serviço não encontro aqui na cidade; às vezes tenho que sair para fora, o motivo de desistir foi isso, tive que sair então.”

Percebe-se que, para o Aluno B, ele não pode continuar frequentando o curso também por causa de trabalho:

No momento eu estava saindo do emprego e precisei fazer um curso pra [...] um curso extra para poder entrar numa área de serviço e daí eu tive que optar em sair do curso do IFTO para poder fazer esse curso, curso de vigilante.

Já o Aluno C desistiu por não ter se identificado com o curso, conforme relata:

Foi que no tempo do curso teve em greve, eu estava até animado, após a greve voltei um pouco desanimado e também do fato do curso ser licenciatura não me agradou muito, não é muito a área que pretendo seguir, não na área de ensino é mais na prática mesmo.

Constata-se que os motivos que levaram a evasão tanto do aluno A, quanto do aluno B foram o trabalho, um devido não achar trabalho na cidade e ter que viajar e o outro por ter perdido o emprego anterior e ter que fazer um curso a noite para se qualificar para outro emprego. Isso comprova, com a pesquisa feita pela Instituição, que a maioria dos alunos do PROEJA saíram por motivo de trabalho. O outro motivo foi devido o período de 2011 e 2012 em que a Instituição passou por duas greves, o que ocasionou que alguns alunos ficaram desestimulados em voltar a estudar. Perderam o estímulo de estudar o que comprova com a fala do aluno C e de outros alunos que na época falavam a mesma coisa.

O Aluno A recebeu bolsa da Instituição oferecida através do programa do Plano Nacional de Assistência Estudantil na época em que estava estudando no IFTO e, mesmo assim, desistiu devido à bolsa ser pequena perante a necessidade financeira que estava passando naquele momento.

Os Coordenadores demonstraram que outra causa de evasão, que merece destaque, é a dificuldade de aprendizagem. Então, houve a necessidade de

perguntar a estes alunos se eles tiveram alguma dificuldade nas disciplinas. O Aluno A argumentou sobre isso: “Encontrei sim, porque eu já tinha um bom tempo sem estudar e quando a gente volta pra escola tem muitas coisas que pega né.”

Já, para o Aluno B, essa dificuldade não existiu, conforme relata: “Não, não tive não, foi muito bom, gostei bastante do tipo de ensino, dos professores em particular. Foi muito bom, não tive nenhuma dificuldade, aprendi muito”. O Aluno C também não encontrou dificuldade, conforme narra: “Não, as disciplinas eram ótimas, os professores ensinavam muito bem, nenhuma dificuldade não”.

De acordo com os alunos entrevistados, os professores utilizavam uma boa metodologia de ensino, sabiam transmitir bem o conteúdo e eles não tinham dificuldade no ensino aprendizagem. A Instituição vem procurando aperfeiçoar a formação continuada dos professores, oferecendo cursos e procurando parcerias com outras Instituições no intuito de melhorar a qualidade de ensino.

Também, foi perguntado aos ex-alunos se eles voltariam a estudar no IFTO. Eles afirmaram que enquanto não resolverem o problema de trabalho, não poderiam voltar a estudar. Conforme relata o aluno A:

Eu acho que se ele fosse em menos tempo teria mais chance, já me ligaram algumas vez perguntando se eu queria voltar né. Querer eu tenho vontade, agora o meu problema e essa questão do trabalho, que tive que sair.

Confirmando o mesmo problema, o Aluno B declara: “Gostaria, mas no momento eu não posso pela minha carga de trabalho, mas eu gostaria de voltar, vou voltar um dia com fé em Deus.”

Percebe-se que os estudantes querem voltar a estudar e que o motivo de terem deixado o curso foi o trabalho, mas que, quando sanado o problema, eles pretendem retomar o curso.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi movida pela inquietação como servidora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins na constatação do quantitativo expressivo de alunos desistirem dos cursos do IFTO antes do término dos mesmos.

Neste contexto, surgiu a problemática de analisar os fatores intervenientes que provocam a evasão escolar o Instituto Federal do Tocantins *Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação das políticas públicas para a educação profissional.

A existência da evasão escolar, tão elevada nos últimos anos sob a ótica das políticas públicas, que fomentam a formação profissional como recurso de inserção de jovens no mercado de trabalho, remete-nos a reflexões.

Sabe-se que vários fatores podem ser as causas da evasão, tais como: professores com pouca experiência de ensino, que, conseqüentemente, não compreendem as necessidades dos alunos; alunos desinteressados ou indisciplinados; pais ou responsáveis que não têm tempo para acompanhar o desenvolvimento de seus filhos na escola, a falta de base educacional dos próprios alunos, aulas em períodos que dificultam na conciliação do trabalho, dificuldades estas que acarretam em elevados índices de retenção e evasão nos cursos.

O governo tem feito esforços no sentido de garantir acesso e permanência a todas as crianças e jovens na escola através da criação de políticas públicas, mas apesar dos avanços ocorridos, há indicativos que apontam que a evasão escolar é um fenômeno presente. Nesse sentido, é fundamental a compreensão dos fatores que desencadeiam esses problemas visando à melhoria da qualidade de ensino, bem como a garantia do acesso e da permanência na escola.

Diante de tais reflexões e no intuito de contribuir para a compreensão e análise da evasão escolar, o problema de pesquisa foi responder o seguinte questionamento: **Quais as causas e conseqüências relacionadas à evasão escolar no âmbito federal e suas repercussões ao processo educacional do Instituto Federal do Tocantins –*Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes na implementação das políticas públicas para a educação profissional?**

A trilha metodológica adotada escolhida foi um estudo de caso no IFTO – Campus Porto Nacional de cunho quanti-qualitativos que possibilitou verificar com precisão o quantitativo de alunos que evadiram no período de 2010 a 2013.

O Campus Porto Nacional iniciou suas atividades em agosto de 2010 oferecendo dois cursos superiores, sendo um de Licenciatura em Computação e o outro em Tecnologia em Logística e dois cursos Técnicos Subsequentes: Técnico em informática e Técnico em Logística. Em 2012 passou a oferecer os cursos de Ensino Médio Integrado ao Técnico em Meio Ambiente e o Curso na modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) em Técnico em Vendas. Em 2013 passou a oferecer o curso de Pós Graduação – Latu Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica a distância.

Os dados obtidos pela Coordenação de Registros Escolares mostram o quantitativo de alunos que entraram e saíram nesse período. Diante dos dados, verificou-se que no curso de Licenciatura em Computação entraram 259 alunos e saíram 99 alunos; no curso de Tecnologia em Logística entraram 276 alunos e saíram 117 alunos; no curso de Técnico em Logística entraram 171 alunos e saíram 67 alunos; no curso de Técnico em Informática entraram 207 alunos e saíram 69 alunos; no curso de Técnico em Meio Ambiente entraram 80 alunos e saíram 20 alunos; no curso em Técnico em Vendas entraram 65 alunos e saíram 54 alunos e no curso em Docência na Educação Profissional e Tecnológica entraram 60 alunos e saíram 16 alunos. A Instituição conta com um quantitativo de 40 técnicos administrativos e 54 professores, sendo 3 Assistentes de Alunos, 2 Técnicos em Assuntos Educacionais, 1 Assistente Social, 2 pedagogos e 1 psicólogo.

Nesse contexto, esta dissertação analisou a evasão escolar dos cursos que tiveram maior índice escolar, dentre eles foram escolhidos dois cursos para serem investigados, que foi o curso de técnico em Vendas na modalidade PROEJA e o curso superior em Licenciatura em Computação. A escolha do primeiro foi devido ao fato deste ter sido obrigado a fechar por falta de aluno e, do segundo, por ser um curso de formação de professores.

Para tanto, foram utilizados dados fornecidos pela Coordenação de Registros Escolares do próprio Campus, bem como dados do INEP para se fazer uma análise de como está a situação também no Brasil.

O projeto de expansão do governo do Partido dos Trabalhadores quis mostrar que as políticas públicas para educação profissional tinham como objetivo o desenvolvimento nacional soberano, no qual houve a emancipação dos trabalhadores, por meio de organização cooperativa e empreendedorismo e o atendimento as demandas do mercado de trabalho por trabalhadores qualificados.

Verifica-se que a expansão para a interiorização das cidades possibilitou a democratização do acesso à educação as pessoas que não tinham condições financeiras de sair de suas cidades para estudar na capital, atendendo assim às demandas do mercado de trabalho local por trabalhadores qualificados.

Mas será que esta expansão conseguiu garantir a qualidade de ensino esperada pela população e pelo mercado de trabalho? Sabe-se que alguns campus iniciaram suas atividades sem as condições mínimas para o desenvolvimento de uma formação técnica de qualidade, pela ausência de laboratórios, docentes, técnicos administrativos, que dizer sem nenhum planejamento feito anteriormente para que se começasse um curso. Por conta disso houve evasão nestes campus.

Então por que abriram os cursos? Por que não puderam esperar mais um pouco? Por que desta expansão tão rápida?

Outro ponto analisado é o caso da implementação dos cursos, no qual, é necessário que haja uma pesquisa com a comunidade local para a escolha do curso, para atender a demanda local e a real capacidade de condições de viabilização do curso. No campus Porto Nacional foi feita uma audiência pública com alguns representantes do comércio local, com o objetivo de escolher os cursos e, destes, a gestão optou pelos cursos de Logística e Computação, tanto para o ensino técnico subsequente como para os Superiores.

No caso do curso de Logística, este foi escolhido devido ao fato de a ferrovia norte-sul passar pela região o que poderia ocasionar vagas de empregos, só que a comunidade local não conhecia, não era bem informada e, com isso, não teve a procura desejada para o curso. Diante disso, a dificuldade atual além da evasão é o preenchimento completo das vagas, principalmente do curso técnico que é oferecido a tarde e os estudantes têm dificuldade de conciliação com o trabalho.

Percebe-se que a falta de planejamento adequado para a escolha do curso pode afetar o futuro da Instituição, pois sabe-se que cada campus tem uma quantidade "X" de servidores que poderão atuar na Instituição, é o Decreto nº 7.312

(BRASIL, 2010a) sobre a banco professor equivalência e o Decreto nº 7.311 (BRASIL, 2010b) sobre quantitativos de lotação dos cargos técnicos.

Devido a isso, a escolha do curso precisa ser bem planejada para evitar que cursos possam fechar por falta de alunos, devido ao fato do curso não ser atrativo para a população e a Instituição ficar com problemas de poder expandir para outras áreas, pois já está com o quadro de servidores completo.

Quanto às condições de permanência, vemos que as Instituições no início das expansões faziam as contratações dos professores pela formação técnica para ministrarem aulas para os cursos técnicos e não se preocupavam com a formação pedagógica. Devido a esse fato, muitos professores não têm perfil para trabalhar com as diversas modalidades de ensino que o Instituto oferece. Por essa razão a instituição está revendo os editais de seleção e procurando oferecer cursos de docência para a educação profissional, como foi no caso de Porto Nacional que passou oferecer este curso a distância, no intuito de englobar a maioria dos professores não só do campus Porto, mas em todos os campus do IFTO.

A análise efetuada a partir dos dados obtidos nas entrevistas apontou como uma das causas por parte dos alunos a dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho, que é um fator extraescolar. Estes alunos ou acumulam a dupla função de estudar e trabalhar para suprir suas necessidades e de sua família, uma vez que sua condição social é precária e tem enormes dificuldades de ordem financeira; ou por alguns terem passado em um curso superior, ou ainda por desinteresse mesmo e, no caso do PROEJA, por verem que a turma estava ficando pequena acabaram desistindo; e também pela dificuldade de aprendizagem e pela não identificação com o curso.

Por parte da Instituição foram: em relação aos cursos do PROEJA. Identificou-se que os professores não têm perfil necessário para lidar com este tipo de público, pois teriam que adotar outra metodologia para conquistar esses estudantes. Devido ao fato de que alguns alunos saíram pelo motivo de outros já estarem saindo e não se sentirem atraídos pelo curso; ou por os cursos técnicos serem oferecidos no período vespertino, dificultando assim a conciliação com o trabalho; por falta de mecanismos de controle de evasão e falta de colaboração da equipe multidisciplinar ocorrendo falhas de comunicação entre a equipe.

Diante dessas constatações, houve como consequência para a Instituição o fechamento do curso Técnico em Vendas na modalidade PROEJA. Consoante a isso, a Instituição fez uma reunião em que foram constituídas comissões para a reestruturação do curso bem como de seu currículo. Com isso o Curso de Técnico de Vendas passou para a modalidade de técnico subsequente, alterando também a durabilidade do curso de três anos para um ano e meio. Os cursos do PROEJA que antes eram cursos técnicos passaram a ser oferecidos como formação inicial e continuada (FIC), quando os estudantes recebem uma certificação de habilitação na área.

E como consequência para o aluno a frustração pessoal, com dificuldades de arrumar um emprego, por não ter conseguido concluir um curso para sua capacitação profissional.

No caso do curso de Licenciatura em Computação, percebe-se que este não é um atrativo, pois muitos não conseguem se identificar com o mesmo. Eles entram no curso por conta da computação e quando chega na parte pedagógica não se identificam.

Percebeu-se que, por falta ou falha da coesão na equipe multidisciplinar, fez-se com que chegasse ao ponto do fechamento da turma. Observou-se que cada servidor trabalha no seu setor não realizando trabalho coletivo com os colegas dos demais setores relacionados sendo que, se trabalhassem unidos, um ajudando outro, identificando o problema, tentando solucionar de forma cooperativa, não haveria este quantitativo de evasão, pois a Instituição tem toda uma estrutura para funcionar adequadamente: equipamentos, espaços e equipes multidisciplinares.

Algumas sugestões que poderiam ser realizadas seria, se possível, o uso da ficha de infrequência como hábito dos docentes e isso ser cobrado pela Coordenação Pedagógica, assim ajudaria a verificar como está a situação dos alunos ingressantes; propor uma linha de ação individualizada, construída pelo conjunto de professores e equipe pedagógica do *campus*; programas de formação continuada para os docentes da instituição, com temas referentes à Educação Profissional Integrada, à História da Educação, à Avaliação e à Gestão Escolar.

Esta pesquisa contribuiu para a identificação de dados sobre a evasão, o que reforça o compromisso da escola, família, comunidade, sociedade em geral e do Poder Público no enfrentamento e superação dos problemas.

Como já foi apontado, os compromissos e responsabilidades precisam ser assumidos coletivamente, pois ninguém conseguirá mudar um quadro educacional atual se não retomar a concepção de que cada um precisa fazer a sua parte de forma integrada. Além disso, é preciso uma gestão compartilhada e comprometida com o acesso e permanência, para que o todo tenha sucesso.

Percebe-se que a evasão é uma situação que frustra todo o trabalho escolar, evidenciando que é preciso que todos os envolvidos na escola compreendam e se comprometam com esta situação para que ela seja superada.

A percepção da gestão é um valioso instrumento para orientar ações acerca do tema, de orientação da equipe multidisciplinar, a fim de fazer um trabalho contínuo. Esta equipe tem uma função importante no sentido de trabalhar com os alunos, incentivando sobre a importância da formação escolar em sua vida, criando espaços de discussões entre a gestão da escola, os docentes, a família e os alunos.

Vê-se que há ainda um longo caminho a percorrer em busca de respostas para aprofundarmos os conhecimentos sobre a evasão escolar em todos os níveis educacionais, no intuito de se achar uma solução para uma redução efetiva dos índices e superar os conflitos que perpassam o cotidiano da implementação das políticas públicas educacionais.

REFERENCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de docentes para a Educação Profissional Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. In: ROSÁRIO, M.J.A; ARAUJO, R.M.L. (Org.). **Políticas Públicas Educacionais**. v. 1, p. 21-35. Campinas - SP: Editora Alínea, 2008. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ce/gepte/imagens/artigos/formacao%20de%20professores%20e%20didatica%20de%20ep%20cap..pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Educação e exclusão da cidadania In; BUFFA, Ester. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BARBOSA, Eliziane de Paula Silveira. **Enfrentando a Evasão Escolar**. (2008). Disponível em: <<http://professoraelizianedepaula.blogspot.com.br/2008/09/enfrentando-evaso-escolar.html>>. Acesso em: 16 out. 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução por Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRANDÃO, Zaia et alii. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

BRASIL. Constituição: República Federativa do Brasil de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm> Acesso em: 20 out. 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127 de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Rio de janeiro. 1942. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 10 nov. 2014

BRASIL, LEI Nº 4.024, DE 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1961. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.html> > Acesso em 10 nov. 2014

BRASIL, LEI Nº 5.540, DE 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 03 de dezembro de 1968. Brasília, 1994 Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm > Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 655 de 27 de junho de 1969. Estabelece normas transitórias para a execução da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União** de 30 de junho de 1969. Brasília, 1969. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94154&norma=119026> > Acesso em 10 dez.2014

BRASIL. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 12 de agosto de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm > Acesso em 10 dez. 2014. 1971a

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria Ministerial. n.º 432**, de 19 de julho de 1971. Estabelece Normas para organização curricular do Esquema I e do Esquema II, relativas aos cursos superiores de formação de professores de disciplinas especializadas para habilitação do ensino médio, relativas às atividades econômicas primárias, secundárias e terciárias. Brasília. 1971. Disponível em: < http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/port432_71.htm > Acesso em: 20 out. 2013. 1971b.

BRASIL. Lei 6.545/78, 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. de 4 de julho de 1978. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6545.htm> Acesso em: 12 out. 2013.

BRASIL. LEI Nº 8.112, 11 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**. 12 de dezembro de 1990. Brasília, 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm > Acesso em: 12 out. 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 645/92 do Conselho Federal de Educação. Revisão do Parecer CFE nº 2127/78. 1992. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003520.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.948. de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. de 9 de dezembro de 1994 Brasília. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm Acesso em: 20 out. 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 out. 2013.

BRASIL. Decreto nº 2.208, DE 17 de abril de 1997. Regulamento o § 2º do arts. 39 a 42 da Lei nº 9.39, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União de 18 de abril de 1997. Brasília. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm> Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 16**, de 5 de outubro de 99. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Relator Conselheiros Fábio Luiz Marinho Aidar (Presidente), Francisco Aparecido Cordão (Relator) e Guiomar Namó de Mello. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/pareceres/parecer161999.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação (PNQ)**. 2003. Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/pnq/conheca_base.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013

BRASIL. Ministério da Educação. **Propostas em Discussão**: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abril, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf> Acesso em: 10 dez. 2013. 2004a

BRASIL. Decreto Nº 5.154 DE 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm#art9> Acesso em: 10 dez. 2014. 2004b

BRASIL. Lei Nº 11.195, DE 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2005. Edição extra. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm> Acesso em: 02 mar. 2014

BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 14 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm> Acesso em: 02 mai. 2014.

BRASIL. LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário Oficial da União**, 17/07/2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm > Acesso em 09 mar. 2015.2008a

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 1, 30/12/2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm > Acesso em 02 mar. 2014. 2008b

BRASIL. Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria Interministerial nº 1.082**, de 23 de novembro de 2009. Dispõe sobre a criação da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC. Diário Oficial da União de 23 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/portaria_interministerial_1082_20_11_09.htm > Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 59**, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste

dispositivo de inciso VI. Diário Oficial da União de 12 de novembro de 2009.

Disponível em<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm> Acesso em: 09 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2010. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf> Acesso em 22 abr. 2014. 2010a.

BRASIL. Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre o banco de professor-equivalente de educação básica, técnica e tecnológica, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7312.htm>

> Acesso em: 02 mar. 2014. 2010b

BRASIL. Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010. Dispõe sobre os quantitativos de lotação dos cargos dos níveis de classificação “C”, “D” e “E” integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vinculados ao Ministério da Educação, e altera o Decreto nº 7.232, de 19 de julho de 2010. Diário Oficial da União de 23 de setembro de 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7311.htm>

Acesso em: 02 mar. 2014. 2010c

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Prestação de Contas Ordinária*: relatório de gestão do exercício de 2011. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1064&id=14945&option=com_content&view=article> Acesso em: 09 mar. 2015. 2011a

BRASIL. LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, n o 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Diário Oficial da União de 27 de outubro de 2011. Edição extra. Disponível em< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm> Acesso em: 09 mar. 2015. 2011b

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: < <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/51/pdf>> Acesso em: 02 mar. 2015.2012a

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11,** de 04 de setembro de 2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União de 04 de setembro de 2012. Brasília, 2012. Disponível em: < [file:///C:/Users/cores-01/Downloads/pceb011_12%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/cores-01/Downloads/pceb011_12%20(2).pdf) > Acesso em: 02 mar. 2015.2012b

CALDAS, Eduardo de Lima. **Combatendo a evasão escolar.** 2006. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/content/combateendo-evasao-escolar>>. Acesso em: 21 out. 2013.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber.** Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard. Relação com a escola e o saber nos bairros populares. **Perspectiva.** Florianópolis, v. 20, n. Especial, p. 17-34, jul./dez.2002.

CORAGGIO, José L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: TOMASI, Livie de; WARDE, Mirian J. e HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez Editora, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** [online]. 2000, n.14, pp. 89-107. ISSN 1413-2478.

DUARTES, Luci Beatriz Zelada, LUCENA, Vera Lúcia Baptista de. **O lado oculto da evasão escolar.** Santa Maria. [S. l : s.n.]. [20--].

DAL RI, Neusa Maria. Prefácio. In: DETREGIACHI FILHO, Edson. **A evasão escolar na educação tecnológica:** o embate entre as percepções subjetivas e objetivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DETRREGIACHI FILHO, Edson. **A evasão escolar na educação tecnológica:** o embate entre as percepções subjetivas e objetivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, v. 23, n° 80, p. 234 – 252, 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do Ensino Industrial no Brasil**. v.1. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1961.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. RAMOS Marise (Org.). **Ensino médio integrado**: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

GAIOSO, Natalicia P. de Lacerda. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Universidade Católica de Brasília. Divulgado pelo Instituto Internacional para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (IESALC), da UNESCO. Brasília/DF, 2005. Disponível em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/programas/Deserci%C3%B3n/Informe%20de%20Evasi%C3%B3n>> Acesso em: 13 nov. 2012.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. “O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil”. **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENO SACRISTAN, José; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GIMENO SACRISTAN, José. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIMENO SACRISTAN, **O Currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n4/a08v35n4.pdf>> Acesso em: 11 out. 2013.

GOMES, Fernanda Cunha. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** A necessária interpretação sistemática da Constituição Federal, das Leis nº. 11.892/2008 e nº 9.394/1996 e do Decreto nº 7.234/2010. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2983, 1set.2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19894>>. Acesso em: 11 out. 2012.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel:** as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. 10. ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 1986.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Minuta de Acordo de Metas e Compromissos que entre si celebram a União,** representada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e o Instituto Federal do Tocantins, 2009. Disponível em: <<http://www.ifto.edu.br/ifto/cms/docs/arquivos/060520131622ACORDODEMETAS.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).** Palmas, 2009. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/cms/docs/arquivos/290220121627PDI_2010_2014.pdf>. Acesso em: 11 out. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. Plano do Curso Técnico em Logística. Porto Nacional, 2010. Disponível em: < <http://www.porto.ifto.edu.br/noticias/tecnicologistica.pdf>> Acesso em: 11 out. 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente. Porto Nacional, 2011. Disponível em: < <http://porto.ifto.edu.br/noticias/tecnico-ambiente2.pdf> > Acesso em: 11 out. 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional:** as políticas do estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

KUENZER, Acácia Zeneida. A Educação Profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 96, pp. 877-910, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucília. Diferenciais inovadores na Formação de Professores para a Educação Profissional. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. v.1, n.1. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

MACHADO, Marcela, R.L. MOREIRA, Priscila R.. **Educação profissional no Brasil, Evasão Escolar e transição para o mundo do trabalho**, In: 1º. Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica da CEFET-MG. 2008, Belo Horizonte. Anais eletrônicos. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema3/TerxaTema3Poster9.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2013.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a transcrição de entrevistas. In: MANZINI, Eduardo José. **“A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise”**. Marília: UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>. Acesso em: 12 nov. 2013.

MANZINI, Eduardo José. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In. MAQUEZINE, Maria Cristina; ALMEIDA, Maria Amélia; OMOTE, Sadão. (Orgs.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003. p. 11-25.

MARCHESI, Alvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar**: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco; **Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão?.** Campinas: Autores Associados, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Clássicos)

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação e profissionalização dos professores do ensino médio. *Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, v. 11, n.2, p. 03-09, jul./dez. 2006.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica.** DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf>. Acesso em: 20 out 2013.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Educação profissional e desenvolvimento local.** 2003. 114f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.** DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf>. Acesso em: 13 out. 2013

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

QUEIROZ, L. D. Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.** Brasília, v. 64, n. 147, p. 3869, maio-ago. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROCHA, Simone Mariano. **FICAI** – Um instrumento de rede de atenção pela inclusão escolar. In: BRANCHER, Leoberto Narciso (Org.). **O direito é aprender**. Brasília: Fundescola/Projeto Nordeste, 1999.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: (1930/193)**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol 1: séculos XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: vozes, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SOARES, Maria Clara C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMASI, Livie de; WARDE, Mirian J. e HADDAD, Sérgio. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Maria Lúcia W. As armas secretas que abateram a seguridade social. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1999. p. 91 - 114.

ZIBAS, Dagmar M. L. Refundar o Ensino Médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educação & Sociedade**, v. 26, nº 92, p. 1067 – 1086, 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Kim Nay dos Reis Wanderley de Arruda Figueiredo, Administradora e Mestranda em Educação, orientada pela Prof.^a Dr.^a Rosane Carneiro Sarturi, desejo por meio deste, convidá-lo (a) a participar de uma pesquisa intitulada: “Evasão Escolar: um Estudo de Caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins *Campus* Porto Nacional”.

Esta pesquisa objetiva identificar as causas e consequências que provocam a evasão escolar no âmbito federal e suas relações com o processo educacional utilizado pelo Instituto Federal do Tocantins *Campus* Porto Nacional, considerando os conflitos existentes em relação às políticas públicas, o currículo nas dimensões pedagógicas, filosóficas, sociais, psicológicas e o perfil dos alunos evadidos.

Para isso, será realizada uma entrevista, composta por questões desencadeadoras.

O estudo oferece um risco mínimo, você pode sentir algum desconforto ou intimidado (a), durante a entrevista. Caso aconteça, fica assegurado o seu direito de desistir sem qualquer prejuízo. A sua participação neste estudo não terá nenhum benefício pessoal direto, contudo, estarás contribuindo para ampliação de conhecimentos sobre tema.

Os dados coletados ficarão em completo sigilo, na sala 3234 do centro de educação por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Sra. Rosane Carneiro Sarturi (orientadora da pesquisa). Após este período, os dados serão destruídos. Você tem direito de tirar suas dúvidas a qualquer momento sobre o andamento da pesquisa tendo a garantia de que todas as suas perguntas serão respondidas.

Garante-se o compromisso da pesquisadora que os dados serão utilizados única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no presente projeto de forma anônima.

Qualquer dúvida ou questionamento que os participantes venham a ter no momento da pesquisa, ou posteriormente, poderão esclarecer através dos seguintes contatos:

Eu, _____, ciente do que foi exposto, acredito ter sido informado de maneira satisfatória à respeito da pesquisa, tendo ficado claro os propósitos do estudo, assim como os procedimentos, seus riscos e benefícios, a garantia de confidencialidade e esclarecimentos.

Concordo em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem acarretar qualquer dano e/ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

() Sim () Não

Em caso positivo: Concordo com a utilização das minhas falas, sem identificação do meu nome, apenas com nome fictício em publicações associadas.

() Sim () Não

Declaro que recebi cópia do termo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*.

Santa Maria, RS, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do entrevistado (colaborador da pesquisa)

Assinatura da mestrandia pesquisadora

Assinatura da Orientadora

* Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900 Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55)3220-8009

Anexo B – Termo de Confidencialidade



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Mestrado em Educação

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: Estudo de Caso sobre a Evasão Escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins *Campus* Porto Nacional

Pesquisador responsável: Rosane Carneiro Sarturi

Instituição/Departamento: UFSM/PPGE/Mestrado em Educação

Telefone para contato:

E-mail para contato:

Locais da coleta de dados: IFTO Campus Porto Nacional

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos sujeitos cujos dados serão coletados, através de entrevista, com Coordenadores de Curso, Docentes, Equipe pedagógica e alunos evadidos.

Concorda, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no (a) presente projeto de forma anônima e as informações prestadas ficarão em completo sigilo, na sala 3234 do Centro de Educação por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Sra. Rosane Carneiro Sarturi (orientadora da pesquisa). Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM (incluir data e n^o de aprovação).

Santa Maria, ___ de _____ de 20__ .

Prof.^a Dr.^a Rosane Carneiro Sarturi
 Orientadora

APÊNDICE

Apêndice A – Instrumento para Coleta de dados



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Mestrado em Educação

QUESTIONÁRIO SÓCIO- ECONOMICO

1. Nome: _____
2. Data do nascimento: _____ Sexo: _____
 Estado Civil: _____
3. Profissão: _____ Telefone: _____
4. Endereço: _____
 Cidade _____
5. O imóvel é: () alugado () Próprio- financiado () Próprio () Cedido.
6. Sobre o imóvel: nº. quartos () nº. banheiros() Construção de
 Madeira() Alvenaria() Outros()
7. Reside com: Pais () Só com mãe () Só com pai () Só ()
 Avós () Amigos () Cônjuge () Cônjuge e filhos () Só
 filhos () Outros ()
8. Quantas pessoas reside na mesma casa : _____
9. Renda total familiar: _____
10. Qual meio de transporte mais utilizado: a pé () carona()
 bicicleta() transporte coletivo() veículo próprio ()
11. A família possui carro? Sim () Não()
12. Indique se em sua família há Portador de Necessidades Especiais:
 Sim () Não ().

Assinatura

Apêndice B – Instrumento para Coleta de dados



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Entrevistado (a): _____

Instituição: _____

- () Coordenador (a) do curso
- () Assistente Social
- () Assistente de Aluno

Políticas públicas:

- 1.- Qual sua opinião sobre processo educacional do IFTO - *Campus* Porto Nacional?
- 2.- Qual sua opinião sobre política pública para a educação?
- 3.- Qual sua opinião sobre evasão escolar?
- 4.- Você conhece algum controle no IFTO para identificar a evasão escolar?

Condições de Permanência:

- 5.- Você tem algum conhecimento sobre as diretrizes curriculares do IFTO?
- 6.- Como são identificados os problemas de aprendizagem dos alunos?
- 7.- Qual sua opinião sobre formação de professores para os Institutos Federais?

Apêndice C – Instrumento para Coleta de dados



Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação – CE/UFSM
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Entrevistado (a): _____

Instituição: _____

() Aluno

Evasão Escolar:

1. Porque você escolheu o Instituto Federal para Estudar?
2. Qual motivo que levou você a desistir do curso?
3. Você sentiu alguma dificuldade nas disciplinas?
4. Você voltaria a estudar no IFTO?
5. Você recebeu alguma bolsa do IFTO?

Apêndice D – Transcrições das Entrevistas



Universidade Federal de Santa Maria
 Centro de Educação – CE/UFSM
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Mestrado em Educação

ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

Categorias	Perguntas	Sujeitos e Respostas		
		COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	COORDENADORA TÉCNICO PEDAGÓGICA	COORDENADORA DO CURSO PROEJA E EMI
Políticas Públicas	Qual sua opinião sobre processo educacional do IFTO - Campus Porto Nacional?	Com relação ao curso de Licenciatura em Computação nós temos como objetivo né a formação de professores habilitado em Computação que o curso é um curso em Licenciatura em Computação... é nós procuramos trabalhar isso de uma forma que o aluno possa sair habilitado tanto nas partes específicas do curso em computação como também isso atrelado a educação em si como prática docente.	Oh! Eu vejo que está assim aquém da realidade dos nossos alunos né até mesmo porque o corpo docente é formado em sua grande maioria por mestres e doutores por tanto eles exigem muito dos alunos sendo né que estes não estão ou não é ou não possuem ainda as habilidades e competências exigidas né e daí percebe-se a dificuldade no processo de ensino aprendizagem né.	Bom eu estou na Coordenação tem aproximadamente 30 dias, mas como professora do proeja, eu vejo o processo educacional assim que tem algumas falhas, não sei se a própria educação de jovens e adultos que a gente tem estar sempre repensando mas eu acho que a gente tem que fazer algumas mudanças, pensar em

				conjunto com os professores com o administrativo pedagógico, esse processo educacional precisa rever.
	- Qual sua opinião sobre política pública para a educação?	Eu acredito assim que apesar do avanço que nós tivemos e ainda temos conseguido com o correr desse tempo... temos as diretrizes curriculares eu acho que em políticas públicas ainda deveriam ser mais claras porque elas é ... Por exemplo um avanço as políticas públicas elas tem facilitado muito o ingresso dos alunos nos níveis superiores de educação ao mesmo tempo que ela facilita esse ingresso e ...com incentivos como bolsas de incentivo de iniciação científica, como bolsas do prouni, reuni, mas eu vejo	Bem dentro do IFTO eu vejo assim que os alunos são bem assistidos né por meio de políticas públicas até mesmo porque eles tem vários auxílios né, auxílios transporte, auxílio creche né monitoria, bolsas monitoria e a bolsa também como colaborador, então assim, há um incentivo né por meio de bolsas do PNAES pra que eles permaneçam dentro da Instituição visto que em outros âmbitos educacionais né a nível municipal, estadual os alunos não tem esse benefício não tem também esse	A própria educação de jovens e adultos é uma política pública né, o que tem feito aqui, por exemplo, a gente está fazendo uma reestruturação do curso, a gente viu que a evasão nesse curso técnico em vendas foi muito grande e a gente está reestruturando, como professora faço parte como membro da comissão. Formaram-se 2 comissões aonde uma a gente formou

		<p>uma falha se sabe no que... no ingresso do aluno pelo enem ou prouni ou esses financiamentos eles são ofertados mais mais pra aqueles cursos que não não é muito de interesse do aluno e isso provoca um impacto do desenvolvimento e manutenção permanência desse aluno no curso uma vez que ele entra num curso que não era o curso que ele queria mas é o que foi lhe oferecido dado a oportunidade de ingressar depois ele não permanece não se identifica e não permanece, mas mesmo assim eu acho que as políticas públicas voltados para a educação superior nos últimos tempos tem avançado bastante.</p>	<p>apoio, esses incentivo pra que permaneçam aqui na Instituição.</p>	<p>para o curso subsequente em técnico em vendas e uma outra a gentes está ainda em estudo para outros cursos de proeja para quem não tem ensino médio se tornou em proeja FIC – formação inicial e continuada - pois a gente percebeu que uma das causas da evasão foi isso, a questão desses 3 anos de cursos, aonde alguns alunos vieram procurar o curso por causa do técnico e alguns já tinham o ensino médio então foram evadindo. A gente pensou em estar reestruturando de uma forma que em 2 anos o nosso aluno saia com um curso profissionalizante, conclui o ensino médio. Então como é uma política pública pra ver se a gente atende consegue trazer de volta os alunos e atender a população.</p>
--	--	--	---	---

	<p>Qual sua opinião sobre evasão escolar?</p>	<p>Como eu disse anteriormente uma das questões são estas os alunos é não levam o curso que eles sonhavam , muitos desconhecem as diretrizes dos cursos, ingressam no curso pensando o curso ser na área de informática bacharelado em informática e ai depois no decorrer do curso vão percebendo que é o curso de licenciatura que os habilita a trabalhar com regência em sala de aula e ai isso aliado atrelado em algumas disciplinas da parte específica em informática e aquela falta de vontade de cursar as disciplinas pedagógicas faz com que eles desistam e evadem.</p>	<p>Bom a Evasão Escolar a gente percebe que ela existe em todos os âmbitos tanto no âmbito federal, municipal em todas as esferas estaduais, municipais e aqui dentro do âmbito federal a gente percebe que esse índice de evasão escolar ainda é muito maior né. E o que eu percebo como orientadora educacional dentro do IFTO é justamente esta questão né da questão dos professores exigirem aquém do que eles estão preparados porque o que a gente nota e que os nossos alunos quando entram eles tem um déficit de aprendizagem ainda muito grande e por ser uma Instituição que oferece ensino técnico né que é uma Instituição que preza pela qualidade de ensino então essa exigência até mesmo porque os alunos quando saem daqui eles vão sair preparados para o mercado de trabalho, então a gente vê que essa exigência por parte do corpo docente ela é muito grande né como nosso alunos entram e quando eles chegam e deparam com essa realidade completamente diferente deles, então a gente percebe que muitos deixam de frequentar devido a dificuldade e mesmo no processo de ensino aprendizagem.</p>	
--	---	--	--	--

	<p>Você conhece algum controle no IFTO para identificar a evasão escolar?</p>	<p>São feitas reuniões mensais no colegiado onde a coordenação do curso orienta os professores que no decorrer de três faltas consecutivas do aluno que a Cotepe seja notificada e a assistência ao aluno para que seja entrado em contato com esse aluno para saber os motivos que causaram e convidá-lo a retornar os estudos.</p>	<p>Bom uma preocupação principalmente da Cotepe né como por parte da orientação educacional é estar identificando nas primeiras semanas aqueles alunos que fizeram a matrícula e que não estão frequentando, até mesmo pra que ainda de tempo de a gente chamar os que estão no cadastro de reserva pra que estejam suprimindo essas vagas que estão ficando ociosas né, só que a gente vem sofrendo um problema muito grande em relação a essa ajuda por parte do corpo docente de estar nos informando quem são os alunos que não estão mais frequentando nas primeiras semanas, pra gente poder estar solicitando da Coordenação de Registros Escolares – CORES – essa nova chamada né e às vezes quando a gente vai identificar já está um tanto avançado o curso que não tem a oportunidade de estar chamando outros alunos. O curso já tem andado um pouco e esses alunos entrando posteriormente, não iria conseguir alcançar a turma então assim nós estamos com esse problema sim. Vem solicitando nas reuniões pedagógicas, nas reuniões de análises de turma pra que a gente esteja identificando nas primeiras semanas, após o início do semestre letivos pra entrar em contato com</p>	<p>Temos uma turma só de proeja e que vai concluir inclusive esse ano, tem 12 alunos, o semestre começou agora e como professora da disciplina estamos com 10 alunos que realmente estão vindo, e esse acompanhamento está começando agora, assim o que tinha registrado não tem nada não.</p>
--	---	--	---	--

			<p>esses alunos e saber se realmente qual o motivo, o por que deles terem evadido e se caso eles realmente não tenham mesmo condições de estarem voltando pro curso a gente estar chamando outras pessoas pra suprir as vagas ociosas.</p>	
--	--	--	--	--

Categorias		Sujeitos e Respostas		
Condições de Permanência	Perguntas	COORDENADOR DO CURSO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO	COORDENADORA TÉCNICO PEDAGÓGICA	COORDENADORA DO CURSO PROEJA E EMI
	Qual sua opinião sobre formação de professores para os Institutos Federais?	Esse é um dos motivos que contribui para a evasão dos alunos porque os professores que são bacharelados eles não tem uma prática de vivência em sala de aula, eles não conseguem assimilar, não estou dizendo que no todo e nem todos, mas grande parte por falta de experiência com essa parte pedagógica eles entendem o conteúdo, dominam o conteúdo, mas em contra partida ele não conseguem perceber a educação como processo[...] eles não conseguem contornar essa situação de vivência professor-aluno com relação as bases tecnológicas que eles tem que aplicar como está na ementa dos cursos e ai com isso a falta de interesse de alguns de participar da formação pedagógica.. eu acho que é uma das principais consequências da evasão dos alunos do curso.	Bom dentro do Instituto já tem a política pública de capacitação de todos os servidores, tanto do técnico administrativo quanto docentes, tanto que há uma preocupação em relação a oferta de doutorados né até mesmo afastamento dos professores dos docentes para se capacitarem em nível de mestrado e doutorado. Porém eu ainda vejo que falta é em relação aos docentes que tem apenas o bacharelado, então penso que falta ainda uma formação na área, talvez estarem se aperfeiçoando mais pra licenciatura mesmo, pra ajudar na questão da didática, em métodos diferenciados para estar trabalhando com o alunado.	No curso para os alunos de proeja, acho que falta formação continuada com foco para esse público, já trabalhei com educação de jovens e adultos antes de entrar no Instituto Federal e assim já existem muitos documentos, pesquisas e a gente percebe que aqui no Instituto Federal campus Porto Nacional que tem muitos professores que não tem perfil para trabalhar com educação de jovens e adultos, há uma necessidade de formação continuada para atender esse público, talvez até seja um dos motivos da evasão. É uma forma que eu vejo diferente de você apresentar o conteúdo aos

				<p>alunos, tem que ser de forma diferente, não que eles sejam diferentes, mas eles já estão muito tempo fora da escola, então quando voltam já tem uma certa idade, sentem rejeitados. A gente tem esse problema aqui, os alunos daqui não gostam de dizer que estudam no proeja, eles gostam que digam que estudam em técnico em vendas, isso é uma forma de se sentirem rejeitados.</p>
	<p>Você sabe se o curso e as diretrizes curriculares dos cursos estão acompanhando as tendências de mercado?</p>		<p>Bom o que eu posso dizer sobre essa questão é que quando os cursos são ofertados eles passam por uma pesquisa de demanda, e esta pesquisa vai apontar a esses cursos e ai o Instituto começa a trabalhar em cima dos planos de cursos para que seja ofertado o curso que foi identificado pela pesquisa de demanda, porém o que a gente tem presenciado no nosso campus é que os cursos que estão sendo ofertados, eles não estão tendo procura ou seja foi feito a pesquisa de demanda , no entanto não estamos conseguindo</p>	<p>Bom o curso foi criado de uma demanda vinda da comunidade por isso o curso técnico em vendas, foi uma demanda apontada pelos comerciantes que precisavam de pessoas com conhecimento na área, por isso que esse curso começou aqui no instituto</p>

			chegar ao público alvo, pelos nossos números de matrículas mostram isso que não está vendo a procura. Houve a demanda portanto não há a procura.	
	Como são identificados os problemas de aprendizagem dos alunos?			Através de reuniões pedagógicas, conselho de classes, conversas com a coordenação e professor, nesses encontros pedagógicos mesmos.

ENTREVISTA COM OS ASSISTENTES

Categorias	Sujeitos e Respostas		
Políticas Públicas	Perguntas	ASSISTENTE DE ALUNO	ASSISTENTE SOCIAL
	Qual sua opinião sobre processo educacional do IFTO - <i>Campus</i> Porto Nacional?	Muito pouco. Não o suficiente para falar sobre isso.	Bem para o assistente social antes de mais nada é importante realizar um diagnóstico da Instituição seja ele em qualquer Instituição e área que ele estiver exercendo sua profissão, na educação, na saúde, enfim... então aqui no Instituto Federal um dos primeiros passos antes de exercer atividades da minha profissão foi de conhecer o processo educacional, conhecer as políticas internas da Instituição, conhecer as diretrizes, os princípios, com os regulamentos, regimentos disciplinares, conhecer os cursos, os ppcs que são os projetos de cursos enfim ter uma amplitude maior no sentido de saber como funciona a Instituição e assim agente ter uma atuação muito mais eficaz.

	<p>Qual sua opinião sobre política pública para a educação?</p>	<p>No IFTO eu acho que política pública aqui precisa melhorar em muita coisa assim porque é uma Instituição qua ainda está criando uma identidade e infelizmente assim é o que se faz hoje não só no IFTO , mas no Brasil[...] é questão assim de ficar vendo outras regiões, outros lugares[...] só que para criar uma política pública eficiente você tem que fazer uma pesquisa de demanda local, ver o que pode dar certo naquela instituição[...] não é que você não possa tentar o que dá certo em outras Instituições, mas assim não ficar só nisso, por exemplo, aqui[...] como posso explicar[...] a minha opinião em relação a isso as demandas locais daqui da campus Porto, elas são muito[...] ahhh[...] vamos ver o que deu certo em região tal, vamos tentar fazer aqui, mas as vezes não é muito viável aqui, por que a gente tem um público muito diversificado. Hoje a gente está tendo o ensino médio e o que vale pro ensino médio, não vale pro ensino técnico pro exemplo, por que os alunos do ensino técnico são pessoas que deixaram a muitos anos a escola, então eles não tem mais o ritmo de estudar, eles tem dificuldades[...] então deveria haver uma política pra esse tipo de aluno pra poder manter eles na escola e tambem ajudar no processo de aprendizado, porque eles tem dificuldade[...] então junta a dificuldade com outros tipos de problema isso faz com que eles acabam evacuando.</p>	<p>Bem eu acho que tem muito a ser[...] muitos objetivos a ser alcançados ainda, em termos gerais acho que o Brasil já avançou bastante na educação, mas tem que avançar mais ainda, porque eu penso que algo na Instituição na Educação tem que ser reformulada, vamos dizer assim repensado por exemplo como metodologias de ensino, como formação de professores, como também as políticas públicas de inclusão e das ações afirmativas, pessoas com deficiências ainda tem muito a ser alcançado porque além de nós estarmos na esfera federal nós não conseguimos atingir acredito que nem 10% do que deveria ser atingido então eu acredito que tem muita coisa ainda[...] muito desafio a ser realizado alcançado enfrentado melhor dizer.</p>
--	---	--	---

	<p>Qual sua opinião sobre evasão escolar?</p>	<p>É justamente isso , no técnico eu vejo que junto do problema da dificuldade né[...] com o problema do horário. Já percebi como assistente de aluno, o horário de aula que muitos não podem porque muitas vezes tem que abrir mão do trabalho etc e tal[...] ai vem a dificuldade. Então eles acham que não vale a pena. No ensino superior há muita dificuldade, então muito aluno chega aqui, e não sabem o que é o curso de tecnologia em logística, fazem o vestibular, fazem a matricula, mas não sabem o que é, e quando descobrem[...] não é isso que quer pra minha vida.. então acaba desistindo. O curso de Licenciatura é a mesma coisa, assim não é qe não saibam o que é, mas porque eles acabam desistindo por causa da dificuldade do curso e tal e no ensino médio a gente percebe que a maioria desiste, porque é um curso pesado, é o dia inteiro, é puxado[...] tem que estudar muito[...] então quando vem ai o primeiro bimestre com as notas baixas, eles acabam evadindo também.</p>	<p>Bem a evasão é um caso sério e acredito em todos os níveis de educação seja no básico né, no técnico no caso do perfil aqui do Instituto federal como também no superior. Aqui no Instituto Federal apesar de ser algo novo ser um ensino diferenciado das Iniversidades, das escolas municipais, estaduais existe tambem a evasão escolar e a minha opinião é a seguinte ainda falta muitas políticas públicas não só de transferência de renda, mas poltíticas de combate, de controle, de avaliação para que os profissionais como eu assistente social, psicólogo, pedagogos e etc possam realizar um trabalho muito melhor de que está acontecendo hoje e muitas vezes os profissionais se sobrecarregam em políticas de distribuição de rendas e deixa de fazer as políticas de intervenção como atendimento domiciliares, encaminhamento de inclusão e etc.</p>
--	---	---	---

	<p>Você conhece algum controle no IFTO para identificar a evasão escolar?</p>	<p>Olha já foi feito um trabalho no começo[...] de a gente ir atrás desses alunos que desistiram para poder ver a razão e tentar melhorar em cima disso, só que a evasão aumentou muito, aumentou a quantidade de alunos e aumentou a quantidade de evasão, então hoje não é feito nada não.</p>	<p>Tem muito a se avançar, eu vou falar a nível de Tocantins – IFTO – nós estamos numa luta tremenda na organização de um sistema de controle da evasão ou de frequência ou de ameaça a evasão enfim, e não temos sistemas isso é feito manual da era primitiva, o que nós estamos fazendo na tabela de excel, nós temos que analisar 1 a 1, fazer esses controle e as vezes o professor demora de fazer a frequência de passar a frequência pro Registros Escolares enfim tendo uma morosidade nesse processo de avaliação, de controle etc. Acredito que tem muito a se avançar, o Instituto Federal tem que investir em tecnologia apesar de nós estarmos aqui gerando tecnologia, qualificação profissional, nós precisamos melhorar nesse âmbito.</p>
--	---	--	--

Categorias	Sujeitos e Respostas		
	Perguntas	ASSISTENTE DE ALUNO	ASSISTENTE SOCIAL
Condições de Permanência	Qual sua opinião sobre os problemas de aprendizagem dos alunos?	<p>A gente tem muitos problemas de aprendizagem é fato sim e muitos alunos vem de escolas públicas[...] então chega aqui no primeiro ano e não está acostumado com o ritmo de estudo que tem aqui, mas essa dificuldade já é algo natural, mas quando chega aqui com 18 disciplinas[...] aulas o dia inteiro, isso acaba intensificando essa dificuldade, mas não é muito que é feito não. A gente identifica isso, os professores tem consciência disso, tenta fazer atividades. Mas não existe nenhuma outra atividade extra curricular até porque eles passam o dia inteiro tendo aula. Agora com os niveis superior e técnico mesmo quando é feito alguma coisa, eles não participam, não há interesse por parte deles em participar. Quando tem semana academica poucos alunos comparecem, aparece mais gente do ensino médio.</p>	

	<p>Qual sua opinião sobre formação de professores para os Institutos Federais?</p>	<p>Eu acho que a formação dos professores do Instituto campus Porto , hoje influencia , vista a dificuldade porque do nosso colegiado[...] a maioria são bacharéis né[...] principalmente dos professores de Logística são poucos que são licenciados ou tem alguma formação em docência, então é óbvio que isso influencia na didática do professor em como o aluno consegue assimilar o conteúdo e como o aluno consegue realmente ter entressse por aquilo. Tem influencia direta sim, na minha opinião[...] então muitas dessas dificuldades do aluno em aprendizado em pegar o conteúdo é que faz com que ele acabe desistindo e vem justamente desta falta de didática do professor e não é culpar dele é que ele não teve formação pra isso e infelizmente não é uma exigência da Instituição hoje.</p>	<p>Os professores precisam participar mais das formações que são oferecidas, eu acredito que os gestores e quando eu falo gestores são os gestores dos Institutos Federais, do próprio Ministério da Educação, precisa investir mais na formação, como falei anteriormente sobre as ações afirmativas nós temos vários alunos que são especiais e precisam de atendimentos especiais, precisa de investimento nesse âmbito também de qualificação as ações afirmativas e de qualificar, de atender melhor o estudante[...] saber suas fragilidades, seus potenciais, se adequar a melhor metodologia possível[...] então acredito que deve ser investido melhor em formação além do que existe atualmente.</p>
--	--	--	--

Condições de Permanência	A bolsa do PNAES tem garantido a permanência destes alunos?		Na medida do possível nos estamos realizando uma avaliação a cada dois meses, as vezes, mensal de como essas bolsas tem pactuado pelo menos assim se esses alunos que estão recebendo a bolsa auxílio estão permanecendo na escola e assim a gente está identificando que a maioria deles, vamos colocar maioria como 90 a 100%, eles permanecem no curso enquanto estão recebendo o auxílio, mas não conseguimos fazer uma avaliação se esses alunos após o recebimento do auxílio que no semestre subsequente ele deixou de receber o auxílio se ele continua na escola ou não. Então o que a gente consegue avaliar se naquele momento que está recebendo o auxílio ele está continuando, isso a gente percebe e que tem impacto muito grande porque as políticas externas, políticas de transporte público, política de moradia ainda são muito fragmentadas e essas políticas de distribuição de renda colabora bastante como os alunos. Nossos alunos grande parte vamos dizer assim parcelas deles moram em cidades distantes, o município não possui transporte de qualidade então esses auxílios vem subsidiar pra esses alunos tenha a permanência na Instituição.
---------------------------------	---	--	--

ENTREVISTA COM OS ALUNOS EVADIDOS

Categorias	Sujeitos e Respostas			
Evasão Escolar	Perguntas	ALUNO A	ALUNO B	ALUNO C
	Porque você escolheu o Instituto Federal para Estudar?	Porque é uma escola que tem muitos professores qualificados, por isso escolhi.	– A procura de me profissionalizar né de ter um curso técnico, pra ter uma melhoria na minha carga de trabalho.	Por ser uma Instituição pública e assim de ser um curso de informática, é uma área que eu gosto, quero me profissionalizar nesta área, escolhi por este motivo.
	Qual motivo que levou você a desistir do curso?	Porque é um curso muito cumprido né e também na minha área de serviço não encontro aqui na cidade, as vezes tenho que sair para fora, o motivo de desistir foi isso tive que sair então.	No momento eu estava saindo do emprego e precisei fazer um curso pra [...] um curso extra para poder entrar numa área de serviço e daí eu tive que optar em sair do curso do IFTO para poder fazer esse curso, curso de vigilante.	Foi que no tempo do curso teve em greve, eu estava até animado, após a greve voltei um pouco desanimado e também do fato do curso ser licenciatura não me agradou muito, não é muito a área que pretendo seguir, não na área de ensino é mais na prática mesmo.
	Você encontrou	Encontrei sim, porque eu já tinha um	Não, não tive não, foi muito bom,	Não, as disciplinas eram

	alguma dificuldade nas disciplinas e nas explicações dos professores?	bom tempo sem estudar e quando a gente volta pra escola te muitas coisas que pega né.	gostei bastante do tipo de ensino, dos professores em particular. Foi muito bom, não tive nenhuma dificuldade, aprendi muito.	ótimas, os professores ensinavam muito bemm nenhuma dificuldade não.
	Você voltaria a estudar no IFTO?	Eu acho que se ele fosse em menos tempo teria mais chance, já me ligaram algumas vez perguntando se eu queria voltar né. Querer eu tenho vontade, agora o meu problema e essa questão do trabalho, que tive que sair.	Gostaria, mas no momento eu não posso pela minha carga de trabalho, mas eu gostaria de voltar, vou voltar um dia com fé em Deus.	
	Você recebeu alguma bolsa do IFTO? Mesmo com a bolsa você desistiu?	Sim. Consegui, tinha uma bolsa de R\$165,00 reais. Desisti porque não dava, só a bolsa não dava né, na época não encontrei emprego aí tive que sair.		Não. Não concorri a nenhuma.

	Qual sua opinião sobre evasão?			Eu acho que na maioria das vezes as pessoas evadem não por causa da Instituição ou de outros fatores, acho que é o desinteresse mesmo das pessoas porque as oportunidades tem, a Instituição mesmo tem bolsas que auxiliam as pessoas a estudar... então eu acho que o maior problema da evasão escolar é o desinteresse por parte dos estudantes.
--	--------------------------------	--	--	--

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Categorias	Sujeitos e Respostas		
POLÍTICAS PÚBLICAS	Perguntas	PROFESSOR A	PROFESSOR B
	Qual sua opinião sobre processo educacional do IFTO - <i>Campus</i> Porto Nacional?	Eu gosto da forma como é conduzido, a gente tem uma equipe de muitos profissionais, orientadores, psicólogos, enfermeiros... e eu acredito que se esta equipe trabalhar em conjunto dá pra fazer um bom processo avaliativo e construtivo na educação.	O Instituto tem uma estrutura boa pra acompanhamento, nós temos a coordenação técnica pedagógica, temos orientador educacional, temos técnicos em assuntos educacionais, além disso nós temos apoio das coordenações de cursos, coordenadores muito bem qualificados, com formação excelente, além disso também temos a parte de assistência ao estudante, que nos tem dado um apoio muito grande no processo educacional. Temos estrutura física que ajuda nesse processo, biblioteca, laboratórios de informática, outros laboratórios, então assim eu acredito que no geral é um bom processo. Cada professor tem seu horário de trabalho, de atendimento ao aluno disponível pra tirar dúvidas, recuperação paralela, entre outros, além disso, temos monitoria para algumas

			disciplinas já uma outra forma de estar auxiliando nesse processo juntos aos alunos.
	Qual sua opinião sobre política pública para a educação?	O que a gente convive dentro da educação federal é uma realidade que eu vejo um pouco diferente da municipal e estadual, dentro dessa nossa convivência federal, eu acredito que o governo, ele vem fazendo boas políticas trazendo vários programas, bolsas auxílios, programas que atingem diferentes perfis de profissionais né. Então eu gosto desta política que vem sendo adotada no governo.	Também acho que nós avançamos muito, já estou no Instituto desde de 2003, antiga escola técnica, então acompanhei muito esse processo, nós vemos que o acesso a educação, as políticas pra acesso são várias, houve a interiorização dos campi, das Universidades, do Instituto Federal, campus Porto especificamente, então acredito que temos avançado muito.
	Qual sua opinião sobre evasão escolar?	Eu acredito que falta um pouco da equipe que a gente tem fazer , criar mecanismos efetivos que possam controlar essa evasão e realmente identificar o que está acontecendo.	A evasão escolar no geral não só aqui no campus, mas em qualquer lugar ainda é uma problema que a gente enfrenta né e isso se deve a vários fatores, inclusive fatores pessoais mesmo, dos alunos que entram, trabalho, família e também às vezes não se identifica com o curso. Entra achando que o curso é uma coisa e depois no final descobre que é outra, enfim tem todos esses aspectos que a gente

			considera que são o foco para a evasão escolar, mas precisa ser trabalhado ainda de forma melhor.
	Qual sua opinião sobre formação de professores para os Institutos Federais?	Dentro do Instituto teve um curso de capacitação na formação de cursos FIC e teria agora o pronatec de serviços públicos, também atingiria os professores que talvez vai ainda ser ofertado este semestre. E agora o reconhecimento dos saberes e competências, então eu gosto também da política que vem sendo adotada.	– Eu vejo que a formação deles é excelente, os professores são muito bem qualificados e além disso os que entraram, que por ventura ou só com graduação enfim com qualquer nível de formação, eles procuram crescer na carreira docente fazendo cursos de especialização, mestrado, doutorado enfim né. E além disso o Instituto também tem oferecido através do Minter, convênio com a UFT, por exemplo... então eu vejo muito bem qualificados e buscando ainda mais a qualificação.

	<p>Qual seu conhecimento sobre as diretrizes curriculares dos cursos aqui do Instituto se os cursos estão acompanhando as tendências de mercado??</p>	<p>Eu acredito que seja mediano, o básico para trabalhar com docência com os alunos.</p>	<p>Eu acredito que sim, em alguns aspectos sim, por que os cursos, a nova proposta de curso, segue um regulamento, uma instrução normativa que orienta a criação de novos cursos. Nessa Instrução Normativa para se abrir um curso precisa ser feito uma pesquisa de demanda junto a comunidade, junto as APLS né e enfim, então dentro do possível é feito essa pesquisa, esses levantamento junto a APL principalmente. Agora o que eu vejo é que como a estrutura de novos campi principalmente a expansão 2 e 3 existe um limite máximo de professores e técnicos administrativos que a gente pode contratar através de concursos públicos, então a gente fica limitado a expandir pra novas áreas, isso é uma limitação de todos os campi então assim você consegue atingir uma determinada, algumas áreas que demandam profissionais, mas ainda há outras áreas que precisam de ser atendidas por conta do crescimento, por conta do</p>
--	---	--	--

			<p>mercado que vai mudando... então a gente tem essa limitação para atender novas áreas por conta do nosso quadro que é reduzido... então a gente não consegue ampliar pra novas áreas.</p>
--	--	--	---